



A rapidez informativa e o rigor na agência Lusa

Carlos Tomás Fernandes dos Santos

RELATÓRIO DE ESTÁGIO COM VISTA À OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE
EM JORNALISMO

Orientadora: Professora Doutora Anabela de Sousa Lopes

OUTUBRO DE 2018

Declaração anti-plágio

Declaro ser o autor deste trabalho, parte integrante das condições exigidas para a obtenção de grau de Mestre em Jornalismo, que constitui um trabalho original que nunca foi submetido (no seu todo ou em qualquer das partes) a outra instituição de ensino superior para a obtenção de um grau académico ou qualquer outra habilitação.

Atesto ainda que todas as citações estão devidamente identificadas. Mais acrescento que tenho a consciência de que o plágio poderá levar à anulação do trabalho agora apresentado.

Lisboa, outubro de 2018

O candidato,

Resumo

O presente relatório de estágio visa compreender como é que a agência Lusa compatibiliza a rapidez informativa com a elaboração de notícias rigorosas. A investigação tem por base o estágio realizado durante três meses na referida entidade, que possibilitou um contacto direto com a empresa, com a organização da mesma e com os profissionais que a compõem, essenciais na prestação de depoimentos capazes de enriquecerem o trabalho investigativo.

Numa era em que a informação circula a um ritmo estonteante e a pressão para fazer rápido chega a colocar em causa a verificação dos factos e o rigor informativo, propomo-nos a analisar como é que a Lusa, detentora de uma responsabilidade social acrescida e uma distribuidora de conteúdo noticioso por excelência, conjuga estes dois fatores.

A investigação é apoiada por entrevistas a seis jornalistas da agência Lusa, que nos permitem compreender a sua posição relativamente à rapidez e ao rigor, assim como pela observação participante que nos permitiu ‘entrar’ na organização da Lusa, nos seus valores e tirar conclusões acerca do tema que nos orienta ao longo de todo este trabalho: perceber como é feito o esforço de ser rápido e rigoroso simultaneamente.

Palavras-chave: *agências de notícias; agência Lusa; rapidez informativa; rigor; jornalismo.*

Abstract

The present report aims to understand how Lusa Agency merge the speed of information and the elaboration of accurate news. This investigation was conducted during an internship realized at Lusa for three months, which allowed a direct contact with the company, mainly with its internal organization and professionals. Their contribution was essential to enrich this work.

Nowadays information runs at a high pace and the pressure to deliver fast news can ultimately undermine the accuracy of the facts and the information strictness. Thus our main aim is to analyze how Lusa, a company known by its increased social responsibility and as the provider of news par excellence, combines these two factors.

This investigation is supported by six interviews made to Lusa journalists that allow us to understand their position concerning speed and accuracy. Additionally, the active participant observation provided us a reliable overview of Lusa organization, its values and how they manage the effort of being simultaneously fast and accurate.

Key-words: *news agencies; Lusa agency; speed of information; accuracy; journalism.*

Agradecimentos

Este trabalho resulta de um caminho jamais percorrido sozinho. Como tal, sinto-me na obrigação de agradecer a todos os que para ele contribuíram, direta ou indiretamente:

À minha orientadora, professora Doutora Anabela de Sousa Lopes, por toda a compreensão e transmissão de conhecimento ao longo deste caminho.

À Lusa, especialmente aos jornalistas do ‘País’, por tudo o que me ensinaram e proporcionaram.

Aos meus pais e à minha irmã, pois sem eles nada disto teria sido possível.

À Inês, que esteve sempre do meu lado e me deu forças para concluir o trabalho.

Ao Gonçalo, à Tatiana e à Gisela, os meus amigos do coração.

Ao Francisco, ao Fábio, à Jéssica e à Joana, com quem partilhei estes dois anos de mestrado.

A todos os restantes amigos e familiares que não foram aqui mencionados individualmente. Não me esqueço de vocês.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	8
CAPÍTULO I – JORNALISMO DE AGÊNCIA E AGÊNCIAS DE NOTÍCIAS EM PORTUGAL	13
1.1. O que são agências de notícias?	13
1.2. As agências de notícias em Portugal antes da Lusa	14
1.2.1. Até ao 25 de Abril: Lusitânia e Agência de Notícias e Informação (ANI)	15
1.2.2. O pós 25 de Abril: ANOP e NP	16
1.3. A agência Lusa	20
1.3.1. O surgimento da Internet na agência Lusa	22
1.3.2. Contrato de serviço público e responsabilidade social acrescida	24
1.3.3. O jornalista na Lusa.....	26
1.3.4. A importância da Lusa na atualidade	28
CAPÍTULO II – INTERNET, RAPIDEZ INFORMATIVA E RIGOR	30
2.1. Oportunidades e desafios da Internet no trabalho dos jornalistas	30
2.2. Rapidez informativa, imediatismo e rigor	32
2.3. Nova relação com as fontes de informação.....	34
2.4. Jornalistas sedentários e multitasking	37
2.5. Jornalismo lento	40
CAPÍTULO III – A RAPIDEZ INFORMATIVA E O RIGOR NA AGÊNCIA LUSA	42
3.1. Estágio na agência Lusa	42
3.1.1. Semana de formação	42
3.1.2. A experiência no ‘País’	43
3.1.3. As rotinas.....	47
3.1.4. Os editores.....	49
3.2. A rapidez e o rigor na Lusa	50
3.2.1. Como é que se compatibiliza rapidez e rigor?.....	53
3.2.2. Observação participante: exemplos práticos e reflexões	54
3.3. Pressão das fontes de informação.....	57
3.4. Jornalismo de agenda e sedentário	59
CONSIDERAÇÕES FINAIS	61
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	65

ANEXOS	70
Anexo I - Tabela de serviços realizados no exterior	71
Anexo II - Guião Entrevistas.....	74
Anexo III - Entrevistas	75
Anexo IV – Seleção de peças redigidas durante o estágio	101
Anexo V – Comprovativos de estágio.....	120

INTRODUÇÃO

O contexto de trabalho dos jornalistas está em constante mutação e alguns valores tradicionais têm sido frequentemente postos em causa com a emergência do ciberjornalismo. A rapidez informativa a que a era digital obriga colide muitas vezes com o rigor informativo, que não deve nunca ser descorado (Bastos, 2012, p. 3). Nesse sentido, o presente trabalho procura perceber como é que o fetiche pela velocidade é compatível com o exercício rigoroso que é fazer jornalismo. O nosso objeto de estudo não são os órgãos de comunicação social no geral, mas sim a agência Lusa, provida à partida de maior responsabilidade social.

Na agência prevalece a ideologia vincada de que a rapidez é essencial, mas acima de tudo está a confirmação dos factos. Ainda assim, o digital acentuou o fetiche da velocidade, daí ser interessante perceber como é que esta empresa, principal fornecedora de notícias, compatibiliza velocidade e rigor.

O tema parece-nos pertinente na medida em que os estudos sobre rapidez informativa e rigor nunca foram direccionados a esta entidade em específico. Tal como abordaremos na revisão de literatura do relatório de estágio, há muitos autores que argumentam que na era do ciberjornalismo o tempo passou a ser mais escasso e a pressão para fazer as coisas cada vez mais rápido é maior. Claro que isso sacrifica o rigor, a qualidade do jornalismo e a profundidade do mesmo, já que os temas são muitas vezes tratados de forma superficial.

Tudo isto está ligado a constrangimentos económicos e organizacionais, uma vez que as redações são cada vez mais pequenas e compostas por profissionais que desempenham tarefas que vão além do fazer jornalismo. Os jornalistas são pressionados a fazer muitas coisas em pouco tempo, pelo que acabam por desempenhar mais tarefas de “copiar e colar em vez de escreverem artigos próprios” (Bastos, 2012, p. 2). O mesmo autor defende ainda que na era digital o rigor na verificação dos factos é um dos pilares essenciais do jornalismo que está a ser diluído (2012, p. 3).

Definido o objeto de estudo, partimos para este trabalho com a hipótese de que na agência Lusa há um esforço acrescido no que diz respeito ao rigor, uma vez que é uma empresa que detém também uma responsabilidade social acrescida na medida em que é a principal fornecedora de ‘matéria-prima’ dos órgãos de comunicação social portugueses.

A nossa principal pergunta de partida é: como é que a agência Lusa compatibiliza a rapidez informativa e o rigor?

No entanto, além deste objetivo principal que orienta a nossa investigação, formulámos outras perguntas mais secundárias, às quais pretendemos responder e que consideramos serem etapas importantes para chegar à grande questão:

A estrutura organizacional da Lusa é composta por um número de pessoas suficiente para garantir que as notícias são publicadas rapidamente, mas devidamente editadas e confirmadas?

Todas as peças são editadas cuidadosamente por um editor?

Há muitas notícias a serem publicadas com gafes ou erros ortográficos?

Para responder à questão de partida, optámos por uma metodologia qualitativa sustentada em entrevistas e na observação participante, que teve inevitavelmente lugar durante os meses de estágio.

A entrevista é uma das técnicas mais utilizadas na recolha de informação nas ciências sociais e da comunicação. Ao contrário daquilo que acontece no inquérito por questionário, um método onde não há contacto direto entre investigador e investigados, na entrevista a obtenção de informação é qualitativa e feita cara a cara:

“Pode-se definir entrevista como a técnica em que o investigador se apresenta frente ao investigado e lhe formula perguntas, com o objetivo de obtenção dos dados que interessam à investigação. A entrevista é, portanto, uma forma de interação social. Mais especificamente, é uma forma de diálogo assimétrico, em que uma das partes busca coletar dados e a outra se apresenta como fonte de informação.” (Gil, 2008, p. 109)

Para esta investigação, considerámos que o mais adequado seria aplicar a entrevista semiestruturada, em que o entrevistador possui um guião com perguntas fechadas e

abertas, assumindo o papel de direcionar o entrevistado ao objetivo principal cada vez que o mesmo se distancia do essencial. A ordem das perguntas pode muito bem ser alterada, de modo a que a entrevista se assemelhe a uma conversa informal, mesmo não o sendo.

Estamos conscientes do caráter subjetivo deste método e da preparação que a entrevista exige para que nos forneça informações credíveis e viáveis para o nosso trabalho. Tal como afirma Boni (2005, p. 78), “perguntas claras favorecem respostas também claras e respondem aos objetivos da investigação”, sendo por isso a preparação prévia da entrevista e delimitação dos temas a abordar e das perguntas a fazer um dos nossos principais focos assim que iniciámos este método.

No manual de Raymond Quivy são dadas algumas diretrizes sobre como realizar entrevistas. Em primeiro lugar, o autor acredita que o entrevistador não deverá fazer perguntas em excesso, pois esse procedimento pode levar o interlocutor a dar respostas cada vez mais precisas, breves e, por consequência, menos interessantes (2005, p. 74). A conversa deve ser livre e aberta tanto quanto possível. O entrevistador deve também “esforçar-se por formular as suas intervenções da forma mais aberta possível” (ibidem). Além disso, não deverão ser feitas perguntas “absurdas, arbitrarias, ambíguas, deslocadas ou tendenciosas” (Boni, 2005, p. 72).

Com intervenções demasiado precisas e restritas, o entrevistado passará a estar dentro apenas das categorias mentais do próprio investigador, não deixando espaço para ele próprio pensar mais a fundo. As intervenções devem assim orientar ou reorientar o entrevistado ao objetivo primordial, mas sem demasiada precisão.

Outro aspeto sublinhado pelo autor é que não devem ser temidos os silêncios. Eles são frequentemente importantes e podem significar que o respondente está a pensar e a refletir antes de continuar o discurso. Um erro comum cometido por entrevistadores principiantes, alega Quivy, é abafar o silêncio com uma multiplicidade de questões. No entender de Gil, “um bom entrevistador fala pouco, mas estimula a conversação relevante do entrevistado” (2008: 117). Goldenberg declara que é “necessário criar uma atmosfera amistosa e de confiança, não discordar das opiniões do entrevistado, tentar ser o mais neutro possível” (apud Boni, 2005, p. 78).

O entrevistador não deve tomar posições acerca daquilo que está a ser dito pelo seu entrevistado. Não tem de concordar nem discordar, a posição a assumir deve ser neutra. A entrevista nada tem a ver com um debate ou uma troca de pontos de vista entre duas pessoas. É importante que se crie uma certa relação de empatia entre ambas, mas ao mesmo tempo o entrevistador deve distanciar-se dos pontos de vista do seu interlocutor. Deve conceder-lhe o espaço e a liberdade necessária para que as suas declarações sejam ricas e reflexivas. O entrevistador deve estar atento ao que é dito por parte do entrevistado, mostrando interesse e procurando intervir pouco de modo a não quebrar a sequência de pensamento do entrevistado. A sua postura deve ser moderada, isto é, nem demasiado efusiva nem demasiado tímida. “O ideal é deixar o informante à vontade, a fim de que não se sinta constrangido e possa falar livremente”, conclui Boni (ibidem).

Quivy confirma que uma das principais vantagens da entrevista diz respeito ao “grau de profundidade dos elementos de análise recolhidos”, acrescentando uma outra vantagem: “a flexibilidade e a fraca diretividade do dispositivo permite recolher os testemunhos e as interpretações dos interlocutores, respeitando os próprios quadros de referência – a sua linguagem e as suas categorias mentais” (2005, p. 194).

O outro método a ser utilizado, sendo este trabalho um relatório de estágio, será observação participante que, segundo Proença, permite ao investigador a presença direta num determinado grupo e, conseqüentemente, a compreensão das ações daqueles indivíduos (2007, p. 9). A presença na redação permitirá a observação do dia-a-dia dos profissionais, a pressão para publicar as coisas depressa, a reação dos jornalistas a essa pressão do tempo, toda a organização da própria agência e o caminho que a notícia percorre desde que é feita até que é publicada.

Posto isto, decidimos organizar o relatório de estágio em três capítulos principais, que por sua vez se desdobram em pequenos subcapítulos que ajudam a compreender melhor cada uma das temáticas que apresentamos.

O primeiro capítulo, intitulado ‘Jornalismo de agência e Agências de Notícias em Portugal’, é especialmente dedicado à entidade onde foi realizado o estágio e foca-se em três aspetos principais: o jornalismo de agência, as agências de notícias portuguesas que antecederam a formação da agência Lusa e, por fim, a caracterização da Lusa atualmente e a responsabilidade que acarreta.

O segundo capítulo, que corresponde ao enquadramento teórico do trabalho, debruça-se no jornalismo na era da Internet e nas mudanças que a novidade trouxe à profissão, na rapidez informativa e no imediatismo, bem como o sedentarismo e a obrigação do jornalista ser um ‘faz-tudo’. Esta parte do trabalho dá conta ainda do movimento denominado ‘slow journalism’, que corresponde a um jornalismo lento, pensado, que vai contra a rapidez informativa e valoriza o enquadramento informativo.

Por último, o terceiro capítulo conta a experiência do estágio realizado na Lusa e contém diversas reflexões que resultam da observação participante e das entrevistas realizadas. Nesta fase do trabalho pretende-se, com base nas entrevistas e na observação ‘in loco’, perceber essencialmente se a rapidez e o rigor são compatíveis na agência Lusa e como é que os esforços são conjugados.

CAPÍTULO I – JORNALISMO DE AGÊNCIA E AGÊNCIAS DE NOTÍCIAS EM PORTUGAL

1.1. O que são agências de notícias?

As agências de notícias “podem ser definidas como uma organização ou um negócio que coleta, escreve e distribui notícias de um país ou do mundo para jornais, periódicos, rádios, televisões, agências governamentais e outros utilizadores” (Shrivastava, 2007, p. 1)¹.

Apesar de elas serem por vezes esquecidas e ignoradas do panorama mediático por parte do consumidor comum e dos créditos nem sempre lhes serem devidamente atribuídos (Benayas, 2006), a verdade é que “na base da grande maioria das notícias que quotidianamente absorvemos encontram-se, direta ou indiretamente, nas agências” (Wolf, 1985, p. 103).

Este desconhecimento deve-se ao facto de o “produto noticioso que fabricam nunca chegar a ser apresentado ao público autonomamente”, passando quase sempre pelos “clientes da empresa” (Gradim, 2000).

Silva destaca que a sua atividade se desenvolve “nos bastidores da arena mediática e só indiretamente se reflete no diário informativo das ocorrências notáveis promovidas a notícia” (2002, p. 2). A autora encara as agências como “poderosas definidoras da agenda jornalística” (2002, p. 3).

Johnston e Forde (2011), no artigo *The Silent Partner: News Agencies and 21st Century News*, apresentam as agências de notícias como parceiras silenciosas dos meios de comunicação social, isto é, como um ator anónimo no panorama noticioso contemporâneo.

Já Boyd-Barret e Rantanen (1998, p. 6) afirmavam que “dentro da gama de diferentes formas de media, as agências de notícias são por vezes apresentadas como as menos

¹ Tradução livre.

glamorasas ou interessantes”, representando “uma forma de jornalismo de informação em contraste com um mais refinado e criativo jornalismo de opinião”².

Em termos gerais, as agências noticiosas produzem e divulgam ‘spot news’, ou seja, notícias de última hora, e praticam um jornalismo factual, à luz da tradição anglo-saxónica desenvolvida a partir do século XIX (Boyd-Barret, 1998, p. 20).

Numa obra mais recente, Boyd-Barret (2012, p. 27-28) destaca que, apesar de atualmente as agências noticiosas reportarem mais eventos e notícias sobre moda ou celebridades do que antigamente, “as agências de notícias estão principalmente no negócio da provisão de notícias políticas e económicas nacionais e internacionais, os tipos de notícias que são mais adequados para a injeção de primeira linha na esfera da deliberação de políticas públicas”.

1.2. As agências de notícias em Portugal antes da Lusa

O primeiro contacto que Portugal teve com agências de notícias foi em 1866, quase 80 anos antes da criação da Lusitânia, a primeira agência nacional a surgir no país. O Diário de Notícias, nascido em 1864, recebeu em 1866 os primeiros despachos informativos de agência, pertencentes à Havas, a primeira agência internacional de informação do mundo (Silva, 2002, p. 6).

A informação da Havas revelava-se importante para colocar os portugueses a par dos acontecimentos europeus, apesar de os custos serem elevados e a transmissão das notícias um processo muito moroso.

Durante muitos anos, sem nenhuma agência nacional de notícias e com o fim da Primeira República em 1926 a trazer a ditadura de volta, os jornais portugueses “limitavam-se a publicar, sem qualquer tipo de interpretação, os despachos das agências estrangeiras” e os cidadãos lusos “passaram a construir a imagem do mundo através da visão do Estado e das agências internacionais” (Lusa, 2007, p. 49).

Até 1944, Portugal e Luxemburgo eram os únicos países sem uma agência noticiosa nacional. Nessa data, surge a primeira agência de notícias no país e até hoje já existiram

² Tradução livre.

cinco diferentes: Lusitânia, Agência de Notícias e Informação (ANI), Agência Noticiosa Portuguesa (ANOP), Notícias de Portugal (NP) e Agência Lusa (Silva, 2002, p. 3).

1.2.1. Até ao 25 de Abril: Lusitânia e Agência de Notícias e Informação (ANI)

A Lusitânia foi a primeira agência nacional de notícias a surgir no país, mais concretamente no ano de 1944, pelas mãos de Luís Caldeira Lupi, um jornalista correspondente em Portugal da Associated Press e da Reuters, descontente com as notícias publicadas sobre o país nos jornais das Colónias, que chegavam através de agências estrangeiras (Silva, 2002, p. 8).

Lupi pretendia um serviço que fornecesse aos portugueses, onde quer que estivessem, notícias sobre Portugal, e dessa forma reduzisse a distância física, criando de certo modo uma aproximação informativa. No entanto, vários autores defendem que a Lusitânia, apesar de contribuir para a compreensão da história das agências de notícias portuguesas, não se constituiu verdadeiramente uma agência, já que “não tinha um estatuto jurídico definido e que funcionava como secção da Sociedade de Propaganda de Portugal” (ibidem).

O serviço noticioso da Lusitânia pretendia, por um lado, ser independente em relação à informação que transmitia, mas a verdade é que o próprio fundador exaltava “uma missão patriótica” (Silva, 2002, p. 10), o que significa que a empresa “caminhou sobre um contraditório e instável equilíbrio: o de, em simultâneo, ter que informar e fazer propaganda” (ibidem).

A prova deste equilíbrio, evidenciado por Sónia Silva em *Contributo para uma história das agências noticiosas portuguesas*, materializa-se no Livro de Estilo da Lusitânia:

“1. A Lusitânia não quer, nem pode fornecer aos seus subscritores senão um serviço noticioso que seja, absolutamente, objetivo, factual e livre de desmentidos.; 2. devem ser evitadas notícias que possam merecer controvérsia, provocar confusão no espírito dos leitores.” (apud Silva, 2002, p. 10)

Resumidamente, a Lusitânia não tinha condições para ser independente, dependendo a sua subsistência do Estado, daí que o seu propósito fosse basicamente enaltecer o regime ditatorial da época, que não admitia notícias que fossem contra os princípios do Estado Novo.

Em 1947, apenas três anos depois do nascimento da Lusitânia, Dutra Faria, Barradas de Oliveira e Marques Gastão fundaram a Agência de Notícias e Informação (ANI), essa sim considerada pelos estudiosos como a primeira agência noticiosa portuguesa (Silva, 2002, p. 12).

No início da década de 50, a ANI tinha correspondentes nas províncias portuguesas no Ultramar, nas ilhas da Madeira e dos Açores, no estrangeiro, e produzia uma média de 2.300 palavras por dia, tendo um orçamento anual que rondava os quatro mil contos, enquanto que a sua concorrente direta estava muito voltada para aquilo que se passava no Ultramar, produzia cerca de 4.000 palavras por dia, tinha correspondentes nas colónias, na Madeira, nos Açores, no estrangeiro e ainda possuía contratos com agências noticiosas internacionais (Silva, 2002, p. 13-14).

Entretanto, na década seguinte, a agência Lusitânia já estava estagnada, ao passo que a ANI se encontrava claramente por cima. De acordo com Silva (2002, p. 14), existem quatro razões principais que explicam este fenómeno. Os jornalistas que colaboravam com a Lusitânia possuíam baixo nível de escolaridade, enquanto que a ANI tinha uma equipa jovem e dinâmica. Além disso, a ANI usufruía de mais reputação e credibilidade que a Lusitânia por ser mais liberal e não estar intimamente ligada ao regime e à promoção dos seus objetivos. Depois do início da guerra em Angola, a ANI incrementou informação fornecida aos órgãos de comunicação social das colónias e a informação sobre as colónias distribuídas em Portugal. Por fim, a ANI contava com a colaboração de outras agências noticiosas estrangeiras, enquanto a Lusitânia estava desprovida de capacidade financeira para contratar serviços das agências internacionais (Silva, 2002, p. 15).

1.2.2. O pós 25 de Abril: ANOP e NP

Em 1974, depois do 25 de Abril, a Lusitânia fechou e no ano seguinte a ANI também veio a encerrar portas. Após da Revolução, o Governo optou por levar a cabo “um corte total com o passado” (Silva, 2002, p. 17) e eis que surgiu a Agência Noticiosa Portuguesa (ANOP), um órgão de comunicação social visto como uma peça importante na vida da recém-democracia e que já visava o rigor e a objetividade.

A cobertura noticiosa da ANOP em Portugal Continental e Regiões Autónomas teve início em 1978, com a instalação de delegações em Coimbra, Guarda, Évora, Faro, Ponta Delgada e Funchal, tendo sido redimensionada a do Porto, que já havia começado atividade no ano anterior. Em 1979 foi criada mais uma delegação, desta feita em Vila Real.

No exterior do território português, a agência criou em 1978 as delegações de Bissau (Guiné Bissau), Maputo (Moçambique), e em 1980 na Cidade da Praia (Cabo Verde) e Bruxelas. Depois, em 1981, ainda uma delegação em Madrid, Espanha. Já para não falar da rede de correspondentes que dispunha nas principais capitais mundiais, como Barcelona, Estrasburgo, Roma, Toronto, Kuwait, Macau, Londres, Amesterdão, Bona, Paris, Bucareste, Bruxelas, Tripoli, Beira, Luanda, Moscovo, Nova Iorque, Nova Bedford, Rio de Janeiro e São Paulo.

O crescimento da agência foi notório e os números relativos à evolução dos quadros de trabalhadores da ANOP pode comprovar. Se, em 1975, quando abriu portas, contava com 60 trabalhadores, em 1979 já contava com 206 pessoas ao seu serviço:

“Tendo começado em 1975 com sessenta e nove colaboradores, tinha crescido exponencialmente; por esta altura, a agência possuía já duzentas e seis pessoas ao seu serviço. Tratava cerca de 300 mil palavras/dia e transmitia perto de 70 mil para os clientes nacionais e estrangeiros e para duas comunidades de emigrantes portugueses, 1500 para as missões diplomáticas do Governo Português, 4000 para Macau, e 2500 para jornais, rádio e televisão em língua portuguesa instalados, principalmente, no continente americano (EUA, Canadá e Venezuela).” (Siva, 2002, p. 19)

A ANOP era uma peça fundamental no jornalismo português, já que as redações não estavam preparadas com meios técnicos e humanos. Era esta agência que marcava a agenda e que alimentava a comunicação social portuguesa (Silva, 2002, p. 20).

Na década de 80, no entanto, a ANOP começou a manifestar sinais de fraqueza, relacionados com a crise em que o país vivia, e a curva ascendente que até aí se verificara começou a inverter-se. Em 1981, já não existiam condições para investir na rede de cobertura, tendo a necessidade de contenção de custos levado ao encerramento das delegações instaladas nas cidades de Évora, Guarda e Vila Real (Silva, 2002, p. 22).

Em meados de 1982, sete anos após o nascimento da ANOP, o primeiro-ministro à data, Francisco Pinto Balsemão, “decide apoiar uma nova agência noticiosa de base cooperativista e extinguir a agência pública Agência Noticiosa Portuguesa” (ibidem).

No final do mês de julho, começaram a surgir na comunicação social notícias que apontavam para a intenção do Secretário de Estado da Comunicação Social da época, José Alfaia, de avançar para a reestruturação total da ANOP, convertendo-a em cooperativa, ou até mesmo dissolvê-la por completo.

Esta última opção parecia ser a mais provável, apesar de não ter sido confirmada pelo Governo e ser desconhecida do Presidente da República, Ramalho Eanes, que não havia sido informado de tal intenção, porque começou a saber-se que “um grupo de empresas públicas e privadas do setor da comunicação social” estava a unir-se “na constituição de uma cooperativa destinada à criação de uma agência noticiosa que terminasse com a situação de monopólio no setor em Portugal” (Silva, 2002, p. 23).

Uns dias depois da polémica em torno desta intenção ter invadido os jornais portugueses, a hipótese de dissolução confirmou-se. Vinte e uma empresas de comunicação social e telecomunicações assinaram um contrato para a criação da Cooperativa Porpress, “destinada à fundação de uma nova agência privada”, que viria, contudo, a beneficiar de dinheiros públicos, garantiram logo os incentivadores do projeto (ibidem). Ora, o argumento do Governo de que a ANOP era um encargo incomportável para o Estado parecia começar a ter de ser repensado, já que ia ter de apoiar a nova agência.

Contra a vontade do Governo, Ramalho Eanes vetou o Decreto Governamental de extinção da ANOP e a Notícias de Portugal, Cooperativa e Utentes de Serviços de Informação (NP) nasceu e coexistiu, ainda que de forma forçada, com a ANOP. Assim, naquele momento, o Estado, que queria dissolver a ANOP por motivos financeiros, passou a financiar não uma, mas duas agências de notícias (Silva, 2002, p. 29).

Em 01 de novembro de 1982, a NP inaugurou o seu serviço informativo e nesta fase a agência contava com apenas 25 jornalistas, sendo 15 deles ex-trabalhadores da agência ANOP.

A situação da ANOP era de sobrevivência. A agência estava a viver tempos difíceis, devido aos constrangimentos financeiros que enfrentava, que obrigavam a uma redução de custos e levavam à dispersão de muitos dos seus jornalistas para a nova agência. (Silva, 2002, p. 30).

Em julho do ano seguinte (1983), pouco tempo depois do Governo passar a ser liderado por Mário Soares, a questão das agências voltou a estar em cima da mesa e o executivo expressou vontade de fundir as duas agências. Os trabalhadores da ANOP estavam maioritariamente contra, enquanto que os da NP mostravam parecer positivo à vontade governativa.

Em novembro do mesmo ano, a NP estava a comemorar um ano de serviço e tinha produzido 19,9 milhões de palavras, ou seja, uma média diária de 50 mil palavras, distribuía o seu serviço para mais de 90% dos meios de comunicação social portugueses e tinha começado a informatizar a agência. Além disso, contava com 52 jornalistas e uma rede de correspondentes presentes em 26 concelhos portugueses e 23 no estrangeiro (Silva, 2002, p. 33).

Na impossibilidade de fundir as duas agências, elas continuaram a coexistir e foi “aprovada a declaração da agência ANOP em situação económica difícil pelo prazo de um ano, renovável, o saneamento financeiro da empresa, bem como a alteração da sua estrutura e estatutos” (Silva, 2002, p. 34). Para redimensionar a ANOP a um número máximo de 100 trabalhadores, a agência teria de despedir cerca de metade dos seus efetivos.

O Governo acreditava que não iria ser necessário gastar mais do que foi gasto com a ANOP até 1982 e que ambas as agências promoveriam a sua própria sustentabilidade e deixariam de depender do financiamento do Estado. No entanto, isso não era assim tão simples e, em outubro de 1984, o Estado atribuiu-lhe “uma polémica verba suplementar de 45 mil contos para a agência poder continuar o seu processo de reestruturação e proceder ao pagamento de indemnizações aos trabalhadores despedidos e à liquidação de parte das dívidas e agências noticiosas estrangeiras” (Siva, 2002, p. 35).

Também a NP, no ano seguinte, 1985, estava a passar dificuldades financeiras.

Em 1985, e apesar dos constrangimentos, ambas as agências levavam a cabo um processo de “reconversão tecnológica dos seus serviços” (ibidem), de modo a acompanhar as suas congéneres estrangeiras e em relação às quais estavam um pouco atrasadas. A NP, mais avançada, inaugurou a primeira fase do sistema informatizado de gestão de notícias no início de janeiro desse ano, que possibilitava “maior rapidez na obtenção da versão final das notícias devido às facilidades de correção dos textos” (ibidem). As notícias chegavam às redações “cada vez mais próximas dos

acontecimentos, o objetivo primeiro do serviço de agência noticiosa” (Silva, 2002, p. 36). Relativamente à ANOP, a mesma apostou num programa de informatização da redação, expandiu a agência para a África Austral e a Ásia (Macau), e participou na criação da European Pressphoto Agency (EPA) (ibidem).

Depois de Mário Soares, seguiu-se o Governo de Cavaco Silva e a questão das agências continuava a ser um assunto a merecer debate. Jaime Antunes e José Manuel Barroso, diretores da ANOP e da NP, respetivamente, parecem finalmente concordar com a ideia de que é absurdo o Estado português financiar duas agências noticiosas em simultâneo. Até que, em 1986, o Governo e as agências noticiosas foram capazes de chegar a um acordo. No dia 1 de agosto, foi assinado um protocolo “que implicava a extinção da ANOP e a alteração da personalidade jurídica da agência NP” (Silva, 2002, p. 37).

E foi assim que começou a funcionar a cooperativa agência Lusa de Informação, que pertencia 50 por cento ao estado e 50 por cento a empresas.

1.3. A agência Lusa

O ano de 1987 marca o início do funcionamento da agência Lusa de Informação. Às zero horas do dia 01 de janeiro, a agência começa a operar, embora ainda num “ambiente de sobressalto e intranquilidade” (Lusa, 2007, p. 190).

A Lusa não possuía instalações próprias, pelo que o seu serviço informativo estava a ser levado a cabo no local de trabalho da ANOP e da NP que, apesar de extintas, continuavam a funcionar de suporte para o trabalho da nova agência de notícias que acabara de ser criada.

Em 26 de fevereiro, os estatutos da Lusa foram aprovados e publicados em Diário da República, passando a mesma a ser de facto a única agência noticiosa a operar no país. No entanto, o início intranquilo prolongou-se durante o primeiro ano de agência Lusa, já que a mesma havia herdado o património, os serviços e os trabalhadores da ANOP e da NP. Os 430 milhões de euros que o Estado deu à Lusa para suportar a sua atividade revelaram-se insuficientes e a agência fechou o primeiro ano de existência com um défice de 70 milhões de escudos, estando “à beira de falência técnica” (Lusa, 2007, p. 194).

No ano seguinte, já uma nova equipa tinha sido nomeada para reestruturar a agência e em 1988 a Lusa instalou-se finalmente em sede própria, em Benfica, reunindo condições para concretizar os “princípios de interesse coletivo e nacional consagrados nos seus estatutos” (Lusa, 2007, p. 195), nomeadamente dar cobertura noticiosa a acontecimentos em todo o território português, nos países de língua oficial portuguesa e ainda nas comunidades de emigrantes portugueses residentes no estrangeiro (ibidem).

Nesse sentido, a Lusa instituiu delegações no Porto, Coimbra, Faro, Évora, Ponta Delgada (Açores) e Funchal (Madeira), bem como correspondentes em todas as capitais de distrito.

Além disso, fixou-se em território africano com redações em Maputo (Moçambique) Luanda (Angola), Bissau (Guiné-Bissau), Cidade da Praia (Cabo Verde), e um correspondente em São Tomé e Príncipe. Na África do Norte também foi criada uma delegação em Rabat (Marrocos), e na Ásia um *desk* centralizado em Macau, com um correspondente em Pequim, onde as notícias eram produzidas em português, chinês e inglês.

Na Europa, como não poderia deixar de ser, a agência Lusa constituiu uma delegação em Bruxelas para cobrir a atividade da Comunidade Económica Europeia (CEE), atual União Europeia (UE), assim como correspondentes nas principais capitais do continente.

Não se ficando por aqui, e com vista a garantir “representação internacional”, a Lusa começou a contar com uma rede de correspondentes em Washington, Rio de Janeiro, São Paulo, Buenos Aires, Joanesburgo, Sydney e Telavive (Lusa, 2007, p. 196).

Assim, a agência passou “a dispor de uma rede, com mais de centena e meia de jornalistas, incluindo correspondentes nacionais e internacionais e os jornalistas que, diariamente trabalhavam na sua redação principal de Lisboa, recolhendo e elaborando notícias sobre todos os acontecimentos de relevo e tratando e editando as notícias das delegações, dos correspondentes e das agências internacionais, numa produção média de 80.000 palavras por dia” (ibidem).

Estes profissionais asseguravam “o serviço informativo a funcionar ininterruptamente 24 horas, durante o ano, e, através da linha, difundiam-no para a quase totalidade dos media nacionais” (ibidem).

Para complementar o serviço noticioso escrito, foi criado um serviço fotográfico e um centro de documentação onde a Lusa disponibilizava os seus vastos arquivos de texto e fotografia para consulta. Rapidamente a agência se tornou “a principal fonte de notícias dos órgãos de comunicação social portugueses” (Lusa, 2007, p. 197). Em 1988, cerca de 50 por cento do noticiário nacional e 100 por cento do noticiário internacional presentes nos jornais diários portugueses eram produto produzido pela Lusa (ibidem).

Tendo em conta a missão que havia traçado, a de grossista de informação, a agência dotou-se de meios humanos e técnicos para distribuir um vasto volume de notícias e fotografias que depois seriam disponibilizadas aos órgãos de comunicação social portugueses.

Os clientes, por sua vez, viam na agência uma oportunidade de passar a dispor maior diversidade de conteúdos informativos a menor preço do que aquele que gastariam se fossem eles próprios a produzir.

1.3.1. O surgimento da Internet na agência Lusa

Em 1993, os órgãos diretivos da agência Lusa apostaram na reconversão tecnológica e na modernização editorial dos conteúdos, numa altura em que já se sentiam atrasados em relação aos restantes meios de comunicação social. A rede telegráfica foi substituída pelo satélite e a agência pôde começar a produzir e a difundir informação de forma mais rápida e eficaz do que até aí. Além do satélite, distribuía os seus serviços noticiosos através do telefone, videotexto e *pager* (Lusa, 2007, p. 202).

Os sistemas de produção de texto, que na altura ainda eram arcaicos quando comparados com os da atualidade (Salvado, 2018, Entrevista)³, estavam a ser reconvertidos e a redação da Lusa passou a estar totalmente informatizada. Os jornalistas deixaram as máquinas de escrever e passaram a recorrer a computadores para produzirem as notícias.

A ligação à Internet foi consolidada em 1996, ano que marcou a criação do primeiro *site* da agência, que contava com três serviços noticiosos: Comunidades, Imprensa Regional e Rádios Locais.

³ Todas as declarações de Rosário Salvado resultam de uma entrevista realizada no decorrer do estágio, que pode ser consultada na íntegra no anexo III.

Apesar das consequências positivas que o desenvolvimento tecnológico teve no trabalho dos jornalistas, “o fomento de uma política de expansão, de modernização e de melhoria da qualidade do serviço não teve o suporte financeiro necessário” (Lusa, 2007, p. 205) e em 1997 a agência encontrava-se perante nova falência técnica.

Perante esta situação, o Governo decidiu aumentar o capital e alterar o perfil estatutário da agência. Assim, a Lusa passou de cooperativa de interesse público para sociedade anónima de capitais maioritariamente do Estado e o seu nome deixou de ser agência Lusa de Informação para passar a assumir a designação de Lusa – Agência de Notícias de Portugal, SA.

Com o advento da Internet, “a rapidez na difusão das informações recolhidas foi assumida rapidamente como a característica determinante no quotidiano de qualquer agência noticiosa” (Lusa, 2007, p. 207) e a Lusa, à semelhança das suas congéneres internacionais, começou a apostar no seu *site* como a plataforma “por excelência de disponibilização e distribuição dos seus serviços” (ibidem).

Em 1999, surgiu a primeira alteração profunda no *site* da Lusa, dotado de maior capacidade para segmentar vários serviços autónomos. Os serviços Comunidades, Imprensa Regional e Rádios Locais, disponíveis no primeiro *site*, foram reorganizados e a nova página passou a contemplar os serviços noticiosos tradicionais (Nacional, Economia, Desporto, Internacional, África e fotográfico), bem como outros serviços (Ciência e Tecnologia, Timor-Leste, Imprensa Regional, Rádios Locais, Comunidades Texto, Comunidades Foto, Lusa Web e Agenda).

Em 2001, a agência criou um *site* exclusivo para a distribuição de fotografias e, no final do mesmo ano, um *site* de arquivo, que contava com mais de dois milhões de registos de textos (Lusa, 2007, p. 208).

Em maio de 2002, a Lusa apresentou um *site* completamente novo, desenvolvido pela Microsoft, com o domínio www.lusa.pt, tal como atualmente. O portal revelou-se “o rosto de todo o trabalho feito na e pela agência, passando não só a conter todas as notícias por ela diariamente produzidas e as fotografias captadas por si e pelas agências parceiras, mas também a permitir a sua distribuição e receção de forma mais fácil, mais económica e personalizada” (ibidem).

O novo *site* permitiu ainda o desenvolvimento de serviços dinâmicos e pontuais, como foi o caso do Euro2000, dedicado ao Campeonato Europeu de Futebol decorrido nesse ano.

Em 2003, a empresa fez alterações no design e em 2007 voltou a levar a cabo modificações profundas no portal digital, mantendo, porém, o domínio www.lusa.pt.

Na origem da reconversão estava o Luna, sistema criado pela Lusa, constituído por duas ferramentas essenciais: uma de produção e outra comercial. A primeira veio permitir a produção, edição e disponibilização dos conteúdos noticiosos e a segunda possibilitou a gestão integrada de todos os serviços e clientes, algo que até à data ainda não se havia revelado possível (Lusa, 2007, p. 212).

A agência Lusa conta também com serviços TV e Rádio. Em janeiro de 2004, a empresa criou estes serviços de vídeo e áudio, firmando protocolos com cada uma das três estações televisivas generalistas existentes no país (RTP, SIC e TVI) e respetivas subsidiárias. Foi acordado que ambos os serviços “funcionariam como serviços complementares dos realizados pelas televisões e rádios nacionais” (Lusa, 2007, p. 214). As televisões não abdicavam de enviar repórteres nos acontecimentos mais relevantes a ocorrer em território nacional, pelo que cabia à agência assegurar a cobertura de outros eventos.

No contrato de serviço público, acordado entre a Lusa e o Estado, consta que a agência tem a obrigação de uma “procura constante de atualização e modernização tecnológica”⁴, com vista a melhorar a qualidade da informação produzida e torná-la disponível em qualquer canto do mundo.

Atualmente, a agência Lusa é a maior agência noticiosa de língua portuguesa e a difusora por excelência de conteúdos informativos destinados aos países lusófonos e às comunidades portuguesas no estrangeiro.

1.3.2. Contrato de serviço público e responsabilidade social acrescida

⁴ Contrato de prestação de serviço noticioso e informativo de interesse público. Ver em: https://www.lusa.pt/Files/lusamaterial/PDFs/CPSNIIP_2017-2019.pdf

A Lusa é a única agência noticiosa em Portugal e a que mais cobre eventos que ocorrem nos PALOP, detendo uma responsabilidade social acrescida dentro da comunidade portuguesa. Enquanto agência de notícias dependente do Estado, tem obrigações de serviço público que diferem dos restantes meios de comunicação.

Manuel Carvalho, antigo diretor-adjunto do Público, declarou num episódio de Nativos Digitais, programa da RTP 2, que “muitas vezes há alguns eventos que são pouco valorizados pela sua própria natureza, mas que depois nesses mesmos eventos acontecem coisas extraordinárias e elas vêm a ser conhecidas porque a agência está lá”⁵.

Desta forma, a Lusa tem exigências (presentes no contrato da agência com o Estado) a cumprir que os outros meios não têm, como por exemplo prestar especial atenção aos PALOP e às comunidades portuguesas espalhadas pelo mundo. Boyd-Barret confirma este ponto:

“As agências frequentemente vão além do nacional ao fornecer notícias de localidades do exterior que podem ser de especial relevância para seus clientes domésticos, e também ao fornecer notícias de relevância para comunidades diaspóricas, e finalmente, ao promover a imagem nacional ou pelo menos notícias da nação a outras mídias ao redor do mundo.” (Boyd-Barret, 2012, pp. 28-29)

O contrato de prestação de serviço público, uma parceria entre o Estado e a agência, obriga a Lusa “a assegurar uma efetiva cobertura informativa nacional, regional e local da realidade nacional, bem como dos acontecimentos relacionados com a União Europeia, com os países de Língua Oficial Portuguesa e com as comunidades portuguesas residentes no estrangeiro, mantendo, para tal, nesses locais, delegações, representações ou correspondentes” (Lusa, 2007, p. 221).

A agência “deve aproximar Portugal dos portugueses e estes do seu país, dando notícia e informação sobre tudo o que é relevante para ambos”, assim como “seguir, como princípios orientadores da sua atividade, a clareza, o rigor, a isenção, a pluralidade da informação, a rapidez e a qualidade do serviço noticioso que presta”⁶.

⁵ Episódio de Nativos Digitais, na RTP2. Ver em:

<https://www.facebook.com/nativosdigitais/videos/283570714987107/>

⁶ Contrato de prestação de serviço noticioso e informativo de interesse público. Ver em:

https://www.lusa.pt/Files/lusamaterial/PDFs/CPSNIIP_2017-2019.pdf

João Gomes (2018, Entrevista)⁷ defende que “não deve haver órgão nenhum que contribua tanto para uma harmonização territorial como a Lusa”, já que a sua presença não se cinge às principais cidades portuguesas, estendendo-se “à ilha mais recôndita, mais longínqua, para transmitir aquilo que de mais importante se passa aquela comunidade”.

O jornalista evidencia que a agência Lusa é a maior produtora de conteúdos em língua portuguesa, estando presente em todos os distritos portugueses, nas duas regiões autónomas, em todos os PALOP e ainda junto das principais comunidades portuguesas no mundo.

Em suma, “a Lusa é o órgão de comunicação social que de uma forma mais efetiva retrata aquilo que se passa em Portugal” e nos países com os quais partilha interesses, advoga João Gomes.

Rosa Carreiro corrobora o argumento de João Gomes, acrescentando que a agência Lusa vive com a responsabilidade de executar bem o seu trabalho e dar “representatividade a diferentes perspetivas, a diferentes formas de abordar os assuntos” (2018, Entrevista)⁸.

Além disso, estando na retaguarda daquilo que é transmitido diariamente pela generalidade da comunicação social portuguesa, existe a responsabilidade por parte da Lusa de ser rigorosa e factual naquilo que produz. Esse trabalho é facilitado pelo facto de “só publicar notícias com fontes fidedignas, que são factos”, evitando que se alimente rumores, boatos e notícias falsas (ibidem).

1.3.3. O jornalista na Lusa

Luís Filipe Sebastião (2018, Entrevista)⁹ acredita que aquilo que move um jornalista da agência Lusa é o que deve mover qualquer outro jornalista.

⁷ Todas as declarações de João Gomes resultam de uma entrevista realizada no decorrer do estágio, que pode ser consultada na íntegra no anexo III.

⁸ Todas as declarações de Rosa Carreiro resultam de uma entrevista realizada no decorrer do estágio, que pode ser consultada na íntegra no anexo III.

⁹ Todas as declarações de Luís Filipe Sebastião resultam de uma entrevista realizada no decorrer do estágio, que pode ser consultada na íntegra no anexo III.

“O jornalista deve procurar a verdade, ainda que não consiga a verdade absoluta. A procura da verdade deve nortear o trabalho do jornalista, seja na Lusa, seja noutra órgão qualquer”, reforça.

Ainda assim, há características que distinguem uns e outros. Marta Clemente sublinha desde logo que o jornalista da Lusa, tal como o jornalista de agência no geral, “prima pelo anonimato” (2018, Entrevista)¹⁰.

“Nós não damos a cara, não damos o nome, ninguém sabe quem nós somos. Muita gente nem sabe o que é a Lusa sequer”, acrescenta.

Marta Clemente destaca que ser jornalista na agência Lusa “acarreta uma responsabilidade muito grande” e que é muito importante garantir que a informação veiculada é “correta, credível, e não vai manchar o bom nome que a Lusa ainda tem lá fora”.

Além disso, sublinha Luís Filipe Sebastião, “o jornalista da Lusa quando publica alguma coisa e mete na linha tem de ter a certeza que aquilo é rigoroso e que é mesmo assim, porque as correções vêm como correções, e não é apagado”.

“Logo aí há uma responsabilidade social acrescida em relação a um jornalista de outro *site* ou órgão de comunicação social”, sintetiza.

De acordo com o Livro de Estilo da Lusa, os jornalistas da agência têm de ser claros, imparciais, isentos, curiosos e primar por uma escrita viva e rigorosa¹¹.

Os profissionais devem ter em conta que “o que parece evidente ao jornalista, não o é, necessariamente, para o utilizador da informação”¹², redigindo as notícias de uma forma “independente e completa”.

Além disso, nota o Livro de Estilo¹³, “a agência não toma partido em conflitos políticos ou armados, nem em questões sociais, laborais, culturais ou ideológicas”, pelo que os jornalistas não devem utilizar adjetivos no noticiário. “Quando um adjetivo aparece, que seja descritivo e não valorativo”, ressalva o documento.

¹⁰ Todas as declarações de Marta Clemente resultam de uma entrevista realizada no decorrer do estágio, que pode ser consultada na íntegra no anexo III.

¹¹ Livro de Estilo Lusa. Ver em: <https://www.lusa.pt/Files/lusamaterial/PDFs/LivroEstilo.pdf>

¹² *Ibidem*.

¹³ *Ibidem*

Outra das características que devem mover os jornalistas da agência Lusa diz respeito à curiosidade:

“O jornalista de agência deve fazer da curiosidade e do desejo de saber sempre mais uma prática permanente no seu trabalho. Deve reparar em tudo o que o cerca, deve perguntar tudo, não deve ser passivo. É esse o preceito para se informar sempre mais e melhor.”¹⁴

Relativamente à questão da isenção, “o bom repórter de agência é aquele que não se evidencia por mais ativo que esteja na procura de informação”¹⁵.

1.3.4. A importância da Lusa na atualidade

Numa época em que os meios de comunicação social portugueses se deparam com diversas dificuldades, a Lusa tem uma importância fundamental no jornalismo que todos os dias consumimos através das mais diversas formas.

Rosa Cotter Paiva (2018, Entrevista)¹⁶ vê a Lusa como a “grande fábrica das notícias” e defende que a agência é imprescindível para o trabalho dos restantes órgãos de comunicação social portugueses:

“Isso viu-se aqui há três/quatro anos quando nós fizemos uma greve de quatro dias que havia muito pouca atualidade nos jornais, porque os jornais também se estão a debater com a falta de recursos, e havia histórias que se viam que eram intemporais, ou seja, já estavam feitas. Portanto eu quero acreditar que nós hoje em dia ainda temos algum peso na atualidade e continuamos a ser imprescindíveis para os outros órgãos de comunicação social.” (Paiva, 2018, Entrevista)

João Gomes destaca que “a importância da agência Lusa é cada vez maior”, e um dos motivos reside no facto do setor estar a atravessar dificuldades e, por isso, “recorrer ao serviço da Lusa para o seu produto final” é uma necessidade. Seguindo a mesma linha de pensamento, Rosário Salvado nota que, no contexto atual do jornalismo, a Lusa é “extremamente importante” já que “os jornais e as redações cada vez estão com menos gente” e os textos da agência são copiados para todos os outros meios de comunicação.

Por seu lado, Rosa Carreiro acrescenta que vivemos num tempo de mutações, em que o jornalismo “está a ganhar abertura para áreas em que às vezes se descamba um pouco

¹⁴ Ibidem

¹⁵ Ibidem

¹⁶ Todas as declarações de Rosa Cotter Paiva resultam de uma entrevista realizada no decorrer do estágio, que pode ser consultada na íntegra no anexo III.

do jornalismo e se colocam muitas questões éticas”, pelo que o “estilo e a credibilidade” que a Lusa foi criando ao longo do tempo torna-se ainda mais importante perante este contexto:

“É muito importante haver quem mantenha as características de um jornalismo limpo, rápido, conciso, e ao mesmo tempo preocupado em passar pelas fases necessárias à elaboração de uma notícia e, ainda para mais no nosso caso com a dimensão de serviço público, que nos obriga a não tirar partido e a olhar para todos os assuntos das várias formas possíveis.” (Carreiro, 2018, Entrevista)

João Gomes sublinha também que a Lusa é detentora de “uma marca de qualidade” que a distingue. “Normalmente a Lusa é um órgão credível, aquilo que sai na linha da Lusa é verdade e a Lusa não faz notícias especulativas”, afirma. Neste sentido, defende, essa marca de qualidade “é bem vincada e reconhecida pelos clientes”.

Em suma, e de acordo com a jornalista Marta Clemente, o papel da agência Lusa no jornalismo atual “é da maior importância”. A também editora-adjunta da editoria ‘País’ reitera que “a Lusa consegue ser, no meio do que há no país, um órgão com informação muito credível, que serve também de base para os outros órgãos desenvolverem o trabalho que fazem”.

CAPÍTULO II – INTERNET, RAPIDEZ INFORMATIVA E RIGOR

2.1. Oportunidades e desafios da Internet no trabalho dos jornalistas

O aparecimento da Internet proporcionou aos jornalistas um leque de oportunidades e veio facilitar amplamente o seu trabalho de pesquisa de informação e de contacto com as fontes. Os motores de busca possibilitaram aos profissionais o acesso 24 horas por dia a um “vasto manancial de informação” de forma rápida e eficaz, algo que até aí se afigurava um processo muito mais demorado (Canavilhas, 2004, p. 2).

Também o correio eletrónico se revelou uma novidade valiosa para os jornalistas, que viram nele potencial para contactar rapidamente tanto com os seus colegas de profissão, como com as fontes, essenciais ao desempenho do seu trabalho (ibidem, p. 3).

Helder Bastos, muito crítico da Internet e das práticas jornalísticas menos éticas e aprofundadas que a mesma tem vindo a proporcionar, dá conta em 2000 (p. 82) que está ciente das vantagens do novo meio, mas aponta desde logo uma desvantagem à Internet, nomeadamente ao correio eletrónico.

No que toca ao lado bom, o autor defende que:

“A portabilidade e as conexões globais de sistemas de computadores permitem ao jornalista, por um lado, concretizar o trabalho feito em locais remotos de uma forma complexa e exata e, por outro lado, completar as notícias mais rapidamente, podendo enviá-las para a redação mais em cima do *deadline*.” (Bastos, 2000, p. 82)

Todavia, já nesta altura em que a ferramenta não estava tão banalizada como hoje, Bastos alertava que “o aumento da interação pode permitir às fontes um controlo maior sobre as suas próprias citações, aumentando a possibilidade de ‘colorirem’ os acontecimentos à sua maneira” (2000, p. 78).

O repertório informativo presente na Internet potencializa formas novas e eficazes de trabalhar a informação que os jornalistas têm em mãos. Procurar algo sobre um determinado assunto passou a estar à distância de um clique e é importante para valorizar a peça noticiosa ou a reportagem do jornalista. Além disso, surgiram novos formatos para a construção das notícias, já que no jornalismo praticado na *web* abre-se a possibilidade de conjugar texto, fotografia, vídeo e áudio, oferecendo ao público uma nova forma de ler e compreender.

Segundo Salaverría (2015, p. 83), “as redes digitais só aumentaram as possibilidades de produzir jornalismo de alta qualidade (...) Elas permitem uma documentação melhor, a diversificação das fontes e dos enfoques, aumentando os mecanismos de correção, possibilitando publicar ciclos editoriais tão longos como simultâneos”¹⁷.

No entanto, as possibilidades criativas ficam suspensas quando a pressão do tempo e do ‘fazer mais rápido’ é mais importante que pensar em como dar aquela informação (Witschge e Nygren, 2009, p. 45).

Bastos (2012, p.8) critica que os jornalistas se empenhem tanto na “forma”, em detrimento do conteúdo. Na ótica do autor, os profissionais deviam investir mais tempo na contextualização, aprofundamento, investigação e divulgação de informação própria (ibidem).

Padilha (2009, p. 4), tendo em conta a leitura não linear que o jornalismo praticado na rede oferece, acredita que o leitor pode querer aprofundar um tema ou, por outro lado, consumi-lo apenas na superfície. No entanto, é dever do profissional proporcionar as duas possibilidades a quem o lê (ibidem).

Seguindo esta linha de pensamento, o jornalista deve ser conciso, claro e direto, mas também investir tempo em trabalho de investigação, aprofundamento e contextualização de modo a criar uma audiência (in)formada.

No entender de Chan, a Internet trouxe três grandes oportunidades ao jornalismo praticado em ambiente digital. Elas são a “entrega de notícias, melhor acesso às fontes de informação e mais interação com os leitores”¹⁸ (2014, p. 108). A recolha e divulgação de informação ficou de certo modo facilitada, mas nem por isso significa “melhor jornalismo”, ressalva o autor (ibidem, p. 107).

Chan vinca que o meio digital facilitou “práticas antiéticas”, entre as quais “plágio e menor verificação” dos factos (ibidem), assim como o uso de “rumores” nas notícias produzidas (ibidem, p. 109).

Além disso, qualquer usuário pode passar a ser produtor de informação e enviar fotografias, vídeos ou até ficheiros informativos para as redações com o objetivo de que esse material seja publicado pelos jornalistas e que muitas vezes não é tratado com a

¹⁷ Tradução livre.

¹⁸ Tradução livre.

devida atenção por parte destes profissionais, o que na ótica do autor cria na audiência maior “tolerância face a notícias pouco rigorosas” (ibidem, p. 116).¹⁹

Dada a avalanche informativa disponível atualmente, em que a “informação de qualidade, fiável e credível coexiste com grandes quantidades de informação falsa ou pouco rigorosa” (Bastos, 2000, p. 90), os jornalistas têm um papel cada vez mais importante no que diz respeito à seleção daquilo que é relevante enquanto notícia e aquilo que não é.

Enquanto detentor de responsabilidade social, cabe ao jornalista guiar a audiência para a verdade informativa, princípio fundamental que rege a profissão, numa era em que qualquer pessoa pode publicar aquilo que entender e em que os factos podem, mais do que nunca, ser facilmente manipulados (Bastos, 2010, p. 73).

Padilha, tendo por base o novo contexto de trabalho proporcionado pelas ferramentas digitais, acredita que “a função do jornalista é filtrar a massa de informação e descer mais fundo, tendo que ir ao corpo da matéria para que a pesquisa fique completa” (Padilha, 2009, p. 6).

Cabrera (apud Bastos, 2011, p. 77) admite que este papel de guia pode ser árduo, face à abundância excessiva de informação, mas acredita que “os jornalistas têm suficiente preparação profissional para selecionar as informações, refazê-las se necessário, sintetizá-las, completá-las e inclusivamente apresentá-las de uma forma atrativa, não apenas de um ponto de vista da redação como também de desenho”.

Wirshge e Nygren (2009), por outro lado, apresentam uma visão negativa face às potencialidades dos novos recursos tecnológicos:

“A internet e a produção digital tornam os processos mais rápidos para todos os jornalistas. Todavia, estudos às redações e entrevistas mostram também que os ganhos que advêm do desenvolvimento técnico são utilizados maioritariamente para aumentar a produção em quantidade e não em qualidade e não desenvolvimento de novas formas de expressão” (Wirshge e Nygren, 2009, p. 43).²⁰

2.2. Rapidez informativa, imediatismo e rigor

¹⁹ Tradução livre.

²⁰ Tradução livre

No ciberjornalismo, os processos de comunicação são mais acelerados que outrora. O ciclo noticioso na *web* é alargado a 24 horas, pelo que as audiências procuram nos *sites* noticiosos informação constantemente atualizada e publicada assim que os acontecimentos ocorrem. “Mesmo quando um acontecimento não é uma notícia de última hora ou de grande impacto na audiência, a velocidade é essencial no jornalismo da *web*”, que permite uma constante atualização e difusão de informações (Bastos, 2010, p. 72).

Gomes (2012, p. 163) corrobora este ponto de vista, afirmando que antes do aparecimento da “rede”, os órgãos de comunicação social “lidavam somente com períodos de fecho ou noticiários previamente calendarizados no tempo e espaço”, ao passo que atualmente “as notícias não têm tempo nem hora para circular” (ibidem).

O imediatismo é um pilar que sustenta a prática jornalística. Traquina (2002, p. 147) define-o como “um conceito temporal que se refere ao espaço de tempo que decorre entre o acontecimento e o momento em que a notícia é transmitida, dando existência a esse acontecimento”. Uma notícia pode ser notícia hoje e deixar de o ser amanhã. Assim, os membros da comunidade jornalística são obcecados pelo tempo enquanto “eixo central do campo jornalístico” (ibidem, p. 149). É por isso que, “controlados pelo relógio, dedicados ao conceito de atualidade, obcecados pela novidade, os jornalistas estão permanentemente envolvidos numa luta (aparentemente perdida) de reagir aos (últimos) acontecimentos” (Traquina, 2004, p. 118).

Schelesinger, no texto *Os jornalistas e a sua máquina do tempo*, argumenta que “os jornalistas são membros de uma cultura cronometrada” (1993, p. 178), acrescentando que “o conceito de tempo do jornalista é mais do que uma simples resposta aos constrangimentos colocados pelo ciclo de produção do sistema noticioso” e que “o imediatismo pode ser aceite como uma verdadeira virtude” (ibidem, p. 189).

No entanto, sublinha Helder Bastos, a rapidez levada ao extremo coloca em causa a credibilidade jornalística, já que os media apostam em “atualizações cada vez mais rápidas, mais curtas e menos intermitentes” (2012, p. 7). Os ciberjornalistas são frequentemente pressionados a produzir em quantidade e instantaneidade e, como tal, “o preço a pagar foi o declínio da qualidade e da profundidade (ibidem, p.10). “A instantaneidade cria condições para a diminuição do rigor e o aumento da superficialidade” (ibidem, p. 7).

Um estudo levado a cabo pelo mesmo autor, denominado *Ciberjornalistas portugueses: das práticas às questões éticas*, mostra que os profissionais têm consciência de que a questão do imediatismo pode minar o tratamento jornalístico das peças e, conseqüentemente, a qualidade e o rigor informativo:

“A questão da imediatez também se afigura algo problemática, em termos éticos, para os ciberjornalistas, uma vez que a maioria (60.0%) considera que a necessidade de atualização contínua da informação online pode afetar a qualidade das notícias, enquanto 36.9% pensam o contrário. Os primeiros consideram que a qualidade das notícias pode ser afetada por poder dificultar a confirmação e o cruzamento de dados (92.5%), afetar o rigor da notícia (65.0%), impedir a ponderação dos critérios de noticiabilidade (57.5%), aumentar o risco de processo por difamação (17.5%), e pôr em risco o direito à imagem e à privacidade (17.5%). Um dos respondentes especifica que «as notícias podem ficar sem o devido enquadramento» e outro que pode «aumentar a probabilidade de erros ortográficos ou gramaticais»”. (Bastos, s/d, p. 20)

Bento Rodrigues, jornalista da SIC, testemunha que nos dias de hoje “o tempo da comunicação é incrivelmente acelerado”, o que leva muitas vezes a que se pratique um jornalismo “*copy paste* que se limita a replicar informação parcial. Esta ausência de investigação e tratamento independente fere gravemente o exercício da liberdade de imprensa” (apud Lopes, 2015, p. 49).

Na era digital, os jornalistas têm inúmeras fontes e informações à disposição, pelo que a sua obrigação passa por proceder a um uso “responsável” das mesmas, selecionando as que são ou não credíveis, garantindo informação isenta e rigorosa. Tal como defende Bastos, “embora o novo meio exija algumas mudanças nos protocolos praticados na imprensa, os jornais não podem abandonar o rigor dos seus standards quando passam para o produto *on-line*” (2010, p.113).

A rapidez informativa e o facto de o jornalista digital trabalhar “num ambiente de *deadline* contínuo” faz com que o rigor, pilar fundamental do jornalismo, seja sacrificado. Verificar os factos é, assim, fundamental para garantir informação rigorosa. O problema é que “verificar exige proceder a contactos com colegas e fontes, pesquisas documentais, consultas de arquivos, cruzamentos. São tarefas que consomem muito tempo” (Bastos, 2012, p. 3). Tempo esse de que os jornalistas muitas vezes não dispõem.

2.3. Nova relação com as fontes de informação

Santos (1997, p. 163) afirma que “a relação entre fonte informativa e jornalista é uma luta e um negócio permanentes”, já que a primeira “coloca as informações de acordo com os seus objetivos” (ibidem) e a segunda “adapta a informação aos quadros de noticiabilidade da sua organização” (ibidem).

Para garantir rapidez no processo da produção noticiosa, os ciberjornalistas dependem muito mais de comunicados de imprensa, relatórios policiais e informação que está facilmente acessível na Internet. Estas são informações rápidas que permitem ir atualizando as notícias e colocar as audiências a par do desenvolvimento de determinado acontecimento (Witschge e Nygren, 2009, p. 47).

Gomes (2012, p. 172) acrescenta que a “pressão do tempo”, com a qual os jornalistas se confrontam, é um combústivel para certas fontes carregadas de interesses próprios:

“A pressão do tempo, com a qual os jornalistas têm de lidar na sua ação, é um aliado determinante dos agentes condicionadores, presentes, sobretudo, nas fontes oficiais, na forma de assessores de Imprensa, spin doctors e relações públicas, os quais, ao longo dos últimos anos têm disponibilizado como nunca informação, nem sempre fiel aos acontecimentos, mas permanentemente de acordo com os desideratos das organizações em que estão inseridos.” (Gomes, 2012, p. 172)

Assim, tempo para analisar as fontes de informação revela-se uma tarefa fundamental para perceber se a suas informações estão camufladas por interesses privados. Muitas vezes é difícil transmitir informação completamente rigorosa, na medida em que o rigor do jornalista depende, em certa medida, das informações das fontes de informação. Ora, o jornalista tem uma missão muito importante para com a verdade e para com a divulgação rigorosa dos factos, mas muitas vezes as fontes, movidas por interesse, tentam manipular aquilo que concedem aos jornalistas (Lopes, 2015, p. 103).

As fontes estão não raras as vezes presas a interesses próprios que, se não forem detetados pelos profissionais do jornalismo, detentores da tão sabida responsabilidade social e contribuidores para o bem comum, contribuem para informação “viciada” (Parra, Real e López, 2017, p. 19). Desta forma, as fontes de informação devem ser credíveis e diversas para melhor enriquecerem o conteúdo jornalístico que chegará, posteriormente, à audiência (ibidem).

Além disso, “à medida que a importância e relevância dos media foi crescendo, começaram a surgir fontes profissionais especializadas em lidar com jornalistas” (Gradim, 2000), que tudo fazem para veicular determinadas mensagens e fazer parte da

agenda noticiosa. Hoje, mais do que nunca, esses agentes têm facilidade em impor as suas ideias graças às novas tecnologias e os jornalistas nem sempre estão preparados para as estratégias e rotinas manipulativas dessas mesmas fontes.

Tal como afirma Reddick, citado por Bastos (2000, p. 90), sempre foi da responsabilidade dos jornalistas verificar as fontes, a sua credibilidade e garantir que tudo o que reportam é verdadeiro, mas essa “responsabilidade aumenta num mundo de redes globais e computadores” (ibidem).

Segundo o estudo *A importância da Internet para Jornalistas e Fontes*, conduzido por Gomes (2009), os jornalistas parecem não estar cientes dos efeitos nocivos da Internet e encaram-no como um paraíso cor-de-rosa, sem desvantagens. O investigador escreve o seguinte:

“A correria rumo ao virtual causou uma espécie de cegueira em tons de rosa. Um mundo sem espinhos que os jornalistas utilizam a seu bel-prazer, à distância de um simples clique, que encontra expressão no facto de os inquiridos adotarem uma atitude claramente positiva perante a Internet na maioria das respostas concedidas.” (Gomes, 2009, p. 108)

Além disso, o jornalista “deve ter em mente que nenhuma fonte, profissional ou não, é absolutamente desinteressada. Todas falam a partir de um determinado lugar, que determina o seu ponto de vista, e podem ser movidas pelas mais diversas motivações” (Gradim, 2000).

Ainda assim, se por um lado cabe ao jornalista contactar fontes diversas, contrárias, pertinentes e que enriqueçam o trabalho jornalístico de forma a promover o bem comum (Parra, Real e López, 2017, p. 15), convém não esquecer que o rigor jornalístico depende, em grande medida, do rigor das informações das fontes de informação.

É certo que o jornalista tem uma missão muito importante para com a verdade e para com a divulgação rigorosa dos factos, mas muitas vezes as fontes, movidas por interesses próprios, tentam manipular aquilo que concedem aos jornalistas de forma subtil. Felisbela Lopes partilha desta opinião:

“O político que pressiona pessoalmente o jornalista pertence ao passado. Hoje os assessores e as agências de comunicação exercem essa influência no lugar dos vários poderes dominantes, desenvolvendo uma pressão de agendamento e de cobertura mediática com técnicas apuradíssimas, sendo, por vezes, muito difícil perceber onde se interrompe uma profícua mediação e começa uma intolerável manipulação” (Lopes, 2016, p. 71).

Mas claro que nem sempre é assim. Os jornalistas não são constantemente manipulados pelas fontes de informação, até porque muitas das técnicas das relações públicas e assessores de imprensa que enviam para as redações informação que lhes favorece e publicita já são familiares ao jornalista atento e habituado a lidar com estes conteúdos. A relação tensa entre as fontes de informação e os jornalistas tem na sua base por vezes as divergências de interesses. “A fonte procura revelar os acontecimentos favoráveis e escamotear tudo o resto que seja prejudicial aos seus interesses. Pelo contrário, o jornalista perscruta os desvios às normas comportamentais, desvalorizando, por isso, os factos que a fonte considera de sucesso” (Ribeiro, 2016, p. 51). Desta forma, “é natural a existência de pressões, principalmente sobre quem confere existência pública aos acontecimentos” (ibidem).

Felisbela Lopes denota que existem outros comportamentos manipulativos por parte das fontes de informação, com o intuito de se aproximarem e criarem laços com os jornalistas:

“Por exemplo, pequenos almoços com jornalistas, *briefings* ou fins de semana/viagens a determinados locais. Nem sempre estes canais informais que se abrem em direção aos jornalistas são casos bem-sucedidos. Na maior parte, são-no e permanecem numa zona de retaguarda que o escrutínio público não consegue rasgar.” (Lopes, 2016, p. 77)

2.4. Jornalistas sedentários e *multitasking*

A maioria do jornalismo praticado em redações digitais é feito à secretária, com raras idas ao terreno, perdendo-se assim contacto direto com a realidade. Os *deadlines* cada vez mais apertados fazem com que os jornalistas acabem por desempenhar mais tarefas “de copiar e colar em vez de escreverem artigos próprios”, escreve Bastos (2012, p. 2).

O estudo de Witschge e Nygren, que analisa a profissão no Reino Unido e na Suécia, confirma que há poucas idas para o local do acontecimento, sendo o trabalho noticioso mediado por telefonemas ou cliques no computador (2009, p. 43).

Em Portugal, a tendência parece ser a mesma. A reportagem é pouco valorizada nas redações digitais atuais, sendo que as rotinas produtivas dos jornalistas passam essencialmente pelo “tratamento de textos de agências noticiosas” (Bastos, 2010, p. 199), assim como pelo aproveitamento das fontes citadas por estas mesmas agências e

pelos comunicados de imprensa que chegam às redações via *e-mail* (Bastos, 2010, p. 200).

O estudo de Gomes, intitulado *A queda da reportagem e os contributos da Internet para o sedentarismo da prática jornalística*, conclui que os jornalistas dos jornais portugueses Correio da Manhã, Diário de Notícias e Público “sentem que a Internet tem efetivamente conduzido para a sua fixação nas redações, fruto das variadas informações que a rede possui, algo que, segundo os próprios, pressupõe de alguma forma que o fácil acesso às mesmas sobre eventos ou acontecimentos reflete na diminuição das reportagens no exterior” (2012, p. 285).

Na perspetiva do autor, a Internet deve ser considerada como “um ponto de partida e não apenas de chegada do trabalho jornalístico” (ibidem, p. 285). Gomes considera que “o olhar muito próprio dos repórteres no terreno é entendido como vital, sobretudo para chegar às denominadas ‘caixas’ ou exclusivos” (ibidem).

As redes sociais, as audiências interativas e a multiplicidade de suportes são novidades que tiveram (e têm) impacto nas rotinas produtivas dos jornalistas que se viram confrontados com novas formas de trabalhar (Parra, Real e López, 2017, p. 6).

Fernandes e Jorge (2017, p. 34) num estudo concretizado no Brasil, dão conta que os jornalistas do meio digital se consideram “donos da notícia, uma vez que perfazem toda a trajetória de construção da mesma”, ao contrário do que acontecia antigamente, em que o processo de produção de notícias “era como uma linha fabril, com planilhas e prazos de entrega visando entregar o produto na hora determinada” (Bradshaw, 2014, p. 115).

O contexto económico dos últimos anos tem originado despedimentos e, portanto, redações compostas por menos profissionais, que têm a exigência de desempenhar as mais diversas tarefas e pouco tempo para cada uma delas. É frequente ver jornalistas a tratar textos, fotografias e vídeos produzidos por outros, a fazer gestão de redes sociais ou até a resolver problemas informáticos. Assim, géneros jornalísticos que exigem que se despenda mais tempo, como a reportagem de investigação, são “uma miragem para o ciberjornalista”, que agora se ocupa a tratar de questões que antes eram deixadas a cargo de outros departamentos. (Bastos, 2012, p.2). “O imperativo da instantaneidade somado às multitarefas dificilmente propicia as condições necessárias a uma disciplina de verificação eficaz, minando-se desta forma a credibilidade das notícias” (ibidem, p. 3).

Anabela Gradim já em 2002 (p. 1) criticava aqueles que se entusiasmavam com o jornalista multimédia do futuro, “homem dos mil e um recursos”, capaz de desempenhar tarefas de captação de vídeo, fotografias, edição html e ainda produzir conteúdos para os diversos media que constituem o grupo onde está inserido.

O jornalista produz para várias plataformas, uma forma de as administrações pouparem recursos humanos e financeiros. O problema é que elas exigem cada vez mais rapidez aos profissionais, exigência esta que tem efeitos no tipo de produto final e na qualidade do mesmo. Bastos escreve que, para muitos investigadores e profissionais, “o conceito de jornalista convergente e multimédia é sinónimo de mais trabalho e menos qualidade informativa” (2010, p. 101).

Para Céu Neves, jornalista do Diário de Notícias, “as dificuldades económicas limitam os meios humanos e, com menos pessoas e menos tempo, é difícil ser excelente” (apud Lopes, 2015, p. 49). Bastos (2001, p. 112) admite que nos media tradicionais já existem inúmeros atropelos ao “rigor”, pelo que teme que a Internet contribua para agravar ainda mais essa tendência.

“A aceleração informativa inerente à ecologia do novo meio pode levar a máxima ‘dar primeiro, confirmar depois’ a extremos eticamente pouco recomendáveis”, sintetiza o autor (ibidem).

Além da convergência ter consequências negativas no rigor e na qualidade do jornalismo praticado, esta nova medida levada a cabo por muitas redações restringe a liberdade de expressão, uma vez que os conteúdos são frequentemente copiados e colados da mesma forma nas diversas plataformas (Lopes, 2015, p. 42). Os jornalistas “usam material recolhido por outros jornalistas, fontes disponíveis na Internet e o telefone para produzir o máximo de notícias o mais rápido possível” (Bastos, 2010, p. 43).

Assim, “refletir, ganhar recuo, contextualizar informação são expressões cada vez mais difíceis de conjugar na voracidade de uma sociedade que deixou de contar à hora para contar ao segundo (...) sinal de um novo tempo que deixámos de dominar para passarmos a dominados” (Duarte Valente apud Lopes, 2015, p. 152).

2.5. Jornalismo lento

Atualmente vivemos numa era em que o imediatismo faz parte da tendência dominante no jornalismo, onde “as possibilidades de reflexão, de narrativa e de informação contextualizada desaparecem” (Masurier, 2014, p. 140).

Neste sentido, começaram a surgir nos últimos anos movimentos denominados ‘slow’, nomeadamente o ‘slow journalism’, isto é, jornalismo que “convida a repensar os tempos necessários para produzir e consumir informação rigorosa, criativa e de qualidade” (Rosique-Cedillo e Barranquero-Carretero, 2015, p. 451).

Greenberg (2013, p. 381) define o jornalismo lento como uma prática que “mantém o leitor informado sobre a proveniência da informação e como é que a mesma foi recolhida”.

Este é um movimento que se opõe à pressão do tempo, à rapidez informativa e à concorrência feroz que incita os profissionais a serem os primeiros a divulgarem as notícias, por vezes sem o tratamento rigoroso que elas exigem. “Quando a velocidade se impõe como horizonte último do jornalismo, acaba por haver um descuido em valores deontológicos fundamentais como criar informação verdadeira, plural e comprovada” (Rosique-Cedillo e Barranquero-Carretero, 2015, p. 452).

Neste tipo de jornalismo, não há a preocupação de atualização constante. O que há em mente é a busca da “qualidade e do rigor” (ibidem, p. 453), assim como a reivindicação de um “jornalismo de largo formato” (ibidem), assente em géneros mais longos como o ensaio, a crónica e a entrevista, deixando para trás a competição extrema entre os vários órgãos de comunicação social que acabam por simplificar e descontextualizar realidades que merecem mais atenção e trabalho (ibidem).

“Censuram a lógica da novidade, do imediato e do habitual como principais valores-notícia e, em vez disso, atendem às necessidades dos cidadãos como critério último para definir o noticioso” (ibidem).

No entendimento deste autor, os objetivos do ‘jornalismo lento’ passam por revalorizar a qualidade jornalística numa era que há excesso de informação, apostar na reflexão profunda em vez de se optar apenas pelo imediatismo e tratamento superficial dos

assuntos, assim como pensar na forma como vamos transmitir aquele conteúdo ao público de forma criativa e diferente do estandardizado.

CAPÍTULO III – A RAPIDEZ INFORMATIVA E O RIGOR NA AGÊNCIA LUSA

3.1. Estágio na agência Lusa

A escolha da empresa para realizar o estágio não foi difícil. A agência Lusa foi, aliás, a única opção que comuniquei ao Gabinete de Estágios da Escola Superior de Comunicação Social. Desde o início sabia que queria integrar aquela empresa, uma vez que o meu tema dizia respeito à rapidez informativa e ao rigor e eu queria estudá-lo dentro da agência de notícias por, num panorama informativo em constante mutação, acreditar que ali se mantinham padrões e princípios jornalísticos tradicionais e fundamentais. Neste capítulo, enunciarei as tarefas realizadas nestes três meses enquanto jornalista em formação, bem como reflexões acerca da compatibilização da rapidez informativa e do rigor, com base em entrevistas semi-diretivas realizadas a profissionais da casa e na observação participante, que me permitiu recolher exemplos concretos do dia-a-dia.

3.1.1. Semana de formação

O estágio na agência Lusa, realizado entre os dias 05 de fevereiro e 27 de abril, teve os seus primeiros três dias dedicados a uma ação de formação onde os estagiários tiveram oportunidade de aprender diversos aspetos acerca do funcionamento da Lusa, da estrutura das notícias, do livro de estilo e ainda de conhecer jornalistas e editores das diversas editorias que constituem esta agência nacional de notícias.

Nestes dias de formação, foi possível consolidar conhecimentos previamente adquiridos na faculdade e conhecer as regras de escrita que orientam o trabalho dos jornalistas da agência Lusa. Títulos com um máximo de 80 caracteres, *leads* compostos por um máximo de 35 palavras e escrever apenas uma frase por cada parágrafo foram algumas das aprendizagens destes três dias que antecederam o trabalho na redação.

Aprendemos também a fazer títulos curtos, escrever de forma simples, quais as palavras “proibidas” na agência, bem como a trabalhar com o LUNA, a plataforma onde se produz, distribui e arquiva a informação.

Durante este período, houve dois aspetos realçados pela maioria dos profissionais que foram falar connosco: a importância de um jornalismo rigoroso, com uma escrita simples, e a relevância de utilizar o contraditório e de confirmar as fontes de informação.

Tal como proferiu António Caeiro, ex-jornalista da Lusa, “o jornalista vê, ouve, confirma, escreve, não entra na história, não pode ser um jornalista-estrela”²¹.

No terceiro e último dia de formação, quarta-feira, conhecemos os editores de todas as editorias da agência Lusa, que nos falaram um pouco sobre cada uma e ajudaram com eventuais dúvidas e indecisões sobre qual a(s) área(s) a escolher.

Pessoalmente, já tinha ideia que queria integrar a equipa do ‘País’ antes de começar a formação, algo que se manteve depois de ouvir a editora da editoria, Rosa Carreiro. Nessa tarde fomos conhecer a redação e ‘entregues’ às secções escolhidas por cada um dos estagiários para as conhecermos melhor e acordar os horários do estágio. Ficou decidido que entraria às 11:00 e sairia às 18:00.

3.1.2. A experiência no ‘País’

Findados os três dias de formação, importantes para perceber a organização da redação e a estrutura das notícias, chegou o momento de integrar oficialmente a editoria ‘País’ da agência Lusa.

A editoria ‘País’ acompanha temáticas diversas. Entre elas, destacam-se o funcionamento dos municípios, das juntas de freguesia, das comunidades intermunicipais e dos governos regionais dos arquipélagos, bem como iniciativas e tradições locais/regionais, ocorrências, processos judiciais que envolvam autarcas ou polémicas de dimensão local/regional, acompanhamento da atualidade local e regional, arrendamento, alojamento local e transportes urbanos.

A 08 de fevereiro, quinta-feira, apresentei-me na redação às 11:00. Neste dia e no seguinte, os editores enviaram-me comunicados de imprensa e propuseram-me escrever algumas notícias breves a partir deles somente para efeitos de treino.

²¹ Declaração proferida durante uma das sessões de formação que antecederam o estágio na agência Lusa.

Apesar de nestes dias não ter enviado peças para a ‘linha’ da Lusa, rapidamente me foi dada essa oportunidade. Na semana seguinte, já comecei a contribuir para a produção noticiosa da agência, com notícias breves, notícias ‘normais’ e até com áudio.

Durante grande parte do estágio, fiz diariamente notícias breves a partir de notas de imprensa enviadas todos os dias pela PSP de Lisboa que diziam sobretudo respeito a crimes e detenções. A partir de certa altura, estas notícias começam a sair quase automaticamente, uma vez que a estrutura dos comunicados era sempre idêntica e a estrutura das peças noticiosas também.

Sempre que chegava à redação lia as notícias correspondentes à minha editoria, de forma a estar sempre a par daquilo que ia acontecendo no país, e verificava o *e-mail* para ver se algum dos meus editores já me tinha pedido alguma tarefa.

No dia 15 de fevereiro, produzi a minha primeira notícia com áudio. A editora-chefe, Rosa Carreiro, propôs-me ligar para o presidente do Congresso do Tejo que viria a decorrer nos dias seguintes, Francisco Nunes Correia, ex-ministro do Ambiente, para que me antecipasse os principais temas a tratar e a sua posição em relação aos na altura recentes episódios de espuma descontrolada que abalaram o Tejo. Gravei a chamada, escrevi a peça, editei o áudio no Sony Vegas e depois enviei a notícia e o áudio para a linha. O áudio destina-se especialmente às rádios subscritoras do serviço da Lusa.

A 22 de fevereiro foi-me dado o voto de confiança de ir em reportagem sem acompanhamento de outro jornalista. O Metro de Lisboa realizou nesse dia a primeira de várias visitas guiadas gratuitas que viriam a acontecer este ano, no âmbito das comemorações dos 70 anos da empresa. Assim, foi-me proposto acompanhar de perto esta viagem por várias estações do metropolitano lisboeta, onde foi possível contemplar e aprender, com a ajuda do guia, sobre a arquitetura e a pintura que compõem o Metro.

Realizei esta reportagem, intitulada “Uma viagem de olhos postos na arquitetura e pintura do Metro de Lisboa”²², sem preocupação em ser rápido e na qual tive tempo de me debruçar, pensar e escrever com cuidado e atenção, algo que não acontece sempre, principalmente se estivermos a falar de notícias que têm de sair rapidamente e alimentar a comunicação social portuguesa.

²² Reportagem disponível no anexo IV.

Saí 16 vezes em serviços no exterior da redação, uma experiência importante para qualquer jornalista em formação, 11 delas sem acompanhamento de outro profissional da casa, permitindo-me perceber as rotinas e as dinâmicas dos vários serviços que a editoria ‘País’ engloba.

A maioria dos trabalhos que realizei sozinho fora da redação não me exigiram a rapidez que outro tipo de acontecimentos pode exigir. Escrevi quase sempre as peças apenas depois de chegar à redação. No início, por vezes deparei-me com dificuldades em identificar logo à partida qual o título e o *lead* da notícia que ia escrever. No entanto, após algum tempo a treinar e a ler os trabalhos dos meus colegas comecei a entrar no ritmo e, quando ia no carro a caminho da redação, tentava sempre fazer o meu título e *lead* mentalmente.

Tendo o *lead* feito, depois era começar a escrever de acordo com o grau de importância que atribuía às informações, utilizando sempre a técnica da pirâmide invertida, que consiste em privilegiar a informação mais importante e deixar o menos relevante para o fim.

Ainda assim, a 01 de março caiu uma árvore em cima de alguns carros na Praça Dr. João Couto, em Benfica, muito próximo à redação, e pediram-me para ir para o local. Neste caso, sentia obrigação de ser rápido e tentar dar o mais depressa possível, até porque tínhamos consciência que os outros órgãos de comunicação social iam começar a chegar ao local para reportar a ocorrência.

Assim que cheguei, falei com moradores e com um jornalista do Correio da Manhã que já lá estava. Reuni informações junto de locais, um deles tinha o seu carro atingido, e liguei para a redação para lançarem uma primeira notícia. Li os meus apontamentos e transmiti às minhas colegas o que tinha descoberto até ao momento, uma vez que se tratava de um assunto com necessidade de rapidez. Passado uns minutos, ligaram-me para ler a peça e verificar se estava tudo correto. Quando regresssei à redação, a notícia já estava na linha.

O meu segundo serviço realizado no exterior da redação, proposto pela Rosa Carreiro, foi uma reunião da Assembleia Municipal de Lisboa, à qual fui acompanhado pela jornalista e editora-adjunta do ‘País’ Marta Clemente, já que é um trabalho complexo e um pouco difícil para quem não conhece a maioria dos intervenientes nem está familiarizado com a lógica e estrutura das reuniões. Como tal, senti algumas

dificuldades e percebi que sozinho não conseguiria dar conta do recado. Estavam sempre muitas coisas a acontecer ao mesmo tempo e o jornalista, quase sempre sozinho, tem de prestar atenção a vários aspetos simultaneamente.

A Lusa tem por princípio dar destaque a todas as forças políticas e atualmente é o órgão que mais cobre os trabalhos da Assembleia Municipal, pelo que geralmente uma reunião destas dá sempre várias peças jornalísticas. A jornalista que acompanha estes trabalhos costuma, antes da reunião, antecipar algumas propostas e votações que vão acontecer na sessão e, como tal, há depois a obrigação de cobrir esses mesmos aspetos durante a reunião. Aqui notei enorme importância em ser rápido e rigoroso.

Antes de partir para a reunião da Assembleia Municipal de Lisboa estive a ler no arquivo da Lusa as propostas que haviam sido antecipadas e que estavam previstas serem discutidas/votadas naquela sessão. Estava especialmente a par da Taxa de Proteção Civil, ilegalmente cobrada aos lisboetas, e prevista para discussão. A mesma acabou por não ter lugar na reunião e eu escrevi uma peça a dar conta que a Assembleia Municipal de Lisboa tinha adiado a discussão da Taxa de Proteção Civil.

Fiz parte da equipa da Lusa numa época chuvosa e de tempestades, pelo que apanhei algumas ocorrências, como as inundações na Trafaria, em Almada. Assim que a editoria teve conhecimento que o mau tempo tinha provocado danos materiais e inundado algumas casas localizadas à beira-mar, pediram à jornalista Rosa Paiva que fosse, acompanhada de um fotógrafo, para o local. Eu pedi para ir acompanhá-los.

Quando chegámos, falámos com locais e com as autoridades. Depois, fomos para um café da aldeia para trabalhar e enviar as peças o mais rapidamente possível, uma vez que ainda não estava lá mais nenhum órgão de comunicação social e seríamos os primeiros. A Rosa tinha deixado o computador no carro e o motorista não conseguia passar até onde estávamos, então ela escreveu a peça no caderno e eu ia passando nas notas do telemóvel. Terminada a notícia, enviei logo para o *e-mail* da editora, que tratou de colocar na ‘linha’. Entretanto, o fotógrafo chegou onde nós estávamos e conseguimos fazer uma segunda notícia já a partir do computador. Aqui a necessidade de rapidez era notória.

Outro tema que quis experimentar foi a área da ‘Justiça’. Apesar de não ter tido oportunidade de o fazer sozinho, acompanhei por três vezes o meu colega Jorge Afonso

Silva, especialista na área, e com o qual adquiri conhecimentos relacionados com a dinâmica dos tribunais.

Ao longo do tempo, além de me ter sempre sentido bem acolhido e à vontade com os jornalistas e editores da editoria que integrava, fui sentido que confiavam no meu trabalho e que a minha editora me lançava vários desafios, em várias áreas, para que eu também pudesse experimentar um pouco de tudo e me sentisse à vontade com variados temas.

Destaco ainda a minha ida ao Parlamento, a 14 de março, sozinho. Foi-me proposto ir a uma audição com a Comissão de Moradores da Mouraria, em Lisboa, que se queixava do valor das rendas e dos despejos constantes naquele bairro, a ficar cada vez com menos locais que iam sendo substituídos por turistas.

A Lusa era o único meio de comunicação social presente na sessão, o que, por um lado, me dava a liberdade de escrever sem demasiada pressa pois sabia que ninguém podia lançar a notícia antes de mim. Por outro lado, acarretava responsabilidade uma vez que os outros órgãos dependeriam apenas da peça da agência para dar aquela notícia e era importante transmitir informação verdadeira e rigorosa.

Além disso, fiz reportagens com um cunho de atualidade, como por exemplo o crescimento dos hotéis nos últimos 10 anos na cidade de Lisboa, os acidentes causados pelos buracos nas estradas e o aumento das rendas na perspetiva dos comerciantes e de coletividades históricas no centro lisboeta.

3.1.3. As rotinas

A editoria abre normalmente por volta das 09:00 e fecha pelas 20:00. A pessoa que entra de manhã tem de ver o que sobrou da noite anterior, se há temas para desenvolver, ver o que é que há de novo no dia, ver se os jornais têm alguma coisa nova que a Lusa não tenha na linha ou se apareceram coisas novas na agenda. O/a editor/a de serviço vai também picar o ponto ao ‘piquete’ da manhã, que entra às 06:00 e sai às 13:00, para ver se eles têm assuntos novos que seja preciso dar seguimento ao longo do dia.

No caso de ‘País’, a secção também recebe um *e-mail* da rede com novidades que eles tenham, assuntos que lhes surgiram para o dia ou serviços novos de agenda. O/a editor/a junta tudo e manda para a chefia de redação que está de serviço. Cada secção manda isto para os chefes de redação, que depois distribuem tudo para toda a gente.

Em termos de reuniões, existem duas reuniões diárias, uma às 12:00 e outra às 18:00. A primeira é feita com um editor de cada secção e com a direcção, onde se falam, entre outras coisas, da agenda para os três dias seguintes. Tratam também de alguma situação do próprio dia.

Essa reunião do meio-dia, à quarta-feira passa para as 11:00, a reunião semanal, que além de falarem da agenda a três dias, discutem problemas que existam, questões que querem levantar, avisos que a direcção queira fazer para toda a gente. Nesta sessão, os intervenientes falam também daquilo que chamam ‘dominantes’, trabalhos extra-agenda que podem nascer do nada ou podem ter origem de um tema de atualidade que pretendam dar crescimento ou abordar de outras perspetivas. Nesse espaço, é debatido aquilo que se pode fazer, que secções é que podem ajudar naquele assunto e definir prazos.

Todos os dias realiza-se também uma reunião às 18:00, onde é falado da agenda para o dia seguinte, incluindo assuntos que ao meio dia ainda não existiam. Esta é a reunião de conclusão do dia. Depois dessa sessão, cada secção prepara as previsões de cobertura e aquilo que é o destaque de notícias do dia e manda para a chefia que reúne tudo sai uma peça no dia seguinte a dizer o que é que a Lusa pretende cobrir e quais os temas em destaque.

No caso da editora, Rosa Carreiro, tem de resolver outras burocracias, como validar despesas, folgas, férias e resolver os problemas que aparecem, como organizar/combinar uma reportagem extra. A sua principal função é nunca desligar os contactos, a rede. Se aparecer uma notícia em *desk* de um ministro que disse algo numa terra sobre outra terra completamente diferente, é necessário enviar a notícia ao correspondente dessa região para que ele fique a par. É preciso gerir a rede e pôr toda a gente a par do que se está a passar.

Relativamente à chefia de redação, João Gomes (jornalista e chefe de redação) resume que o seu principal papel é o “de um facilitador para que a redação flua no seu trabalho” (2018, Entrevista). Os chefes de redação assumem a pasta de coordenar a redação, acompanhando os assuntos que estão a ser tratados pelas diversas editorias, dialogando com os editores para ver qual a melhor forma de abordar uma questão ou muitas vezes compatibilizar aquilo que uma ou outra editoria pode fazer para tratar da melhor forma um assunto.

As principais rotinas passam por ver a linha, o serviço, coordenar as reuniões de agenda, distribuir indicações sobre trabalho, dialogar com os editores, muitas vezes também com os jornalistas diretamente, acompanhar o fio noticioso das televisões, das rádios e dos jornais.

3.1.4. Os editores

Os editores são uma peça fundamental no trabalho diário da agência Lusa e são eles que de algum modo ajudam a garantir a transmissão de informação rápida e rigorosa. Os jornalistas enviam peças para a ‘linha’ e, do outro lado, encontram um editor que as vai editar o mais rápido que conseguir, atentando a aspetos que possam ter escapado ao primeiro.

A minha experiência enquanto estagiário nesta empresa, permitiu-me observar o trabalho dos editores, até porque lidei com eles diariamente. Por diversas vezes pude presenciar jornalistas a corrigirem gralhas e até outros erros mais graves que tinham sido cometidos por jornalistas. Outras vezes, existiam dúvidas acerca de determinados aspetos e os editores telefonavam para o redator em questão para esclarecer, compreender melhor e, posteriormente, conseguir tornar o texto mais perceptível para o leitor.

Tal como evidencia Rosa Carreiro, é importante que o editor atente não só à estrutura da peça e a possíveis erros ortográficos, mas também ao próprio conteúdo, especialmente números, que podem não bater certo ou fazer sentido: “Os números são um belo exemplo de como se deixam passar coisas que não fazem sentido nenhum. E é preciso pensar na lógica que eles fazem” (2018, Entrevista).

Marco Lopes Silva, editor-adjunto de ‘País’, mostrou ser uma pessoa muito atenta aos números, pelo que quando achava que determinado número parecia descabido ligava logo ao jornalista redator para garantir que não se tratava de um erro.

Ainda assim, Rosa Carreiro admite que nem sempre é fácil prestar a máxima atenção a todas as notícias e que é aí que “muitas vezes saem os erros”. A carga de trabalho, sustenta, por vezes não permite que tudo seja visto e revisto como deveria ser. A jornalista explica que estão sempre a acontecer muitas coisas ao mesmo tempo, que

acabam por não permitir que um texto seja lido do início ao fim sem interrupções, motivando um esforço de concentração extra:

“Estás a editar um texto, acabaste de ver um texto sobre incêndios, agora aparece um sobre fundos comunitários, saltas de um tema para outro em cinco segundos, às vezes não estás muito bem informado sobre aquele tema, é um tema novo, estás a tentar concentrar-te a ver se o texto faz sentido. Estás no segundo parágrafo, o telefone tocou, um correspondente apanhou um ministro a falar de um assunto do qual ele não percebe nada porque é fora da zona dele e então ele precisa de ajuda com o background e então tu paras o texto que estás a editar para ajudá-lo com o background e não sei quê. Entretanto, viste chegar um e-mail de um correspondente, que recebeu um comunicado, a saber se faz aquele comunicado. Depois lembraste-te que estavas a editar um texto, voltas para o texto e se calhar saltas para o terceiro parágrafo ou para o quarto porque achas que já viste o resto. Claro que isto que eu estou a dizer não é o que acontece sempre e com o tempo as coisas vão entrando, mas eu acho que às vezes nós somos todos um bocado super-homens e super-mulheres.” (Carreiro, 2018, Entrevista)

Ainda assim, a editora sublinha que esta não é a realidade de todos os dias, destacando que o que importa para o público é “o resultado final” e que as pessoas se estão a “borrifar” se os jornalistas estão com muito ou pouco trabalho, se estão aflitos, se estão sozinhos, “o que interessa é a notícia que sai” e, por isso, é preciso ter “ter toda a atenção na notícia e lê-la bem do início ao fim e confirmar coisas”.

Quando há falhas, a principal preocupação é corrigir. “E esse trabalho é feito com o jornalista que escreveu. É muito raro fazermos a correção de um texto sem perguntar, a não ser que seja uma gralha”, ressalva.

Rosa Carreiro frisa também que quando são erros repetidos, como uma “noção errada, uma explicação mal dada”, faz um *e-mail* para a rede a explicar ou então um alerta geral. De resto, alega “que o maior castigo de quem se enganou é ter-se enganado, ter deixado passar uma coisa que não faz sentido” e que o editor que assina uma peça fá-lo “para o bem e para o mal”, sentindo sempre alguma responsabilidade se uma peça que editou estiver errada.

3.2. A rapidez e o rigor na Lusa

Com o surgimento da Internet, a rapidez informativa e o acesso a um vasto leque de fontes de informação aumentaram exponencialmente e, por outro lado, tal como

explorado na revisão de literatura do presente trabalho, o rigor foi muitas vezes deixado de lado.

Na agência Lusa, no entanto, o valor do rigor não deixou de existir ou, pelo menos, a redação continua a valorizá-lo e a lutar por ele num mundo onde ocorreram constantes mutações nos últimos anos.

Segundo o Livro de Estilo da Lusa, “o serviço não é compatível com demoras e, por vezes, bastam alguns segundos de atraso para se perder a primeira mão de uma notícia. Por isso, em agência tudo é urgente. Uma notícia pode, apenas, ser menos urgente do que outra.”²³

No entanto, o documento também é claro ao dizer que a rapidez, primeira característica do jornalismo de agência, “não pode ser exercida com o sacrifício da precisão e da exatidão”²⁴

No mesmo sentido, Rosa Cotter Paiva (2018, Entrevista), jornalista na Lusa, começa por afirmar que, apesar de tudo, a agência é rápida a dar as notícias, mas o rigor tem de estar sempre presente na mesma. “Às vezes os outros órgãos têm ‘Últimas Horas’ que nós não temos porque ainda não temos a fonte ou ainda não temos uma confirmação de uma fonte oficial. É preferível demorar mais e não correr esse risco”, explica.

João Gomes acrescenta que “durante muitos anos disse-se sempre que a Lusa deveria ser a primeira em tudo”, mas que, neste momento, deve ser “a primeira a dar a notícia correta”.

O jornalista admite que é com “muito esforço” que se compatibiliza rapidez e rigor, mas não hesita em defender que “a principal preocupação tem de ser o rigor” e que, se for preciso fazer um ‘ranking’ daquilo que deve prevalecer, não tem dúvidas. “É o rigor que deve estar em primeiro lugar. A rapidez vem a seguir. Agora, se for possível compatibilizar os dois, perfeito. Se não for, o rigor”, defende.

Numa altura em que se dá muita importância à rapidez com que se transmite as notícias e em que a Internet roubou muitas oportunidades à agência Lusa de ser a primeira, Rosa Carreiro dá conta que “é um equilíbrio às vezes difícil no dia-a-dia, mas o que importa é manter sempre a regra do rigor”.

²³ Livro de Estilo Lusa. Ver em: <https://www.lusa.pt/Files/lusamaterial/PDFs/LivroEstilo.pdf>

²⁴ Ibidem.

“Há vezes em que estamos aqui desesperados porque toda a gente já deu. E desesperados às vezes significa horas. Toda a gente já deu e nós não. É terrível. Sentimo-nos ultrapassados, obviamente”, conta.

João Gomes exemplifica:

“Morre uma figura pública e tu comesas a ver nos rodapés das televisões que morreu fulano tal e a Lusa não dá. Tu comesas a ver os alertas de diversos órgãos e não têm fonte. Nós enquanto não tivermos uma fonte identificada a confirmar não damos a notícia. Aí, há uma busca incessante do rigor.” (Gomes, 2018: Entrevista)

Já Rosário Salvado, jornalista na Lusa há quase duas décadas, confirma que “agora a rapidez é muito importante, mas aqui há largos anos a Lusa quando dava a notícia é que estava mesmo confirmada” (2018, Entrevista).

Questionada se atualmente essa confirmação já não se verifica, a jornalista afirma que também acontece, mas na sua ótica com mais “ligeireza” que outrora. “Antigamente as notícias chegavam a esperar para aprovação três horas, quatro horas, enfim, o que fosse preciso”, acrescentando que nessa altura não “se viam tantas correções e substituições” nas notícias como é possível verificar atualmente:

“Aqui há uns anos não existia. Tu fazias uma correção ou uma substituição e ficavas logo marcado. Era mesmo muito constrangedor. Não significa que agora não o seja e que não te irrites na mesma, mas na altura toda a gente se lembrava que tu deste aquela notícia.” (Salvado, 2018, Entrevista)

Para João Gomes, enganar-se não é um problema desde que o erro seja assumido e corrigido pela agência Lusa.

“A Lusa não tem qualquer problema em corrigir em caso de erro. Erra, reconhece e corrige o erro. Não há vergonha. Errar, todos podemos errar. Corrigir todos devemos corrigir. Logo aí está ultrapassado esse constrangimento que poderíamos ter. Erramos, corrigimos”. (Gomes, 2018, Entrevista)

O jornalista lembra que, com a evolução tecnológica constante dos últimos anos, nos dias de hoje produz-se muito mais que há 10/20 anos, significando que há mais produção, mais quantidade de informação e também “maior a possibilidade de erro”.

3.2.1. Como é que se compatibiliza rapidez e rigor?

A agência Lusa continua a ter a missão de informar rapidamente, apesar de nos dias atuais ser frequentemente ultrapassada por diversos órgãos de comunicação social, especialmente em situações de ocorrências, como acidentes ou crimes. A diferença é que, não raras as vezes, os órgãos que a ultrapassam veiculam informação que carece de verificação e de uma fonte identificada, enquanto a Lusa tem por princípio esperar pela confirmação de uma fonte oficial.

Compatibilizar os dois parâmetros não é, por isso, uma tarefa fácil. Rosa Carreiro advoga que “a primeira regra é não atirar coisas para o ar que não saibamos do que é que estamos a falar”, pelo que o rigor e a certeza de que se está a utilizar uma informação credível devem estar em primeiro lugar.

Depois, “uma base de fontes bastante sustentada” também ajuda no processo de fabrico de notícias de forma rápida e rigorosa. “Quando elas estão trabalhadas [fontes], quando já temos confiança e sabemos que o vem dali é credível, aí já é muito mais fácil de funcionarmos”, advoga a jornalista.

Além disso, a vasta ‘Agenda’ da Lusa e o serviço público que presta permitem que a agência esteja presente em locais onde mais ninguém vai, algo que na ótica de Rosa Carreira traz benefícios para fontes e jornalistas: “eles querem mostrar aquilo que fazem e sabem que a Lusa pode dar visibilidade a esse trabalho e depois também eles nos dão informação sem que estejamos lá, porque sabem que isso é respeitado e que aquilo que nos passam é veiculado com rigor e preocupação”.

Outro aspeto fundamental para manter rapidez, rigor e, como denomina João Gomes, “harmonia territorial”, diz respeito à vasta rede de correspondentes da agência Lusa, com os qual a sede em Lisboa mantém contacto permanente via telefone, Skype ou Facebook.

“No nosso caso, como lidamos todos os dias com pessoas que estão bastante longe, essas formas de comunicar acabam por ser mais fáceis e práticas para não estarmos sempre a telefonar”. (Carreiro, 2018, Entrevista)

Neste sentido, os editores da editoria ‘País’, além de aprovarem notícias e terem responsabilidade na garantia do rigor, também são eles que gerem grande parte dos

jornalistas da rede e que facilitam uma dinâmica de trabalho que promove a rapidez na produção e distribuição das notícias.

Durante a minha estadia na agência Lusa, pude observar várias vezes o contacto com os correspondentes nos diversos distritos portugueses, motivado por dúvidas que podem surgir de ambos os lados. Tal como diz Rosa Carreiro, “as pessoas estão no terreno e precisam de respostas” e os editores encontram-se na redação para ajudar e aconselhar os profissionais. Por sua vez, outras vezes são os editores que se vêm forçados a telefonar aos correspondentes porque têm dúvidas no texto ou porque alguma coisa parece não bater certo.

A experiência na redação da Lusa, a familiarização com a estrutura textual e a repetição de acontecimentos ano após anos também facilita a compatibilização da rapidez e do rigor, bem como o arquivo e o ‘background’.

“Ao fim de um tempo já tens a cabeça com esquemas. Como se chegasses ao computador e tivesses vários modelos que podes usar. Ter uma estrutura assim mais rigorosa é óbvio que é uma das coisas que nos faz avançar mais. E depois com a prática isso torna-se mais fácil.” (Carreiro, 2018, Entrevista)

Na decisão instrutória do caso do atropelamento do adepto italiano Marco Ficini, junto ao Estádio da Luz, em Lisboa, o jornalista já tinha a peça pronta, já que previa aquilo que viria a acontecer, fruto da experiência. Assim que recebeu a decisão no tribunal, confirmou e enviou a peça para a Lusa, que lhe valeu a conotação de ‘Última Hora’ no Luna.

A juntar a isso, continua Rosa Carreiro, há o facto de os jornalistas passarem por muitos temas, muitas áreas, fazendo com que, quando chega algo novo, “já não é assim tão novo”.

3.2.2. Observação participante: exemplos práticos e reflexões

Durante os três meses em que decorreram o estágio, foi possível compreender e observar de perto a organização da empresa, rotinas e casos onde a agência Lusa ficou para trás na corrida da rapidez, em detrimento da responsabilidade de difundir informação rigorosa e devidamente verificada pelos jornalistas. Como tal, propomo-nos,

nesta fase do trabalho, a enunciar exemplos práticos, observados de perto na redação, e a refletir sobre os mesmos.

Poucos dias depois do início do estágio na agência Lusa, mais concretamente em 20 de fevereiro de 2018, houve um acidente com um autocarro turístico que embateu contra uma árvore, na Avenida de Liberdade, em Lisboa. O Correio da Manhã (CM) noticiou primeiro que a Lusa e anunciou que havia vítimas encarceradas, 12 feridos, inclusivamente graves. A agência enquanto não conseguiu confirmações oficiais não avançou com a notícia, mesmo que com isso tenha ficado para trás na corrida da velocidade de publicação. As imagens transmitidas pela televisão do CM e as fotografias que iam surgindo do acidente davam a entender que o autocarro havia embatido numa árvore, tal como tinha dito o CM. No entanto, na Lusa, os jornalistas na redação, enquanto vislumbravam as referidas imagens televisivas, discutiam e tentavam perceber se a viatura tinha chocado com a árvore ou não. Apesar de tudo indicar que sim, a Lusa manteve a sua notícia de que um autocarro turístico tinha embatido contra um objeto. Esta informação até pode ser considerada um pormenor, mas ainda assim notámos desde logo a importância do rigor, a atenção aos pormenores e o cuidado com as palavras.

Observou-se, por várias vezes, outros órgãos de comunicação social a darem notícias de ‘Última Hora’, nomeadamente ocorrências, que depois não correspondiam à verdade ou continham informações dúbias. No mesmo dia, 20 de fevereiro, um jovem foi esfaqueado junto a uma escola nos Olivais, em Lisboa. O CM escrevia no título que o esfaqueamento tinha ocorrido numa escola nos Olivais, enquanto o lead indicava que tinha sido junto a uma escola, comprovando-se a falta de rigor. A agência Lusa contactou fontes oficiais, nomeadamente a PSP, de modo a esclarecer o que se tinha passado.

Passados poucos minutos, o Correio da Manhã modificou o título para “junto a escola”, uma ação muito comum nos *sites* dos meios de comunicação social. A Lusa, por outro lado, não é um *site* e importa sublinhar que não consegue apagar aquilo que já escreveu. Consegue, sim, corrigir, mas isso implica uma peça nova, não apaga aquilo que já foi divulgado e tão pouco esconde que se trata de uma correção.

Além disso, “um erro na Lusa pode significar um erro em 600 órgãos de comunicação social” (Gomes, 2018, Entrevista), já que existe um efeito de réplica levado a cabo pelos

subscritores do serviço da agência. Tendo em conta este fenómeno, tem de haver responsabilidade, “desde logo por parte dos jornalistas, seja do singelo colaborador até ao diretor de informação, quer por parte dos editores que têm de estar com uma redobrada atenção para colocar na linha aquilo que é credível”, refere João Gomes.

O Correio da Manhã funcionou várias vezes de alerta para os jornalistas da agência Lusa, mas nunca de fonte, já que fontes oficiais são privilegiadas. Verificou-se também que a Lusa normalmente dava este tipo de casos depois da concorrência, mas geralmente avançava com mais informação, contextualizada e atualizada, que muitas vezes até contradizia o que o primeiro órgão havia noticiado.

A 19 de abril, uma embarcação virou em Cascais, devido à ondulação, com 10 turistas a bordo. O Correio da Manhã noticiava que eram 12 pessoas e apresentava uma notícia com muito pouca informação e sem qualquer fonte atribuída, uma prática que a agência Lusa não pode nem leva a cabo. Só alguns minutos depois é que a Lusa conseguiu divulgar a notícia relativa a este incidente, que dava conta que a embarcação transportava 10 pessoas e atribuía o Comandante Pereira da Fonseca, da Autoridade Marítima Nacional, como fonte.

A agência Lusa acaba por se inserir numa corrida diferente, onde procura ser a primeira a noticiar a verdade, numa altura em que se deixa cair o rigor como princípio básico do jornalismo, como sugeriu João Gomes.

Se, por um lado, em acidentes a agência Lusa fica para trás, existem outros temas, como por exemplo a cobertura de várias forças políticas na Assembleia Municipal de Lisboa, que são assegurados pela agência. A Lusa acaba por se diferenciar e não ter concorrência em temas que mais ninguém vai cobrir e que a agência, com a missão de serviço público, tem de cobrir e sustentar os outros meios de comunicação social portugueses.

Mas também há enganos, principalmente em ocorrências do género destas que temos vindo a enunciar e, nesses casos, a agência Lusa assume e faz uma nova peça a dar conta que é uma correção. Rosa Carreiro fala do facto das pessoas não serem tão exigentes com erros do género e explica que é muito importante dizer às pessoas que inicialmente se tinha dito X, mas que afinal confirmou-se que é Y, até porque em cima do acontecimento as fontes oficiais nem sempre conseguem dar informação precisa e acabam por se enganar.

Ainda assim, Luís Filipe Sebastião ressalva que “o jornalista não consegue ressuscitar mortos”, pelo que é preferível que a Lusa “dê a informação que houve um acidente com X feridos e eventualmente um morto ou dois e depois atualizar para três mortos, do que dar mortos que afinal não são”.

“Não me choca que o CM ou a SIC estejam a dar três mortos e nós só dois e depois esses dois se confirmarem, porque eles a seguir podem alterar para os dois, mas nós Lusa depois temos de ressuscitar uma pessoa”, acrescenta.

Enquanto estagiava na Lusa, deparei-me com uma peça corrigida exatamente por esse motivo. A notícia ‘Homem que matou a mãe de 93 anos em Loulé condenado a 16 anos de prisão’ foi sujeita a correção, uma vez que a fonte havia informado mal o jornalista acerca da data em que o tribunal proferiu a sentença.

Assim, a peça corrigida contava com a seguinte nota: “nova versão com correção do dia em que o tribunal proferiu a sentença, que foi alterada pela fonte”.

3.3. Pressão das fontes de informação

O exercício rápido e rigoroso da profissão também depende, naturalmente, da veracidade e do rigor com que as fontes transmitem a informação. Nesse sentido, e como explorámos no capítulo anterior, cabe muitas vezes ao jornalista gerir da melhor forma uma relação de confiança com a fonte, mantendo também um olhar crítico ao que é difundido pela mesma.

Os jornalistas entrevistados confirmam que há pressões e tentativas de manipulação por parte de assessores de imprensa e agências de comunicação que tentam impor os seus interesses na agenda noticiosa.

Rosa Carreiro afirma que o ‘País’ não é a área que mais sofre com pressões de fontes, mas admite que elas existem e que as relações com os assessores de imprensa nem sempre são fáceis de gerir. “Ou corre-se o risco de se ficar afastado demais ou irritar sempre o assessor como fonte, temos uma má relação e isso não nos beneficia em nada, ou então também se corre o risco contrário, que é demasiada proximidade, e isso também não facilita”.

A jornalista acrescenta que haverá um dia em que o jornalista vai precisar de escrever uma notícia que vai chatear o/a assessor/a e com uma relação de demasiada proximidade não é fácil. Desta forma, o ideal, assegura, passa por tentar manter uma relação equilibrada, não muito próxima nem muito distante destas fontes de informação.

Nos três meses que estive na agência, recordo-me de um comunicado de imprensa que chegou da Câmara Municipal de Oeiras com uma visita a um skate-parque da região que ia contar com a presença do presidente, Isaltino Morais. A nota dava a entender que o recinto tinha acabado de abrir, mas depois viemos a perceber que já estava em funcionamento desde o início do ano, pelo que a informação chegou apenas para tentar impingir a agenda do presidente Isaltino na agenda dos *media*.

João Gomes sublinha que “acontece no dia-a-dia uma fonte que divulgou determinada informação, e havendo alguma polémica, tentar voltar atrás e dizer que não disse”. As fontes às vezes vão além daquilo que podem ir ou são fontes naquilo que não podem e depois arrependem-se e desdizem-se, adianta. “Tudo isto obriga a um trabalho de verificação bastante apurado e a um contacto permanente com as fontes por parte do jornalista para que tenha uma grande confiança na fonte e saber aquilo que pode confiar, ou não, naquilo que está a ser dito e não ser manipulado”, explica.

“E não é só no início da carreira. Mesmo um jornalista com grandes pergaminhos pode ter necessidade de dar uma notícia que não é tão importante, satisfazendo a fonte, porque sabe que vem depois o proveito de uma notícia mais importante”, acrescenta João Gomes.

Rosa Carreiro diz que há pressões que chegam, mas que a atual direção lida bem com isso e “as pessoas não se deixam intimidar”, acrescentando que:

“Só porque a Lusa é do Estado nós não somos o correio nem a agência de comunicação deles. A direção lida bem com isso. Ninguém nos pressiona para escrever coisas só porque sim ou porque alguém ficou chateado. Só escrevemos coisas que façam sentido.”

Rosa Cotter Paiva critica que em muitos casos os assessores barrem jornalistas que tentam chegar à fala com um ministro, acrescentando que “um assessor é para assessorar e não para impedir que o jornalista faça o seu trabalho”.

Sobre casos de traições por parte de fontes de informação, Rosa Cotter Paiva nota que nunca lhe aconteceu, mas avança que durante os vários anos que esteve ao serviço da

editoria de ‘Desporto’ isso aconteceu a um colega. Uma fonte, sempre de confiança até aquele momento, transmitiu informação errada e foi imediatamente riscada da lista.

Marta Clemente (2018, Entrevista) tem reparado que ultimamente têm acontecido muitos casos de fontes que transmitem informação errada e depois telefonam a corrigir: “nós temos de fazer a correção não porque nos tenhamos enganado, mas porque a informação que a fonte nos deu não estava correta.”

3.4. Jornalismo de agenda e sedentário

O jornalismo, que antes do aparecimento da Internet era “mais lento e muito mais em esforço” (Gomes, 2018, Entrevista), tornou-se mais rápido e mais dinâmico, vindo a permitir que hoje se possa trabalhar localmente como estivéssemos na redação, com recurso a telemóveis e computadores portáteis. A Internet trouxe rapidez, mas tornou o jornalismo mais sedentário em relação a antigamente.

Rosário Salvado releva que a agência Lusa está atualmente condenada sobretudo a trabalhos de ‘Agenda’, porque há menos recursos humanos, havendo falta de tempo para a realização de reportagens extra-agenda. Esta é uma realidade transversal à maioria dos órgãos de comunicação social portugueses e à qual a Lusa, apesar de estar presente onde muitos não estão, pertence.

“Não é que os chefes não peçam ou que as pessoas não proponham, mas não há possibilidade. E mesmo as reportagens que temos são, sinceramente, pouco originais. São aquelas que toda a gente já fez. Fizemos há três anos, vamos fazer outra vez. Nada de novo. Até as reportagens são relacionadas com agenda, que é uma coisa impressionante.” (Salvado, 2018, Entrevista)

A editora Rosa Carreiro partilha da mesma opinião. A jornalista destaca igualmente a falta de pessoas para manter os trabalhos de agenda e reportagens originais, extra-agenda, e ressalva que não é por falta de abertura ou por quererem ser “mais quadrados ou mais tradicionais dentro da agência”.

“As pessoas não podem ficar aqui de manhã à noite. Há uns anos tivemos rescisões e, entretanto, foram saindo algumas pessoas e alguns colaboradores, que não viam a sua situação resolvida e mantinham-se sempre a recibos. Não é por falta de ideias, não é por falta de vontade. Eu, pelo menos da minha parte, sinto que falta tempo, faltam braços. De facto, há coisas de agenda que são incontornáveis.” (Carreiro, 2018, Entrevista)

As reportagens e os trabalhos mais investigativos que vão surgindo na agência Lusa, os quais também tive oportunidade de realizar no decorrer do estágio, estão quase sempre associados à atualidade e à agenda da Lusa. Os outros órgãos de comunicação social também carecem de recursos humanos e há muita coisa com a qual não se têm de preocupar, principalmente com matérias de atualidade. A Lusa, por outro lado, para garantir o seu contrato de serviço público e a cobertura de uma diversidade de acontecimentos, vê-se obrigada a prescindir de trabalho de reportagem.

A empresa não possui neste momento possibilidade de dispensar pessoas de serviços de agenda durante uma semana para que se foquem em trabalhos de reportagem mais intemporais e sem cunho de atualidade, garante Rosa Carreiro.

Neste sentido, é possível compreender que na agência Lusa não há muito espaço para colocar em prática o conceito de ‘slow journalism’, explorado no enquadramento teórico do trabalho, já que a agência vive muito da atualidade, do imediatismo e da rapidez.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presença diária na redação durante quase três meses, as interações com os editores e colegas jornalistas, bem como as entrevistas realizadas, permitem concluir que a rapidez é importante no trabalho da Lusa, mas que sempre que não seja possível compatibilizar a rapidez com o desempenho de um trabalho jornalístico rigoroso, a prioridade é o rigor, mesmo que a rapidez tenha de ser sacrificada.

Embora na perspectiva de Boyd-Barret (2012, p. 26), as agências de notícias, por meio das suas redes de correspondentes, geralmente mais extensas em relação aos restantes órgãos de comunicação social, estejam “mais propensas a dar as notícias de última hora”, com a emergência da Internet, a agência Lusa deixou de ser a mais rápida, para passar a ter outros meios de comunicação a publicar notícias no seu *site* primeiro, ainda que muitas vezes sem fontes atribuídas e informações devidamente confirmadas.

Tal como afirma João Gomes, a Lusa passou a participar noutra corrida, a de ser a primeira a dar a notícia verdadeira. Em situações de ocorrências, como acidentes, por exemplo, observámos que a agência não costuma estar na ‘linha da frente’. No entanto, apercebemo-nos de que acontece frequentemente outros órgãos de comunicação social divulgarem no seu *site* uma notícia com uma linha e a Lusa, quando dá a notícia, fá-lo com informação confirmada por fonte oficial e com maior contextualização.

Os dois aspetos não são fáceis de compatibilizar e a agência Lusa é muitas vezes obrigada a sacrificar a rapidez em prol do rigor e da confirmação oficial das informações que vai divulgar. Ainda assim, e respondendo à pergunta de partida desta investigação, o facto de ter “uma base de fontes bastante sustentada” (Carreiro, 2018, Entrevista), uma agenda, uma vasta rede de correspondentes, assim como profissionais experientes e um vasto arquivo que permite conceder ‘background’ às peças, ajuda a equilibrar rapidez com rigor informativo.

Contudo, e como os meios técnicos e humanos não são infalíveis, existem notícias que são publicadas com erros ou enganos. Nestes casos, João Gomes defende que o mais importante é assumi-lo, reforçando que não há que ter vergonha do erro. Rosa Carreiro acrescenta que é importante explicar ao leitor o que é que está errado e, nas situações de ocorrências, por exemplo, isso deve estar explicado nas peças. No que toca a este

aspecto, Luís Filipe Sebastião sublinha que não é possível ressuscitar mortos e que é preferível dar dois mortos e depois atualizar para três, do que ao contrário.

A observação ativa no dia-a-dia da redação, bem como as entrevistas efetuadas aos jornalistas da casa durante o estágio na Lusa permitiram também confirmar a hipótese colocada no início da investigação. Há, de facto, um esforço acrescido no que diz respeito ao rigor, uma vez que a agência detém uma responsabilidade social acrescida, já que é a principal fornecedora de ‘matéria-prima’ de grande parte dos órgãos de comunicação social portugueses.

Todos os jornalistas que prestaram depoimentos pertinentes e enriquecedores para o presente trabalho consideraram haver essa responsabilidade social acrescida por parte da agência Lusa, dado que a empresa tem um contrato de serviço público celebrado com o Estado e uma vez que também “há um efeito enorme de reprodução” (Gomes, 2018, Entrevista). Enquanto transmissora de notícias para quase todos os *media* portugueses, há maior responsabilidade em oferecer uma cobertura vasta e diversificada dos principais acontecimentos e também de atenção redobrada a erros que possam surgir. Um erro na Lusa pode significar um erro em dezenas ou centenas de meios de comunicação social.

Relativamente à questão dos recursos humanos, concluímos que a Lusa apresenta falta de redatores, mas que ainda assim tem uma estrutura organizacional equilibrada que permite que as notícias sejam editadas e publicadas com a rapidez e o rigor necessários. Foi-nos possível observar também que algumas notícias saem com gralhas, mas que não interferem no conteúdo das peças.

A falta de recursos humanos, a par do surgimento da Internet, contribui, no entanto, para a prática de um jornalismo mais sedentário que outrora. Muitos serviços são realizados a partir da própria redação, por telefone, dispensando-se a ida ao local, e a reportagem tem pouco lugar na agência Lusa. Não por falta de vontade ou de ideias, mas por falta de tempo e de pessoas.

Devido à responsabilidade social acrescida da Lusa e ao contrato de serviço público firmado com o Estado, a agência tem uma vasta agenda para cumprir, que não lhe permite dar muita atenção a géneros jornalísticos mais longos, como a reportagem ou a entrevista. As reportagens realizadas pela Lusa têm essencialmente um ‘cunho’ de

agenda. Elas são, no fundo, reféns dessa agenda, não sendo totalmente independentes dos temas da atualidade.

Por outro lado, a falta de tempo e de recursos não fazem, pelo menos por enquanto, com que o jornalista da agência seja um homem dos sete ofícios. Tal como abordámos na revisão de literatura, o jornalista da atualidade é cada vez mais um profissional que edita áudios, vídeos, escreve, gere redes sociais, tira fotografias e ainda dá uns toques em tarefas de programação.

Na agência Lusa, o redator edita áudios e poderá editar uma reportagem ou outra em vídeo, mas não tira fotografias, não filma, não edita redes sociais nem desempenha as tarefas de um engenheiro informático. Na Lusa há departamentos específicos para os fotógrafos, operadores de câmara e engenheiros desempenharem as suas tarefas.

Os profissionais que compõem a redação da Lusa são consensuais ao afirmar que a agência é a grande fábrica das notícias e assume uma importância fundamental no jornalismo atual, em que os jornais, as rádios e as televisões têm falta de recursos e necessitam da agência para darem aos seus leitores, ouvintes ou espetadores informação atual, do país e do mundo.

Além disso, a agência distingue-se daqueles que estão a enveredar pelo caminho do sensacionalismo, da informação rápida e descontextualizada, afirmando-se no panorama jornalístico contemporâneo como uma empresa onde se pratica um jornalismo assente em princípios e valores tradicionais que não foram sendo perdidos ao longo dos anos, apesar da crescente adaptação à emergência do digital.

A presente investigação possibilita-nos concluir ainda que, se por um lado, em acidentes e outras ocorrências a agência Lusa fica para trás, existem outros temas, como por exemplo a cobertura de várias forças políticas na Assembleia Municipal de Lisboa, que são assegurados pela agência. A Lusa acaba por se diferenciar e não ter concorrência em temas que mais ninguém vai cobrir, mas que a agência, vinculada à missão de serviço público, fá-lo.

Durante o período permanecido na Lusa, enquanto jornalista estagiário, foram desempenhados trabalhos em locais onde mais nenhum órgão marcou presença e que não exigiram tanta rapidez, como por exemplo a audição dos moradores de Alfama no parlamento ou a apresentação pública do Caminho Português da Costa, que decorreu na

Bolsa de Turismo de Lisboa (BTL), mas também outros, como a queda da árvore na Rua Dr. João Couto, em Benfica, ou as inundações na Trafaria, Almada, que exigiram resposta rápida a partir do terreno.

Nos primeiros casos, as notícias foram redigidas a partir da redação, com serenidade e sem muita pressão para que saíssem com urgência na 'linha', enquanto que as outras duas situações careceram de agilidade no terreno e cooperação entre os profissionais que se encontravam no exterior e os que se encontravam no interior da redação, para que a informação saísse rapidamente e de forma rigorosa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Bastos, H. (2012) A diluição do jornalismo no ciberjornalismo. *Biblioteca on-line de ciências da comunicação*. [Internet] Disponível em <http://www.bocc.ubi.pt/pag/bastos-helder-2013-a-diluicao-do-jornalismo-no-ciberjornalismo.pdf> [Consult. 13 de novembro 2017]
- Bastos, H. (2010) *Ciberjornalistas em Portugal: Práticas, Papéis e Ética*. 1ª ed. Lisboa, Livros Horizonte.
- Bastos, H. (s/d) Ciberjornalistas portugueses: das práticas às questões de ética. *Biblioteca on-line de ciências da comunicação*. [Internet] Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/bastos-helder-ciberjornalistas-portugueses.pdf> [Consult. 16 de novembro 2017]
- Bastos, H. (2000) *Jornalismo Electrónico: Internet e reconfiguração de práticas nas redacções*. Coimbra: Minerva.
- Benayas, I. M. (2006) Globalización de la información y agencias de noticias. [Internet] Disponível em: <https://imuro.wordpress.com/category/otras-publicaciones/capitulos-completos-de-libros-otras-publicaciones/> [10 de maio 2018]
- Boni, V. & Quaresma, S.J. (2005). Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. *Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC* [Internet] Disponível em <https://periodicos.ufsc.br/index.php/emtese/article/viewFile/%2018027/16976> [Consult. 19 de novembro 2017]
- Boyd-Barret, O. & Rantanen, T. (1998) The Globalization of News. In *The Globalization of News*. 1º ed. London, Thousand Oaks, New Delhi: Sage Publications.
- Boyd-Barret, O. (1998) ‘Global News Agencies. In *The Globalization of News*. 1º ed. London, Thousand Oaks, New Delhi: Sage Publications.
- Boyd-Barret, O. (2012) As agências nacionais de notícias na turbulenta era da internet. *Universidade Metodista de São Paulo*. [Internet] Disponível em:

<https://www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/CSO/article/view/3149/2951>

[Consult. 10 de maio 2018]

Bradshaw, P. (2014) Instantaneidade: Efeito da rede, jornalistas mobile, consumidores ligados e o impacto no consumo, produção e distribuição. In *Webjornalismo: 7 características que marcam a diferença*, Covilhã, Livros LabCom, pp. 111-136.

Canavilhas, J. (2004) Os Jornalistas Portugueses e a Internet. *Biblioteca on-line de ciências da comunicação*. [Internet] Disponível em:

<http://www.bocc.ubi.pt/pag/canavilhas-joao-jornalistas-portugueses-internet.pdf>

[Consult. 20 de novembro 2017]

Cedillo, G. & Barranquero, A. (2015) Periodismo lento (slow journalism) en la era de la inmediatez. *Research Gate*. [Internet] Disponível em:

https://www.researchgate.net/publication/281953400_Periodismo_lento_slow_journalism_en_la_era_de_la_inmediatez_Experiencias_en_Iberoamerica [Consult. 13 agosto de

2018]

Chan, Ying (2014): Journalism and Digital Times: Between Wider Reach and Sloppy Reporting. In *Digital Journalism: Making News, Breaking News. Mapping Digital Media*: Disponível em

<https://www.opensocietyfoundations.org/sites/default/files/mapping-digital-media-overviews-20140828.pdf> [Consult. 3 de dezembro 2017]

Fernandes, S. G. & Jorge, T. M. (2017) Rotinas no webjornalismo: multitarefas e pressão do tempo sobre os jornalistas de Internet. *Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo*. Disponível em

<https://bjr.sbpjor.org.br/bjr/article/viewFile/909/884> [Consult. 6 de dezembro 2017]

Gil, A. (2008). *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social*. 6.^a ed, Atlas.

Gomes, R. (2009) *A Importância da Internet para Jornalistas e Fontes*. Lisboa 1.^a ed, Livros Horizonte.

Gomes, R. M. O. (2012) *A queda da reportagem e os contributos da Internet para o sedentarismo da prática jornalística*. Tese de Doutoramento, Universidade Nova de Lisboa. Disponível em: <https://run.unl.pt/handle/10362/7470> [Consult. 15 de novembro 2017]

Gradim, A. (2002) Os géneros e a convergência: o jornalista multimédia do século XXI. *Biblioteca on-line de ciências da comunicação*. [Internet] Disponível em: <http://labcom-ifp.ubi.pt/files/agoranet/02/gradim-anabela-generos-convergencia.pdf> [Consult. 16 de novembro 2017]

Gradim, A. (2000) Manual de Jornalismo. *Biblioteca on-line de ciências da comunicação*. [Internet]. Disponível em <http://bocc.ubi.pt/pag/gradim-anabela-manual-jornalismo-4.html> [Consult. 13 de novembro 2017]

Greenberg, S. (2013) Slow Journalism in the Digital fast Lane. *Academia Edu*. [Internet] Disponível em: http://www.academia.edu/5199522/Slow_Journalism_in_the_Digital_fast_Lane [Consult. 13 de agosto 2018]

Johnston, J. & Forde, S. (2011) The Silent Partner: News Agências and 21st Century News. *International Journal of Communication*. Disponível em: <https://ijoc.org/index.php/ijoc/article/view/928> [Consult. 5 de dezembro 2017]

Lopes, F. (2015) *Jornalista: Profissão ameaçada*. Lisboa, Alêtheia Editores.

Lusa (2007) Agências de Notícias de Portugal | Portuguese News Agencies, Lisboa: Lusa - Agência de Notícias de Portugal S.A

Lusa (2017-2019) Contrato de prestação de serviço noticioso e informativo de interesse público. [Internet] Disponível em: https://www.lusa.pt/Files/lusamaterial/PDFs/CPSNIIP_2017-2019.pdf [Consult. em 10 de maio 2018]

Lusa (2012) Livro de estilo. [Internet] Disponível em: <https://www.lusa.pt/Files/lusamaterial/PDFs/LivroEstilo.pdf> [Consult. em 10 de maio 2018]

Masurier, M. (2014) What is Slow Journalism? *Research Gate*. [Internet] Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/272005278_What_is_Slow_Journalism [Consult. 13 de agosto 2018]

Padilha, S. (2009), A Internet, o Jornalista e as Inquietações. *Biblioteca on-line de ciências da comunicação* [Internet] Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/bocc-padilha-internet.pdf> [Consult. 20 de novembro 2017]

- Parra, D. R., López, E. & M, M. (2017) Códigos éticos en el ciberperiodismo español y lationamericano. *Revista eletrónica editada por la Asociación Española de Americanistas*. [Internet] Disponível em <http://revistas.um.es/navegamerica/article/view/286541/208061> [Consult. 3 de dezembro 2017]
- Pavlik, J. V. (2014) Ubiquidade: o 7º princípio do jornalismo na era digital. In *Webjornalismo: 7 caraterísitcas que marcam a diferença*, Covilhã, Livros LabCom, pp. 159-184.
- Proença, W. D. (2007). O Método da Observação Participante: Contribuições e aplicabilidade para pesquisas no campo religioso brasileiro. *Revista Aulas*. Disponível em http://www.unicamp.br/~aulas/Conjunto%20III/4_23.pdf [consult. 9 de dezembro 2017]
- QUIVY, Raymond et al (2005). Manual de Investigação em Ciências Sociais. Lisboa, Gradiva.
- Ribeiro, V. (2016) *Assessores de imprensa e jornalistas: Perspetiva teórica sobre o pragmatismo das fontes profissionais de informação na indução de notícias*. 1ª ed. Porto, Afrontamento.
- Salaverría, R. (2015) Mídia e jornalistas: um futuro em comum. *Revista Científica de Comunicação Social da FLAM-FAAM*. [Internet] Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/273446281_Mídia_e_jornalistas_um_futuro_e_m_comum [Consult. 25 de novembro 2017]
- Santos, R. (1997) *A negociação entre jornalistas e fontes*. 1ª ed. Coimbra, Minerva.
- Schlesinger, P. (1993) Os jornalistas e a sua máquina do tempo. In *Jornalismo: Questões, Teorias e “Estórias”*. 1.ª ed. Lisboa, Vega.
- Shrivastava, M. (2007) *News Agencies from Pigeon to Internet*. New Dawn Press Group.
- Silva, S. (2002) Contributo para uma história das agências noticiosas portuguesas. *Biblioteca on-line de ciências da comunicação* [Internet] Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/silva-sonia-agencias-noticiosas-portugal.html> [Consult. 20 de novembro 2017]
- Traquina, N. (2002) *O que é jornalismo*. 1ª ed. Lisboa, Quimera.

Traquina, N. (2004) *A Tribo Jornalística, uma Comunidade Transnacional*. Lisboa, Editorial Notícias.

Witschge, T. & Nygren, G. (2009) Journalism: A Profession Under Pressure. *Journal of Media Business Studies* [Internet] Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/27225581_Journalism_A_Profession_Under_Pressure [Consult. 20 de novembro 2017]

Wolf, M. (2006) *Teorias da Comunicação*. Lisboa: Presença.

ANEXOS

Anexo I - Tabela de serviços realizados no exterior

Data	Serviço	Título da peça	Local
22 fevereiro de 2018	Visita guiada ao Metro de Lisboa no âmbito dos 70 anos da empresa	REPORTAGEM: Uma viagem de olhos posto na arquitetura e pintura do Metro de Lisboa	Metropolitano de Lisboa
27 fevereiro de 2018	Reunião da Assembleia Municipal de Lisboa – (Acompanhar a jornalista Marta Clemente)	Notícia por mim elaborada: Assembleia Municipal de Lisboa adia discussão da Taxa de Proteção Civil	Avenida de Roma (Assembleia Municipal)
01 março de 2018	Cobrir árvore que caiu na Praça Dr. João Couto, em Benfica	Queda de árvore sinalizada provoca danos em vários carros em Benfica, Lisboa	Praça Dr. João Couto
01 março de 2018	Inundações na Trafaria (Acompanhar a jornalista Rosa Paiva)	Mau tempo: Cova do Vapor, em Almada, com principal acesso cortado e casas inundadas Mau tempo: Autoridades permanecem vigilantes em Almada devido a nova preia-mar	Trafaria, Almada
02 março de 2018	Bolsa Turismo de Lisboa -	Caminho Português da Costa foi requalificado e quer ligar percurso à comunidade	Feira Internacional de Lisboa (FIL)

08 março de 2018	Julgamento de 27 arguidos no âmbito do processo ‘Jogo Duplo’	Ex-jogadores do Oriental receberam 7.500 euros para perderem contra o Penafiel	Campus de Justiça, Lisboa
12 março de 2018	Julgamento do duo mais procurado da Argentina	Tribunal de Loures adia julgamento de duo mais procurado da Argentina	Tribunal Loures
13 março de 2018	Apresentação de um estudo sobre Alojamento local	Empresários do Alojamento Local querem continuar atividade apesar da carga fiscal	Sede da AHRESP
14 março de 2018	Audição com Comissão de Moradores da Mouraria na Assembleia da República	Moradores da Mouraria exigem rendas mais baixos e contratos de longa duração	Assembleia da República
15 março de 2018	Conferência de imprensa PJ no âmbito da operação “Muro de Contenção”	Maior parte da cocaína apreendida pela PJ e polícia espanhola estava num armazém em Lisboa	PJ Picoas
16 março de 2018	Sessão de abertura do “Summit Shopping, Tourism & Economy Lisbon”	Fernando Medina diz ser fundamental preparar Lisboa para o crescimento turístico	Ritz
22 março 2018	Debate de instrução do caso de atropelamento mortal junto ao Estádio da Luz	MP pede julgamento do homem acusado de atropelamento mortal junto ao Estádio da Luz	Campus de Justiça

29 março 2018	Visita do ministro da Agricultura à casa dos Animais, em Monsanto	Seca: Ministro da Agricultura diz que solos já receberam água suficiente Ministro da Agricultura alerta para uma adoção “responsável” dos animais de companhia	Casa dos Animais de Monsanto, em Lisboa
10 abril 2018	Apresentação do estudo “O Lado Verde da Bandeira Azul”	Aposta em zonas balneares tem “benefícios socioambientais” entre 25 e 55ME - estudo	Fábrica de Água de Alcântara
11 abril 2018	Apresentação do projeto “Porto Santo Sustentável”	Projeto “Porto Santo Sustentável” arranca dia 25 de maio – Governo da Madeira	Lisboa
20 abril 2018	Conferência de imprensa da PSP	PSP detém num mês quatro homens por 18 roubos violentos a taxistas na Grande Lisboa	Sede da PSP, em Moscavide

Anexo II - Guião Entrevistas

Caraterização da Agência Lusa:

1. Na sua ótica, qual a importância da agência Lusa tendo em conta o panorama atual do jornalismo em Portugal?
2. Tendo em conta que a Lusa é a principal fornecedora de matéria-prima aos órgãos de comunicação social portugueses, de que forma é que a sua responsabilidade social é acrescida?
3. Qual foi o impacto do surgimento da internet na agência?

Rapidez informativa e rigor:

1. A Internet tornou o jornalismo na Lusa mais sedentário? Porquê?
2. Na Lusa há um esforço pela rapidez e pelo rigor, mas este segundo aspeto é mais importante que o primeiro. Em que situações é que a Lusa tem de ficar para trás em relação aos restantes órgãos pela obrigação de ser rigorosa?
3. Como é que se equilibra/compatibiliza a rapidez e o rigor?
4. O facto de terem de ter uma fonte oficial faz-vos ficar para trás?
5. Recorda-se de algum momento em que a vontade de noticiar primeiro correu mal para a agência Lusa?
6. Muitas vezes a concentração na rapidez e em cumprir a agenda pode anular o pensamento criativo e crítico. Acha que na Lusa há muito espaço para reportagem, para pensar mais a fundo e fazer coisas criativas?
7. O rigor também depende muito das fontes de informação. Como é que se faz a escolha das fontes? Exemplo de um caso de uma fonte que forneceu informações erradas e foi 'riscada' da lista.
8. Há casos frequentes de manipulação por parte de fontes, nomeadamente assessores?

Papel dos editores:

1. Quais é que são as vossas principais rotinas diárias?
2. Todas as notícias são lidas e editadas com a máxima atenção?
3. Se houver algo de errado com a notícia, de que forma é que o editor é responsabilizado?

Anexo III - Entrevistas

1 – Entrevista à jornalista da editoria ‘País’, Rosa Cotter Paiva

Qual é a importância da agência Lusa no contexto atual do jornalismo?

Eu quero acreditar que a importância ainda é a mesma de quando surgiu. Eu acho que a Lusa é a grande fábrica das notícias, de uma maneira simplista de dizer as coisas. Somos a fábrica de fazer as notícias. Provavelmente agora fazemos mais agenda do que histórias próprias, e tem a ver com os recursos que cada vez são menos, mas eu acho que continuamos a ser imprescindíveis para os outros órgãos de comunicação social. E isso viu-se aqui há três/quatro anos quando nós fizemos uma greve de quatro dias que havia muito pouca atualidade nos jornais, porque os jornais também se estão a confrontar com a falta de recursos, e havia histórias que se viam que eram intemporais, ou seja, já estavam feitas. Portanto eu quero acreditar que nós hoje em dia ainda temos algum peso na atualidade e continuamos a ser imprescindíveis para os outros órgãos de comunicação social.

Acreditas que a Lusa tem uma responsabilidade social acrescida?

Eu acredito que sim. E nós, como temos um dever de serviço público, acho que sim. O facto de a Lusa só publicar notícias com fontes fidedignas, que são factos, acho que isso também credibiliza o nosso trabalho.

Qual é a importância da rapidez na Lusa e como é que se compatibiliza rapidez informativa e rigor?

Eu acho que isso também é uma coisa que aprendemos aqui. Para já, o *online* veio dar um bocadinho cabo da nossa rapidez. Nós, apesar de tudo, somos rápidos, mas o rigor tem de estar na notícia. E se calhar às vezes os outros órgãos têm “Últimas Horas” que nós não temos porque ainda não temos a fonte ou ainda não temos uma confirmação de uma fonte oficial. É preferível demorar um bocadinho mais e não sair correção. Raramente corremos esse risco. E às vezes há aquele histerismo da ‘Última hora’ que afinal não é bem aquilo que está no rodapé. Por aí é que nós também somos bem vistos pelos outros órgãos. Ainda quero pensar que eles olham para uma notícia da Lusa e dizem: “se a Lusa está a dar é porque é [verdade]”.

**Também ouvi aqui durante o período de estágio falarem de manipulação de fontes.
De que forma é que as fontes tentam manipular os jornalistas?**

Sim, há muitos casos. Há casos de assessores que tu queres chegar à fala com o ministro e tu sabes que se chegares à fala com ele até és capaz de ter uma resposta e o assessor barrar-te. Está a fazer um trabalho mais do aquilo que lhe é devido. Um assessor é para assessorar, não é para impedir que o jornalista faça o seu trabalho. E muitas vezes o que acontece é que há assessores que foram jornalistas e que parece que quando passam para o lado de lá esquecem-se do que faziam do lado de cá. Agora também há muitos assessores de comunicação que tentam marcar a agenda, que tentam pressionar para fazer as notícias da maneira que eles querem.

Recordas-te de algum caso em que a Lusa errou e foi responsabilizada pelos outros meios de comunicação social?

Quando foram os incêndios, houve um caso de um canadair que disseram que tinha caído. Salvo erro foi a TVI que avançou. A própria Lusa disse que estavam à procura do canadair, não disse que ele tina caído, mas que andavam à procura. E quando mais tarde se veio a saber, isto com fontes diferentes a dizerem a mesma coisa, que realmente não tinha havido nada, não tinha caído nenhum canadair, todos os outros órgãos de comunicação social que tinham dito que a TVI tinha dito que ele tinha caído voltaram-se contra a Lusa a dizer que a Lusa tinha dito que andavam à procura do canadair. Ninguém se lembrou que a primeira fonte tinha sido a TVI.

1 – Entrevista à jornalista da editoria ‘País’, Rosário Salvado

Qual é a importância da agência Lusa no contexto atual do jornalismo?

É extremamente importante, por um motivo básico. Os jornais e as redações cada vez estão com menos gente e o que acaba por acontecer é que os nossos textos são copiados para todos os outros órgãos de comunicação social e contam connosco para isso. Em termos de influência é mesmo muito importante.

E há uma responsabilidade social acrescida?

Não há. Sempre houve. Nalgumas alturas até mais do que hoje. Quando entras aqui ouves sempre que a Lusa não se engana, que a Lusa nunca foi processada. Agora já não é assim tão verdade. Não te podias enganar. Agora a rapidez é muito importante, mas aqui há largos anos, há mais de uma década, a Lusa quando dava a notícia é que estava mesmo confirmada.

Isso hoje em dia já não acontece?

Hoje em dia também acontece, mas é diferente. Eu acho que hoje em dia há mais ligeireza. Antigamente as notícias chegavam a esperar em *desk* três horas, quatro horas, enfim, o que fosse preciso.

Há por um lado mais rapidez e por outro menos rigor?

Sim, aqui há uns anos nunca na vida se viam tantas correções e substituições. Tu fazias uma correção ou uma substituição e ficavas logo marcado. Era mesmo muito constrangedor. Não significa que agora não o seja e que não te irrites na mesma, mas naquela altura toda a gente se lembrava que tu deste aquela notícia. Então se fosse anulada...

Na altura transmitia-se por satélite, agora é imediato. Quando começou aquele *boom* do *online* mesmo assim não era tão rápido como agora. Tu agora podes pôr as notícias quase diretamente, antes não. Para já, as páginas passavam a vida a encrencar. Mudavas uma coisa e só passados uns quantos minutos é que aquilo era alterado. Agora não.

Nesse aspeto o esforço para compatibilizar rapidez e rigor hoje em dia é maior...

E obviamente que também podes estar sujeito a mais erros imediatos. É tudo mais imediato. Não é tão pensado.

Tu foste convidada para a Lusa para coordenar o ‘online’. Como era naquela altura?

O *site* era primário, básico. Era assim um branco ligeiramente azulado, tinha cinco notícias em destaque, dava para veres o primeiro parágrafo. E depois, passado pouco tempo, foi possível colocar uma fotografia associada à notícia. Acontece que na gestão da página tinhas a notícia e tinhas de lá ir associar a fotografia se não saía tudo trocado. Era mesmo muito básico. Imagina, mudavas a notícia, mesmo que associasses a fotografia, mais valia tirares a anterior porque a anterior ficava lá durante algum tempo.

O surgimento da Internet e os aperfeiçoamentos ao longo do tempo tornaram o jornalismo na Lusa mais sedentário?

Eu acho que se tornou um bocadinho em todo o lado. Desde a altura em que eu comecei a fazer rádio, com 16/17 anos, ainda eram as rádios que estavam nas caves e transmitiam clandestinamente, até hoje, a evolução é radical. Eu estive muitos anos na rádio Universidade de Coimbra, como jornalista e ainda antes, e o nosso telemóvel para fazer diretos era literalmente um tijolo. Não era de muito fácil portabilidade. A bateria estava a ir abaixo. E não dava para escrever nem nada. Hoje chegamos àquela altura em que o telemóvel pode ser um computador, pode ser um estúdio. A rapidez é brutal em relação há alguns anos.

Mas o jornalismo é mais sedentário hoje em dia...

Exatamente. Porque nos permite pegar num telefone e fazer tudo à distância. Podes estar na praia (risos).

A agência Lusa está muito sujeita à agenda. Há pouco espaço para reportagem?

Sim, há. Em relação há anos atrás, há muito mais agenda. E como somos menos, também há menos gente para fazer reportagens. Não é que os chefes não peçam ou que as pessoas não proponham, mas não há possibilidade. E mesmo as reportagens que temos são sinceramente pouco originais. São aquelas que toda a gente já fez. Fizemos há três anos, vamos fazer outra vez. Nada de novo. Até as reportagens são relacionadas com agenda, que é uma coisa impressionante.

3- Entrevista à editora da editoria 'País', Rosa Carreiro

Qual é a importância da agência Lusa no contexto atual do jornalismo?

Bom, eu podia ficar aqui um dia inteiro a falar sobre isto. A Lusa tem um papel fundamental em primeiro lugar porque é a única agência em Portugal. A Lusa é e foi importante em todas as alturas, desde que foi criada, mas tendo em conta que o jornalismo atualmente está a ganhar uma abertura para áreas em que às vezes se descamba um pouco do jornalismo e se colocam muitas questões éticas, acho o nosso estilo, a nossa base, a credibilidade que fomos construindo com o nosso trabalho é ainda mais importante perante este contexto. A própria opinião pública apercebe-se, embora também muita gente consuma esses conteúdos que não são bem notícia, que o jornalismo tem sido alvo de críticas, que estamos a sair da nossa linha, de não confirmar informações, de usar fontes sem credibilidade. Perante isto, e isto vai crescendo com a Internet e o cidadão jornalista que agora toda a gente é, é muito importante haver quem mantenha as características de um jornalismo limpo, rápido, conciso, e ao mesmo tempo preocupado em passar pelas fases necessárias à elaboração de uma notícia e, ainda para mais no nosso caso com a dimensão de serviço público, que nos obriga a não tirar partido e a olhar para todos os assuntos das várias formas possíveis.

E a Lusa tem uma responsabilidade social acrescida?

Nesse âmbito do serviço público, tem. Eu acho que tem em relação aos outros. Embora os outros órgãos, mesmo não tendo a estrutura acionista que nós temos nem tendo capitais públicos, também tenham, ou pelo menos deveriam ter na sua atuação.

Como é que se materializa essa responsabilidade?

Temos responsabilidade em primeiro lugar no nosso próprio trabalho, na nossa relação com as fontes. No serviço que nós prestamos, haja poucos clientes ou não. Responsabilidade de executarmos bem aquilo que temos de fazer e darmos representatividade a diferentes perspetivas, a diferentes formas de abordar os assuntos.

Até porque há muitos eventos a que a Lusa vai e onde mais ninguém vai...

Exatamente. Até porque nós não lidamos com o público diretamente, então não vamos só atrás daquilo que vai dar muito clique na Internet. E porque faz parte da nossa filosofia. Nós comprometemo-nos a dar visibilidade. Interessa dar ao público em todas

as escalas. Tal como há boas histórias numa escala pequena. Nós queremos sempre distribuir a nossa atenção e isso é uma forma de responsabilidade social.

Numa altura em que se dá muita importância à rapidez de dar as notícias, como é que se compatibiliza rapidez e rigor?

É um equilíbrio às vezes difícil no dia-a-dia. Mas o que importa é manter sempre a regra do rigor. Há vezes em que estamos aqui desesperados porque toda a gente já deu. E desesperados às vezes significa horas. Toda a gente já deu e nós não demos. E é terrível. Sentimo-nos ultrapassados, obviamente. Não são imensas as situações, mas há algumas em que isso acontece. É muito frustrante, mas a primeira regra é não atirmos coisas que não saibamos do que é que estamos a falar. Ou seja, se tiver de haver uma escolha entre um e outro, sem dúvida que escolhemos o rigor e a certeza de que estamos a utilizar uma informação credível. E depois, claro, tentar fazer isso da forma mais rápida possível. O que é que facilita conciliarmos os dois critérios? É termos uma base de fontes bastante sustentada, que implica trabalhar essas fontes. Quando estão trabalhadas, quando já temos confiança e sabemos que o que vem dali é credível, aí já é muito mais fácil de funcionarmos. Trabalhar as fontes é a base para tudo e é o que distingue o trabalho das pessoas. Basta ver os jornais e as revistas. Quando já têm a sua rede de fontes bem montada, as coisas são muito mais fáceis.

A agenda também ajuda a desempenhar esse trabalho rápido e rigoroso?

Sim. E aí até se liga também com aquela coisa de querermos dar muita representatividade. Nós vamos ao terreno, vamos a sítios onde mais ninguém vai, as pessoas podem virar fontes a partir daí, porque também se sentem respeitadas, que alguém valoriza aquele trabalho e a informação que têm para partilhar. E isso obviamente gera benefício para os dois lados. Eles querem mostrar aquilo que fazem e sabem que a Lusa pode dar visibilidade a esse trabalho e depois também eles nos dão informação sem que estejamos lá, porque sabem que isso é respeitado e que a informação que nos passam é veiculada com rigor e preocupação.

A estrutura específica da Lusa e o facto de muitos acontecimentos quase se repetirem de ano para ano também facilitam essa compatibilização de rapidez e rigor?

Ter a estrutura e o 'background' também facilita. Ao fim de um tempo já tens a cabeça com esquemas. Como se chegasses ao computador e tivesses vários modelos que podes usar. Ter uma estrutura assim mais rigorosa é óbvio que é uma das coisas que nos faz avançar mais. E depois com a prática isso torna-se mais fácil. A juntar a isso, facilita muito o facto de as pessoas aqui passarem por muitos temas. Mesmo que uma pessoa acompanhe determinadas áreas, chega qui no fim de semana e escreve uma notícia de agência e uma ocorrência que apanhou por telefone. Nem toda a gente tem a mesma flexibilidade obviamente. Mas o facto de passares por várias coisas, faz com que quando te chegue uma coisa nova aquilo já não é assim tão novo. Já fizeste uma coisa parecida, já experimentaste aquilo. No país então, os temas são tantos, tantos, que é difícil te chegar um que te bloqueie completamente. A estrutura da escrita e a juntar a isso, não somos um órgão que faz reflexões. Somos muito factuais, cingimo-nos a reportar e quem quiser tira as suas próprias conclusões. Os jornais muitas vezes já fazem a sua análise.

Cingem-se muito à agenda e há pouco espaço para reportagem?

Eu acho que nós nos cingimos um bocado. Às vezes temos muita agenda e isso tira-nos muito tempo, mas eu acho que aqui não é por falta de abertura ao resto. Algumas pessoas poderiam achar que era por nos só querermos manter esta linha e por sermos mais quadrados ou mais tradicionais dentro da agência. Neste momento, é por falta de pessoas que não conseguimos fazer mais coisas. Eu própria assisti e fiz parte de uma altura em que conseguíamos fazer mais extra-agenda e só fazes isso com mais pessoas. As pessoas não podem ficar aqui de manhã à noite. Há uns anos tivemos rescisões e, entretanto, foram saindo algumas pessoas e alguns colaboradores, que não viam a sua situação resolvida e mantinham-se sempre a recibos. Não é por falta de ideias, não é por falta de vontade. Eu, pelo menos da minha parte, sinto que falta tempo, faltam braços. De facto, há coisas de agenda que são incontornáveis. Depois há situações que optas por passar a reportagem para cima da agenda. Mas são situações excepcionais, como por exemplo os fogos. Histórias diferentes, próprias. Mas partiu daí, de um acontecimento atual. Podes escolher falhar algumas coisas de agenda porque agora precisamos é de ir fazer reportagens sobre os incêndios. Nas alturas dos grandes incêndios do ano passado a própria agenda caiu e as Câmaras cancelaram muita coisa. É uma questão de prioridades. Mas por regra há muitas coisas de agenda que precisamos de cumprir, como ministros no Parlamento.

A agenda continua a ocupar muito espaço e isso é uma opção que nós temos de fazer todos os dias, mas é inevitável. Queremos fazer trabalhos extra e estão sempre a aparecer coisas novas de agenda que impedem. Eu não consigo dizer a ninguém: “Esta semana não te marco serviços na agenda porque vais fazer as reportagens sobre o tema X que a gente está a preparar”. É impossível deixar uma pessoa assim. Quando uma revista de atualidade consegue isso. Já não consegue tanto como antes, mas tem outro calendário para gerir, não têm de se preocupar tanto como nós. Aliás, os outros órgãos em muita coisa não têm de se preocupar como nós porque a Lusa vai lá estar e não faz mal. Eles já sabem.

Recordas-te de algum exemplo em que a Lusa errou e foi responsabilizada pelos outros órgãos? A notícia do canadair, por exemplo...

Essa do canadair é bastante flagrante. Eu não me lembro de uma tão grande como essa, mas em incêndios não é difícil haver algumas informações erradas. Não costumam é ser tão grandes como a queda de um avião.

Em geral, do que mexe mais connosco, não me lembro de coisas terríveis. Já houve coisas que tivemos de corrigir. Por acaso eu lembro-me mais é ao contrário, sem querer ser má. Eu lembro-me mais de outros órgãos fazerem asneiras e nós aguentarmos. Acontece imenso com mortos. Pessoas que estão a ser reanimadas e há vários órgãos a avançarem que as pessoas morreram. E nós estamos a ver aquilo a acontecer. Eu estou aos gritos com o correspondente, ele diz-me que está a ver a pessoa a ser reanimada e já há um órgão que dá a morte. Ok, na maior parte desses casos a pessoa provavelmente acabou por morrer, mas ninguém a deu como morta antes do tempo.

Acontece de facto algumas vezes avançar-se que morreu, que desapareceu, com uma fonte a dizer. Mas aí, eu acho que quando é relacionado com ocorrências, incêndios, acidentes, tirando o canadair, o próprio público e os outros órgãos não são tão rápidos a crucificar. Porque as pessoas percebem que há informação que às vezes é só caótica.

Às vezes para o bem ninguém se lembra de avisar. Mas quando são coisas melindrosas há sempre órgãos que atiram sempre para nós. Até de início às vezes. Às vezes a notícia é “Agência Lusa noticia que...”

É preciso lembrar que nós não somos um *site*. Eu não chego lá e mudo o texto que já está, foi para o mundo. Já não o seguro. E por isso é que é muito importante nós aqui esclarecermos que inicialmente havia um morto, por exemplo. É preciso estar no texto escrito que inicialmente não havia mortos, mas que afinal já há. Por isso é que a informação é constante e nós estamos sempre a atualizar.

Há bocado falaste que é importante haver uma boa relação com as fontes. Com os assessores, por exemplo, como é que se lida com as constantes divergências de interesses e até manipulação da parte dessas fontes?

Eu diria que o ‘País’ não é a área que sofrerá mais com esse tipo de pressões. Aí também depende das próprias posições que as direções dos órgãos de comunicação social se prestam. No ‘País’, comparado com a ‘Economia’ ou com a ‘Política’, como nós temos uma escala de poder público mais pequena, eu diria que há menos. Não é uma tensão fácil com os assessores porque ou corre-se o risco de se ficar afastado demais ou irritar sempre o assessor como fonte e temos uma má relação e isso nunca nos beneficia em nada, ou então também se corre o risco contrário, que é demasiada proximidade, e isso também não facilita.

Eu fiz a Câmara de Oeiras, Cascais e Amadora. Sobretudo em Oeiras e Cascais, na altura havia muito mais imprensa local do que agora, os jornais tinham mais recursos, eramos vários, sempre os mesmos. Ao fim de 10 reuniões de câmara está toda a gente muito à vontade. E o assessor está no meio de nós. Está a ouvir-nos a falar, está a passar-nos informação. E há uma altura em que já estamos ‘tu cá, tu lá’. E depois a assessora é um amor de pessoa e gostas muito dela, são amigas no Facebook, e já viste os filhos e o marido. E isto começa a criar uma dificuldade de distanciamento. Porque vai haver um dia em que vais escrever uma notícia que vai chateá-la. E não é fácil às vezes. É importante haver um distanciamento q.b.

Há sempre tensão. Tem de haver. Às vezes até se costuma pensar um bocado que quando o assessor se chateia connosco é bom sinal. Se tu escreves uma notícia que sabes que está certa, desvendaste uma coisa que está a chatear o assessor, é óbvio que fizeste jornalismo e é normal ele ficar chateado, é o papel dele. Com assessores do Governo a tensão é maior.

As pressões chegam um bocado, sem dúvida, agora pelo menos nesta casa, e na atual direção, acho que temos sorte nesse aspeto. As pessoas não se deixam intimidar. Só

porque a Lusa é do Estado nós não somos o correio nem a agência de comunicação deles. A direção lida bem com isso. Ninguém nos pressiona para escrever coisas só porque sim ou porque alguém ficou chateado. Só escrevemos coisas que façam sentido.

Resumindo, eu acho que pressões há sempre, mas nós também podemos fazer a nossa própria pressão. Nós picamos daqui, eles picam de lá. É uma coisa que eu acho que só mesmo com o tempo se vai aprendendo. Mas que há, há.

No outro dia um deputado ligou para aqui a perguntar se o comunicado dele tinha chegado. Eu disse que sim e ele disse ‘pronto, eu só queria saber isso. obviamente eu não estou a pressionar para que escrevam, que espero que escrevam’. É óbvio que está a pressionar. Há muitas pequeninas pressões. Como editora, sinceramente não sinto grande dificuldade em negar as coisas. E, felizmente, acima há uma direção que corrobora isso.

Na nossa área [País], onde há mais manipulações é na parte política. E não estou a falar do Governo, estou a falar nos partidos, das máquinas dos partidos.

Trabalho enquanto editora:

Quais é que são as tuas principais rotinas diárias enquanto editora de ‘País’?

No meu caso, eu geralmente é que abro a secção, o que implica as rotinas da manhã. No nosso caso é por volta das 09:00. A manhã, seja eu ou um dos adjuntos, passa por ver o que é que sobrou da noite anterior, se há coisas para desenvolver, ver o que é que marcou o dia anterior e que pode haver desenvolvimentos, ver o que é que há de novo no dia, ver o que há nos jornais de novo e que nós não tenhamos na linha, ver se apareceram coisas novas de agenda. De manhã é todo um momento em que é preciso reciclar tudo e ver o que é que há de novo em todos os aspetos. Agenda, notícias, coisas que vieram durante a noite. No nosso caso, também recebemos da rede um e-mail com novidades que eles tenham. Assuntos novos que lhes surgiram para o dia ou serviços novos de agenda. Eles mandam-nos um e-mail, nós juntamos tudo e mandamos para a chefia de redação que está de serviço. A chefia de redação junta isto de todas as secções. Todas as secções lhes mandam temas novos. Podem estar lá coisas novas de agenda, uma manchete que nós queiramos dar seguimento ou assuntos que arranjamos novos. Cada secção manda isto para os chefes de redação e depois eles distribuem para toda a gente. É particularmente útil ver o que o piquete da manhã fez. Além disso, quando nós

chegamos temos sempre de picar o ponto ao piquete da manhã. Eu quando chego vou sempre perguntar ao piquete da manhã o que é que eles têm para me passar, porque eles também já fizeram isso com a madrugada e madrugada fez com a noite. E cada secção quando se vai embora também vai dizer à noite o que é que falta, o que é que ainda pode chegar. Se for uma noite de incêndios deixa um híper mega plano de contactos para irem dando seguimento para ver se nós vamos a casa dormir um bocadinho. É muito importante haver sempre esta ligação. Toda a gente vai dando os recados a toda a gente, por e-mail ou verbalmente. Portanto eu quando chego pergunto ao piquete da manhã o que é que tem para mim, o que é que viu nos jornais também, ou que notícias já deram, que muitas vezes é um acidente que depois passam para nós, como já viste várias vezes.

Em termos de reuniões, temos uma reunião ao meio dia, com um editor de cada secção e com a direção e nós falamos da nossa agenda para os três dias seguintes. Também tratamos de alguma situação do próprio dia, por exemplo o dia do Orçamento de Estado toda a gente fica aqui horas durante a noite.

Essa reunião do meio dia, à quarta-feira passa para as 11:00, que é a nossa reunião semanal, em que além de falarmos da nossa agenda a três dias falamos de problemas que haja, de questões que se queira levantar, de avisos que a direção queira fazer para toda a gente. E falamos daquilo a que chamamos ‘dominantes’, que são trabalhos extra-agenda que podem nascer praticamente do nada ou que podem vir de um tema de atualidade que queremos ver crescer e dar outras perspetivas. (Por exemplo o trabalho do turismo e dos hotéis, dos buracos das estradas e agora das rendas). Então ali debatemos um bocado o que é que se pode fazer, se há uma ou várias secções que entram nisso. Geralmente têm uma indicação da direção ou podem também ser as secções a sugerir estes extras. E pronto, falamos um bocado sobre isso, o que é que se pode ou não fazer, traçam-se alguns prazos, dependendo também do que é. Depois há uma reunião ainda às 18:00 em que falamos só de agenda para o dia seguinte, para concluir aquilo que não ficou feito ao meio dia, porque, entretanto, aparece muita coisa na agenda. É a reunião de conclusão do dia. Depois dessa reunião, cada secção prepara as suas previsões de cobertura e aquilo que é o destaque de notícias do dia e manda para a chefia que reúne tudo e no dia de manhã sai uma coisa muito cedo a dizer o que é que a Lusa pretende cobrir e quais os temas em destaque.

O resto do dia é passado entre editar textos, responder a e-mails, responder a telefonemas, muito Skype, Facebook. No nosso caso, como nós lidamos todos os dias com pessoas que estão bastante longe, essas formas de comunicar acabam por ser mais fáceis e práticas para não estarmos sempre a telefonar. Às vezes um correspondente começa comigo, se eu não respondo salta para o Marco a ver se pega, se responde, se ele não responde ainda vai para a Marta. Mas eu percebo. As pessoas estão no terreno e precisam de respostas. Estamos ali sempre em contacto com toda a gente. No meu caso em particular, eu trato de mais algumas burocracias. Eu tenho de validar despesas. Os correspondentes todos os meses entregam uma lista de deslocações que fizeram em quilómetros. E por exemplo passaste o dia todo num serviço, tiveste de almoçar lá. Eu tenho de validar essas despesas. Tenho de fazer planos de trabalho. Tenho de resolver todos os problemas que aparecerem basicamente, validar folgas, validar férias. Há umas quantas coisas burocráticas. Às vezes passas imenso tempo a combinar uma reportagem extra. Um jornalista não sei de onde fala com as fontes para combinar, a fonte diz que pode amanhã não sei a que horas. Lá vamos nós falar com a multimédia. Podem mandar a televisão amanhã a x horas? Sim. Daqui a bocado a fonte liga a dizer que afinal já não pode amanhã, só pode daqui a dois dias ou três, lá vamos outra vez para a multimédia.

Eu diria que, para a minha função, o principal é nunca desligar os contactos, a rede. Tens de estar sempre em ligação com as coisas. Sinceramente é o principal e por exemplo para outros pormenores, eu estou a editar uma notícia ou vejo que passou em *desk* uma notícia que é sobre uma terra, mas foi dita noutra terra completamente diferente porque lhe fizeram a pergunta. Por exemplo, o ministro foi lá e fizeram-lhe uma pergunta. O pequeno ato de mandar essa notícia para a região, para a região já saber. Porque vão surgir reações, desenvolvimentos. Gerir a rede passa muito por isso. Estar sempre a pôr toda a gente a par. É preciso estar sempre a ligar e a falar com as pessoas.

Em termos da edição dos textos, vocês lêem-nos todos com muita atenção do início ao fim?

Sim, lemos. Pelo menos o bonito é dizer que sim (risos). Em geral é esse o nosso papel e tentamos melhorá-los se for preciso. Claro que às vezes, com a carga de trabalho, e é aí que saem os erros também, quer dizer não saem só de nós, sai de toda a gente, às vezes deixam-se passar algumas coisas, mas sim, no geral. Mas isso lá esta, tem muitas

vezes a ver com a quantidade de coisas que estás a fazer ao mesmo tempo. Estás a editar um texto, acabaste de ver um texto sobre incêndios, agora aparece um sobre fundos comunitários, saltas de um tema para outro em cinco segundos, às vezes não estás muito bem informado sobre aquele tema, é um tema novo, estás a tentar concentrar-te a ver se o texto faz sentido. Estás no segundo parágrafo, o telefone tocou, um correspondente apanhou um ministro a falar de um assunto do qual ele não percebe nada porque é fora da zona dele e então ele precisa de ajuda com o background e então tu paras o texto que estás a editar para ajudá-lo com o background e não sei quê. Entretanto, viste chegar um e-mail de um correspondente, que recebeu um comunicado, a saber se faz aquele comunicado. Depois lembras-te que estavas a editar um texto, voltas para o texto e se calhar saltas para o terceiro parágrafo ou para o quarto porque achas que já viste o resto. Claro que isto que eu estou a dizer não é o que acontece sempre e com o tempo as coisas vão entrando, mas eu acho que às vezes nós somos todos um bocado super-homens e super-mulheres sinceramente porque isto está sempre a acontecer qualquer coisa e é preciso fazer sempre um esforço de concentração para aquilo e pensar que aconteça o que acontecer e tenhamos que fazer o que tenhamos que fazer aquilo é que é o nosso resultado final e o que as pessoas vão ver. As pessoas estão-se a borrifar se nós temos muito ou pouco trabalho, se estamos aflitos, se estamos sozinhos, o que interessa é a notícia que sai. Por isso, temos de ter toda a atenção na notícia e lê-la bem do início ao fim e confirmar coisas.

Com os números, por exemplo, acontece saírem erros porque em termos de português faz sentido. Tu olhas para aquilo e está escrito quatro milhões. Não tem erro nenhum, segues. Mas se pensares no conteúdo, se calhar aquele valor não faz sentido nenhum. É preciso pensar sempre no conteúdo e não cair nisso de ‘ah estou cansada, essa pessoa escreve muito bem no geral, isto vai ser rápido’. Porque as pessoas que escrevem bem também se enganam obviamente. Os números são um belo exemplo de como se deixam passar coisas que não fazem sentido nenhum. E é preciso pensar na lógica que eles fazem.

Quando há alguma coisa de errado, de que forma é que o editor é responsabilizado?

Depende muito do erro. O maior castigo de quem se enganou é ter-se enganado. É ter deixado passar uma coisa que não faz sentido. Ou, por exemplo, às vezes nós alteramos

uma coisa num texto e não ficou bem, isso então é pior, mexer num texto para fazer pior. Nós somos sempre alertados pela direção. Ninguém leva raspanetes gigantes por erros que são gralhas ou coisas que se percebe que foi distração. Mas em geral, sobretudo a preocupação é corrigir. É como eu te digo, ninguém precisa de me vir bater na cabeça quando eu deixo passar uma coisa errada porque eu sou a primeira a ficar chateada com isso, obviamente. Agora, o que tentamos sempre é chefias, ou quem reparou, que é preciso ter em atenção com os números por exemplo. E nós também fazemos isso com os próprios redatores. As vezes a gente deixa passar, corrige, e não, não pode ser, temos de falar com as pessoas, lembrar que isso é importante. Uma coisa que também acontece é ver que um erro já foi repetido por várias pessoas, uma noção errada, uma explicação mal dada e faço um e-mail para a rede a explicar ou fazemos um alerta geral.

Agora quando nós erramos mesmo, a principal preocupação é corrigirmos rapidamente. E esse trabalho é feito sempre falando com o jornalista que escreveu. É muito raro fazermos a correção de um texto sem perguntar, a não ser que vejas que é uma gralha. Mas imagina que é um assessor que liga a dizer que não foi bem assim, falamos com a pessoa, também com a chefia que está de serviço e o objetivo é lançar a correção o mais rápido possível. É sobretudo essa a nossa preocupação, claro que depois também tiramos as nossas conclusões e há alertas que são feitos. Agora a minha responsabilização, sempre que eu estou a assinar, estou a fazê-lo para o bem e para o mal. E quando eu tenho de corrigir uma coisa mesmo que me tenha ultrapassado um bocado, sinto-me sempre responsável. Mas ninguém nos castiga, se era isso que estavas a perguntar. Para termos mesmo chatices, isso já é um nível de erro um bocadinho pior. Em geral, quando as coisas são corrigidas, os assuntos ficam encerrados por aí. Mas para o que der e vier, respondo pelas peças que editei.

4 – Entrevista ao chefe de redação João Gomes

Tendo em conta o contexto atual do jornalismo, qual é a importância da agência Lusa?

A importância da agência Lusa é cada vez maior, na minha perspetiva. Por maus motivos e por bons motivos. Por maus motivos porque o setor está a atravessar dificuldades, as empresas jornalísticas cada vez têm menos possibilidades de contratar quadros e recursos humanos, o que faz com que a necessidade de recorrer ao serviço da Lusa para o seu produto final, para as suas publicações, é uma realidade, é cada vez maior. Esta é a má razão porque temos realmente uma situação no panorama do jornalismo português e não é só português que não é muito favorável. Pelas boas razões temos vários fatores. A Lusa é o maior produtor de conteúdos jornalísticos em Língua Portuguesa. Está presente em Portugal em todos os distritos e nas duas regiões autónomas, está presente em todos os PALOP's e ainda junto das principais comunidades portuguesas no mundo. Portanto, a Lusa é o órgão de comunicação que de uma forma mais efetiva retrata aquilo que se passa em Portugal, quer nos países com os quais nós temos interesses. E também sobre as nossas comunidades. Em segundo lugar, temos uma marca de qualidade e esse é o fator que nos distingue. Normalmente a Lusa é um órgão credível, aquilo que sai na linha da Lusa é verdade, a Lusa não faz notícias especulativas. A Lusa limita-se aos factos, tenta ter sempre o contraditório, tem uma escola de jornalismo digamos assim muito próxima daquilo que deve ser o jornalismo mais rigoroso possível. E essa marca é bem vincada e reconhecida pelos nossos clientes. O terceiro fator é, embora os nossos jornalistas trabalhem muito na sombra, tu não sabes quem somos, mas ainda há muito amor à camisola, trabalha-se com amor à camisola. E isso também é distintivo.

E há uma responsabilidade social acrescida?

Há uma responsabilidade social acrescida desde logo porque nós fazemos serviço público. Não deve haver órgão nenhum que contribua tanto para uma harmonização territorial como a Lusa. A Lusa está presente no distrito mais recôndito. A Lusa vai à ilha mais recôndita, mais longínqua, para transmitir aquilo que mais de importante se passa naquela comunidade. Nós tanto acompanhamos a vida política em Lisboa, como acompanhamos a festa de aldeia no distrito de Bragança. Nós estamos presentes. Logo

aí há essa responsabilidade de transmitir de uma forma mais fiel possível as diversas realidades de Portugal, dos seus diversos domínios, isso nota-se em várias áreas, desde a política, às autarquias, passando pelo desporto, não há ninguém a fazer o que nós fazemos em termos desportivos. Acompanhamos todas as modalidades. Isto é também a nossa responsabilidade social, é transmitir aquilo que de mais importante acontece no país. Por outro lado, estamos sempre presentes também quando, por interesse público, é necessário divulgar determinadas informações. Nós divulgamos, prestamos esse serviço.

Além disso, sendo que vocês fabricam notícias para a maioria dos órgãos de comunicação social portugueses, em caso de erro caem todos no vosso erro.

Um erro na Lusa não é o mesmo que um erro num qualquer jornal. Um erro na Lusa pode significar um erro em 600 órgãos de informação. E isso é complicado. Até aí tem de haver essa responsabilidade. Desde logo por parte dos jornalistas, seja do singelo colaborador até ao diretor de informação, quer por parte dos editores que têm de estar com uma redobrada atenção para colocar na linha aquilo que é credível. Depois há outro fator. A Lusa não tem qualquer problema em corrigir em caso de erro. Erra, reconhece e corrige o erro. Não há vergonha. Errar, todos podemos errar. Corrigir todos devemos corrigir. Logo aí está ultrapassado esse constrangimento que poderíamos ter. Erramos, corrigimos. E os nossos clientes, lá está, reconhecem em nós aquela marca de qualidade, de credibilidade que esta atuação nos traz.

Recuando um pouco, qual é que foi a importância do surgimento da Internet na Lusa?

Eu estou cá há 26 anos e há gente que está cá ainda há mais tempo. Quando eu comecei cá na Lusa não se usavam telemóveis. Usavam-se telex's, não se usavam faxes. Agora também já não se usam faxes. Eu trabalhei com telefone fixo, com telex, depois passei a trabalhar com fax, depois com computador que era praticamente apenas um processador de texto. Tudo era muito mais lento, muito mais em esforço. A Internet foi uma verdadeira revolução porque permitiu que em qualquer local, principalmente com o desenvolvimento das comunicações, onde estás, podes estar a produzir como se estivesses na redação. Portanto a rapidez aumentou. A rapidez, que deve ser uma marca distintiva da Lusa, aumentou. Claro que tu podes dizer que temos dificuldades porque há outros que conseguem dar ao mesmo tempo ou até antes. Aumentou para nós e aumentou para toda a nossa concorrência, para todos os nossos clientes que têm também

à disposição as mesmas ferramentas. Mas a verdade é que hoje em dia um acidente que acontece numa levada na Madeira, se alguém tiver um meio para comunicar, nós passados poucos minutos temos essa peça na linha. Coisa que não acontecia há 26 anos. Há 26 anos não era nos próximos minutos, era se calhar nas próximas horas. A Internet permitiu rapidez, em segundo lugar permitiu acesso a fontes de informação, abriu-se um leque que até aí não existia. Está tudo na Internet, encontras tudo na Internet. Tens é de saber escolher, se não corres riscos. Portanto, foi tudo um novo mundo, uma nova forma de fazer informação que o desenvolvimento da Internet permitiu. Rapidez, acesso a tudo e principalmente o permitir trabalhar localmente como se estivesses na redação. Os sistemas informáticos atualmente permitem isso.

A rapidez aumentou. E o rigor?

O rigor também. Há sempre uma procura do rigor. O que se passa é que há 10/20 anos produzia-se um menor número de notícias do que aquele que se produz hoje. A rapidez permitiu que possas produzir mais. Ao produzires mais, tens acesso a uma maior quantidade de informação, quanto maior for a quantidade de informação que tu recolhes também é maior a possibilidade de erro. Depois, a própria voragem das nossas fontes a transmitir alguma coisa, pode levar a que essas informações também não sejam corretas. O erro está proporcional àquilo que fazes. A partir do momento em que tu tens a ebbriedade de corrigir deixa de ser erro e há uma busca, uma procura por parte dos jornalistas da Lusa para terem sempre uma informação correta. Aliás, durante muitos anos disse-se sempre que a Lusa deveria ser a primeira em tudo. Neste momento, devemos ser a primeira a dar a notícia correta. Desde logo porque tens fontes e contra fontes. O jornalista tem hoje em dia o caminho muito mais minado que antigamente. Há muita gente a querer passar informação.

Como é que se compatibiliza a rapidez e o rigor atualmente?

Com muito esforço. Mas a principal preocupação tem de ser o rigor. Ao fazer um ‘ranking’ daquilo que deve estar em primeiro lugar, o rigor ou a rapidez, eu não tenho dúvidas. É o rigor que deve estar em primeiro lugar. A rapidez vem a seguir. Agora, se for possível compatibilizar os dois, perfeito. Se não for, o rigor.

Por exemplo, morre uma figura pública e tu comesas a ver nos rodapés das televisões ‘morreu fulano tal’ e a Lusa não dá. Tu comesas a ver os alertas de diversos órgãos e

não têm fonte. Nós enquanto não tivermos uma fonte identificada por nós a confirmar, nós não damos a notícia. Aí, há uma busca incessante do rigor.

Recordas-te de alguma vez que a Lusa tenha dado uma notícia que não era verdadeira e depois tenha sido culpada pelos outros órgãos?

Já houve algumas vezes em que a Lusa deu notícias que não eram verdadeiras, induzindo os nossos clientes em erro, e teve de recuar. Toda a gente deu e depois voltou atrás.

E os outros órgãos atribuíram-vos a culpa para se protegerem?

Isso é uma coisa que não nos preocupa muito. Porque também há muitas vezes em que a Lusa também é usada para desculpar erros que nem são da Lusa. É muito fácil dizer ‘isso foi a Lusa que deu’, quando muitas vezes nem demos aquela notícia. Agora sim, há erros, e há erros graves e a Lusa assume-os.

Em termos do trabalho dos chefes de redação, qual o principal papel?

O chefe de redação tem diversos papéis, desde logo a coordenação da redação, o acompanhamento dos assuntos que estão a ser tratados pelas diversas editorias. A coordenação das diversas editorias, o contacto direto com os editores para ver a melhor forma de abordar uma questão ou muitas vezes até compatibilizar aquilo que uma ou outra editoria pode fazer para tratar de uma melhor forma um determinado assunto. No fundo, o papel de um chefe de redação é quase o papel de um facilitador para que a redação flua no seu trabalho. Mais do que impor, é através do diálogo compatibilizar as diversas necessidades e os diversos caminhos pelos quais cada uma das editorias tem de ir. A eutanásia, por exemplo, diz respeito à sociedade e à política. Nem que seja harmonizar como é que as duas editorias vão tratar aquele tema, desde logo para que não haja coisas repetidas e quais as melhores formas, quais os melhores ângulos que cada uma delas tem possibilidade de abordar.

Quais é que são as principais rotinas?

Desde logo ver a linha, ver o serviço, coordenar as reuniões de agenda, distribuir indicações sobre trabalho, dialogar com os editores, muitas vezes também com os jornalistas diretamente, acompanhar o fio noticioso das televisões, das rádios e dos jornais. Isto acaba por ser quase uma rotina contínua, que está a ser feita sucessivamente. Somos três, normalmente um entra às 08:30 e sai às 16:30/17:00, outro

entra às 10:00 e sai às 18:00/19:00 e depois outro devia entrar às 17:00, mas entra às 15:00 e sai à 1:00 da manhã.

Depois, entre a 01:00 e as 07:00 ficamos só de sobreaviso. Se acontecer alguma coisa somos acordados.

De que forma é que as fontes de informação tentam pressionar e impor-se na agenda noticiosa?

Há vários casos. Acontece no dia-a-dia uma fonte que divulgou uma determinada informação e havendo alguma polémica tenta voltar atrás e dizer que não disse, uma fonte que vai além daquilo que pode ir e diz coisas que não deveria dizer e depois desdiz-se ou então inclusivamente uma fonte que é fonte naquilo que não deveria ser. Tudo isto tem de ser muito bem filtrado por parte dos jornalistas e obriga a um trabalho de verificação bastante apurado e a um contacto permanente com as fontes por parte do jornalista para que tenha uma grande confiança na fonte e saber aquilo em que pode confiar, ou não, naquilo que está a ser dito e não se manipulado. E não é só no início da carreira, mesmo um jornalista com grandes pergaminhos pode ter necessidade de dar uma notícia que não é tão importante, satisfazendo a fonte, porque sabe que vem depois o proveito de uma notícia mais importante. Há estes equilíbrios que têm de ser feitos, mas isso qualquer jornalista faz, em todo o lado.

Quais é que são os critérios do ‘Última Hora’?

O ‘Última Hora’ não é um serviço de alertas, aquilo que tu vês noutras agências. Muitas vezes o nosso última hora já não é última hora. Chama-se ‘Última Hora’ porque foi assim que foi denominado há uns anos. Provavelmente deveria chamar-se ‘Destaque’. Porque há clientes que só assinam o ‘Última Hora’, é um serviço que qualquer pessoa pode assinar, não é um alerta. Este serviço congrega aquilo que de mais importante a Lusa faz ao longo do dia, com limites. Não podes colocar tudo o que achas importante, há um limite de 30 ou 40 notícias por dia. Claro que se o primeiro ministro se demitir isso vai para o ‘Última Hora’, porque é das notícias mais importantes que a Lusa vai dar nesse dia. Tem além disso outras curiosidades. Ao fim de semana os resultados da Primeira Liga também são um ‘Última Hora’. Aí já não é uma necessidade de destaque, é uma questão de necessidade dos clientes que assinam aquele serviço, que querem estar informados naquela altura sobre aqueles resultados. Este serviço de ‘Última Hora’ é destinado essencialmente a gestores de topo, de organismos, empresas, que querem estar

informados a cada momento do que de principal se passa a nível quer nacional quer internacional. Ali têm um repositório disso. Não é aquele alerta de ‘Despenhou-se um avião’. Claro que isso vai ser ‘Última Hora’, porque é importante, mas não é logo aquele alerta como se vê nas agências noticiosas. É um serviço autónomo, provavelmente será revisto, entretanto. Está a haver neste momento a discussão do Livro de Estilo e é provável que haja novidades sobre isso.

5- Entrevista à editora-adjunta do ‘País’ Marta Clemente

Qual é a importância da agência Lusa, tendo em conta o contexto do jornalismo atual?

É da maior importância, como é óbvio. Acho que mesmo assim a Lusa consegue ser, no meio do que há no país, um órgão com informação muito credível, que serve também de base para os outros órgãos desenvolverem o trabalho que fazem.

E há uma responsabilidade social acrescida por parte da Lusa?

Há uma responsabilidade social acrescida. Acho que também nos compete a nós, enquanto veículo transmissor de informação e também no âmbito do serviço público que a Lusa é obrigada a cumprir ao acionista Estado, passar informação importante para as causas sociais que há neste país. Às vezes noticiar factos, mesmo que seja numa notícia breve, que mais ninguém faz, essa breve pode chegar a um grande número de pessoas.

O que é ser jornalista na agência Lusa?

Ser jornalista na Lusa é uma grande responsabilidade. Nós cumprimos uma série de regras que, no fim de tudo, fazem com que aquela notícia seja absolutamente credível. Claro que também fazemos notícias que têm erros e que têm de ser corrigidas. Errar também é humano e nós também nos enganamos. Mas podemos enganar num número ou numa palavra, mas no essencial da notícia é muito raro escrevermos uma notícia errada que tenha de ser anulada.

Além disso, o jornalista de agência prima pelo anonimato. Nós não damos a cara, não damos o nome, ninguém sabe quem nós somos. Muita gente nem sabe quem é a Lusa sequer. Mas acho que acarreta uma responsabilidade muito grande e cabe-nos também a nós ter a certeza absoluta daquilo que estamos a escrever para não induzirmos em erro quem nos está a ler e não darmos informações erradas lá fora. E cabe-nos a nós cumprir essas regozinhas todas a que fomos obrigados a cumprir, para garantir que a informação que veiculamos é correta, credível e que não vai manchar o bom nome que a Lusa ainda tem lá fora.

Somos um bocadinho cinzentos face ao sensacionalismo. Mas somos uns cinzentões credíveis (risos).

Como é que se compatibiliza a rapidez com o rigor nesta era da Internet e em que a velocidade é maior?

Deixamos de ser tão rápidos. Já somos ultrapassados por muitos. Muitas vezes porque nós não damos a notícia sem ter uma fonte, sem ter a certeza de que aquilo foi mesmo assim. Às vezes há outros órgãos que avançam logo com a notícia sem citar uma fonte e na Lusa não podemos fazer isso. As fontes às vezes demoram a confirmar a informação e nós demoramos a dar a notícia.

Em situações que temos a fonte, ideal seria: ‘vamos fazer um serviço’, ligamos para a Lusa a ditar ou escrevemos no telemóvel para o editor meter na ‘linha’. Mas pronto a rádio é muito mais rápida que nós. Falar é muito mais fácil que escrever. Os jornais na Internet também metem uma linha e já está.

O rigor depende das fontes de informação. Achas que a Lusa erra mais hoje que antigamente?

Não noto que erremos mais. Ultimamente tenho reparado que muitas fontes nos dão informação errada e depois telefonam a corrigir e nós temos de fazer uma correção não porque nós nos tenhamos enganado, mas porque a informação original que a fonte nos deu não estava correta. Isso tem acontecido muito, não sei porquê, mas tem acontecido principalmente com números.

Em termos de pressões das fontes aos jornalistas, de que forma é que as fontes vos tentam manipular?

Nós apanhamos sempre fontes que querem que a Lusa escreva sobre assunto que lhes interessa. E eu percebo, porque depois vai para todo o lado e a repercussão daquela notícia seria maior do que dando apenas a um jornal ou a uma rádio, se calhar. Cabe-nos a nós também filtrar e não fazer aquilo que eles querem. Temos de explicar e dizer que não vamos fazer.

Eu acho que a maior parte das vezes eles sabem que aquilo não é notícia para a Lusa, mas estão a fazer o papel deles, estão a tentar e sugerem. Depois muitos acabam por perceber e admitir que aquilo para nós não é notícia.

Enquanto editora, qual é o teu principal papel e quais as principais tarefas diárias?

Nós, no fundo, temos de coordenar o trabalho com os redatores que temos, distribuir trabalho e depois recebê-lo, vê-lo e metê-lo na linha. Temos também algumas rotinas diárias a fazer: as rondas, para ver se há algum acidente ou incêndio para noticiar, temos rondas internas como as previsões dos assuntos que vamos acompanhar no dia seguinte, que depois vai para os clientes de manhã.

6 – Entrevista ao jornalista da editoria ‘País’ Luís Filipe Sebastião

Qual é a importância da agência Lusa no contexto atual do jornalismo?

As agências são muito importantes, em geral, no jornalismo. Porque as agências no fundo têm um papel de informação geral, mas também muitas vezes de marcar a agenda. Ou seja, de assegurar uma cobertura ao nível de agenda que outros meios não possam dispor.

Eu acho que continua a haver aquela questão de continuar a assegurar a agenda dos acontecimentos, da atualidade, mas por outro lado acho que cada vez a mais as agências, e a Lusa em particular, desempenham um trabalho fundamental para alimentar uma série de meios de comunicação que estão cada vez mais com menos meios, cada vez mais sem gente nas redações, e por outro lado as redações também tendem a ficar sem alguns profissionais com mais experiência.

São redações mais jovens, com vantagens e desvantagens. Desvantagem é eventualmente alguma falta de memória que possa existir numa redação. A questão memória é importante numa redação. É preciso tu teres jornalistas experientes e que de alguma forma tenham memória e que tragam experiência para a redação.

E na Lusa, ainda há memória ou já começa a faltar?

Há. Neste momento acho que a Lusa tem, ao nível de editores e ao nível de alguns redatores, continuado a ter muita memória. Isto também porque alguns dos jornalistas da Lusa vieram de outros meios.

Por um lado, é necessária a memória, mas atenção que o rejuvenescimento das redações não é por si só mau e negativo. Estas novas gerações trazem com elas novas ideias, novas formas de trabalhar, alguma criatividade e sobretudo o domínio de novas tecnologias que não deixa de ser importante.

Há uma responsabilidade acrescida por parte da agência Lusa?

Tem, precisamente porque é a agência de notícias nacional.

E sendo agência que ainda por cima está integrada com outras agências em grupos de outras agências, acaba por ter uma responsabilidade acrescida porque tem que assegurar um serviço público noticioso que o Estado reconhece que a Lusa deve desempenhar. E por outro lado, neste momento eu gostava de saber ao certo quantas notícias certos canais teriam num dia em que a Lusa não trabalhasse.

Tu foste jornalista durante muitos anos no Público... quais são as diferenças entre ser jornalista na Lusa em relação a outro órgão?

Eu acho que neste momento não há nenhuma (risos). O ‘online’ veio alterar esta situação.

Eu comecei a escrever num jornal que era impresso a chumbo. Era um mundo completamente diferente. Quando comecei no Público não havia telemóveis. Queria telefonar para a redação, ia a uma cabine telefónica, ligava de casa...de onde fosse. Era correspondente na altura.

Eu ainda sou daqueles que ia à cabine telefónica. Eu comecei com 17 anos no jornal de Sintra. Não tinha nada a ver com o jornalismo que faço hoje. Faço informação, não faço comentário. São géneros que aprecio, mas não é uma coisa que me atraia.

O jornalista da Lusa é um jornalista. Ponto. Às vezes cofunde-se um bocado a questão do jornalista da Lusa porque também temos a componente LusaTV, que como trabalha para as televisões é um produto específico.

Eu acho que o jornalista deve ser cada vez mais um jornalista multitarefa, mas o jornalista multitarefa não deve ser uma forma das empresas encararem o jornalista como alguém que depois vai substituir outros profissionais. Não deve ser olhado pela empresa como alguém que tem de fazer tudo. Ele ao fazer tudo, alguma coisa vai ficar mal. Ou então não produz aquilo que devia produzir naquilo que é realmente bom.

O jornalista deve procurar a verdade, ainda que não consiga a verdade absoluta. A procura da verdade deve nortear o trabalho do jornalista, seja na Lusa, seja noutro órgão qualquer.

O jornalista da Lusa quando publica alguma coisa e mete na linha tem de ter a certeza que aquilo é rigoroso e que é mesmo assim. Porque as correções vêm como correções, e não é apagado. Logo aí há uma responsabilidade social acrescida em relação a um jornalista de outro *site* ou órgão de comunicação social.

Como é que se compatibiliza rapidez informativa e rigor?

Eu acho que é importante ser dos primeiros a dar, mas é mais importante a Lusa ter a certeza daquilo que dá. Ou seja, para mim, enquanto jornalista, prefiro que a Lusa leve mais tempo que os outros, mas que aquilo que dá seja o correto. Mas há uma coisa para mim essencial e eu acho que a Lusa tem tido cuidado nisso. Nas situações que envolvem mortos, o jornalista não consegue ressuscitar mortos, portanto eu prefiro que a Lusa me dê a informação que houve um acidente com X feridos e eventualmente um morto ou dois e depois atualizar para três mortos, do que dar mortos que afinal não são.

Não me choca que o Correio da Manhã ou a SIC estejam a dar três mortos e nós só dois e depois esses dois se confirmarem, porque eles a seguir podem alterar para os dois, mas nós Lusa depois temos de ressuscitar uma pessoa. A informação que nós damos tem de ser rigorosa e credível. O credível tu consegues se houver o rigor. Uma informação não é uma notícia, uma notícia é um cruzamento de informações.

O problema é que o jornalista tende hoje em dia a caminhar para dar mais importância à rapidez do que à confirmação da informação. E isso é preocupante. O jornalista tem que ter o cuidado de verificar informação.

Objetivamente, eu acho que o jornalista tem uma grande responsabilidade naquilo que transmite. A rapidez é importante, mas o rigor deve ser a sua principal preocupação.

Anexo IV – Seleção de peças redigidas durante o estágio

1. Principais problemas do rio Tejo em debate sexta e sábado em Lisboa

Lisboa, 15 fev (Lusa) – Os principais problemas que afetam o rio Tejo, entre os quais os recentes episódios de poluição, vão ser debatidos na 3.ª edição do Congresso do Tejo, que vai decorrer na sexta-feira e no sábado, em Lisboa.

Em declarações à Lusa, o presidente do Congresso, Francisco Nunes Correia, afirmou que será inevitável abordar os episódios recentes de espuma descontrolada que abalaram o Tejo e que causaram “tanto alarme na opinião pública”, mas sublinhou que “as sessões foram delineadas e o programa foi desenhado antes destes eventos”, tendo começado a ser preparado em 2015.

O Congresso do Tejo resulta da realização de “cinco seminários a nível regional, desde a região do estuário até à fronteira, onde foram debatidos e identificados problemas, pelo que este congresso é de certo modo o culminar desse processo, porque se vai apresentar e discutir uma espécie de síntese de todos esses problemas”, explica.

Ainda assim, o ex-ministro do Ambiente do primeiro Governo de José Sócrates nota que os episódios recentes são “a prova, se necessário fosse, de que há problemas muito sérios a vários níveis no Tejo”, um rio com “particularidades muito específicas em Portugal”.

“Essas questões de fundo do Tejo com certeza serão discutidas e dadas como exemplo dos problemas e das limitações que existem, nomeadamente no conhecimento dos problemas, na monitorização, nas estruturas institucionais que fazem a gestão do Tejo, enfim, todo um conjunto de questões por um lado técnicas, científicas, por outro lado institucionais, de governança, que fazem com que haja problemas gravíssimos e que, em alguns aspetos, o Tejo hoje corra maiores riscos do que corria há alguns anos atrás”, defende.

Os cinco debates que vão ter lugar na Doca de Alcântara vão contar com a participação de “grandes especialistas do país nas várias vertentes, desde os simples estudos hidrológicos, hidrometria”, bem como “pessoas muito especializadas no planeamento estratégico e na relação da água com o desenvolvimento”, refere.

O presidente do Congresso disse ainda que os debates, apesar de incidirem no Tejo, têm muito a ver com “a gestão da água e dos recursos hídricos em Portugal”, sem nunca deixar de ter em conta a “complexa relação entre Portugal e Espanha em termos de recursos hídricos”.

No final, vai ser elaborado um documento com as principais conclusões dos dois dias debruçados nos problemas deste que é um rio “importante e desafiante”, que coloca problemas para si próprio e “para o país todo, para não dizer toda a Península Ibérica”, acrescenta.

As expectativas, adianta Francisco Nunes Correia, apontam no sentido de que se realizem “diálogos muito ricos” e que surjam “ideias importantes, construtivas, para abordar os problemas”.

O evento, que decorrerá na Gare Marítima da Rocha Conde de Óbidos, na Doca de Alcântara, em Lisboa, deverá contar com a presença do ministro do Ambiente, João Matos Fernandes, e da ministra do

Mar, Ana Paula Vitorino, segundo o comunicado enviado pela comissão organizadora, além dos vários especialistas e académicos que vão ministrar os diversos painéis.

TZS //MLS

Lusa/Fim

2. Reportagem: Uma viagem de olhos postos na arquitetura e pintura do Metro de Lisboa

Lisboa, 22 fev (Lusa) – Vinte e duas pessoas tiveram hoje oportunidade de embarcar numa visita guiada gratuita a cinco estações do Metro de Lisboa, no âmbito dos 70 anos da empresa, onde puderam conhecer a história e alguns pormenores arquitetónicos do metropolitano.

O relógio marcava as 11:00, quando Guilherme Rodrigues, 60 anos, ex-funcionário da companhia, deu início à primeira das várias visitas guiadas que se vão realizar ao longo do ano.

A voz sábia e convicta de Guilherme, um entusiasta afincado do transporte subterrâneo, começou por transmitir um pouco da história da evolução do metro antes da abertura oficial, que aconteceu em 1959.

Aos jornalistas, admitiu que a sua paixão pelo metro nasceu quando começou a trabalhar ao serviço da empresa, onde permaneceu 33 anos.

“Eu não conhecia o metro, sou da província, nunca tinha andado de elevador quanto mais de metro”, disse, a rir.

Entretanto, por força profissional e interesse pessoal, este homem, que começou nas oficinas, passou pelos escritórios, pelas relações públicas e, agora, está nas visitas, foi nutrindo interesse pela história do metropolitano, pela pintura e pela arquitetura que tanto o caracteriza.

Guilherme Fernandes contou ainda que passava horas nos espaços constituintes do metro e a questionar os vários pintores acerca dos “porquês”, nomeadamente Vieira da Silva, Keil, Manuel Cargaleiro e Júlio Pomar, nomes sonantes da pintura metropolitana com as quais teve o prazer de contactar.

A viagem de hoje começou na estação da Avenida e prolongou-se pelas estações do Jardim Zoológico, Laranjeiras, Altos dos Moinhos e Colégio Militar/Luz, sendo que foram efetuadas paragens em todas elas e feitas contemplações aos elementos arquitetónicos e artísticos que compõe o metro lisboeta, “um dos mais bonitos da Europa”, como classifica Paula Oleiro, de 55 anos, uma das visitantes, que também garantiu que espera conseguir marcar presença nas próximas ocasiões.

Igor Lança, 19 anos, um dos visitantes, à conversa com a Lusa, admitiu que nutre gosto por transportes públicos, especialmente o metropolitano, que usa diariamente para se deslocar até à faculdade.

“Eu achei a visita muito interessante, fiquei a saber muita coisa sobre azulejos que não sabia (risos)

e gostei principalmente da parte introdutória em que o senhor esteve a falar sobre a história da evolução do metro", acrescentou o jovem.

Em declarações à agência Lusa, a porta-voz do Metro de Lisboa, Helena Taborda, deu conta que objetivo primordial das visitas "é difundir o vasto património artístico e cultural" presente em todas as estações.

"Toda a estação tem uma história, uma intervenção plástica, uma escultura, uma arquitetura específica e, portanto, temos um largo património cultural e artístico nas nossas estações que também servem de alguma forma para criar um ambiente mais emocional e emotivo com o próprio cliente", acrescentou.

Apesar do epicentro das visitas guiadas ser o património cultural e artístico que compõe o metropolitano da capital, não escaparam alguns comentários relativos ao mau funcionamento do transporte público, que tem gerado muitas críticas nos últimos tempos.

Guilherme Fernandes, em conversa com o público já na última paragem (Colégio Militar/Luz), gabava o Metro de Lisboa, que no seu entender trata muito bem os funcionários, até que atirou, entre risos: "O metro só trata mal o cliente", ao que um visitante aproveitou para perguntar "porque é que há tantos atrasos na linha azul?".

De resto, as expectativas foram cumpridas, tanto da parte do guia, satisfeito com a participação, como dos visitantes, que no final agradeceram a sabedoria de Guilherme.

Para já, estão marcadas mais cinco visitas até julho, podendo as inscrições ser feitas no *site* do metropolitano a partir de 02 de março.

TZS/MCL // MCL

Lusa/Fim

3. Provedora dos Animais de Lisboa recomenda à Câmara criação de serviço veterinário público

Lisboa, 28 fev (Lusa) - A provedora dos Animais de Lisboa enviou à Câmara Municipal uma recomendação que visa criar um serviço veterinário público, disse hoje à Lusa Marisa Quaresma dos Reis.

Em declarações à Lusa, a provedora explicou que "o serviço municipal veterinário público acaba por ser mais abrangente do que a ideia de um hospital veterinário municipal", aprovada na terça-feira na reunião da Assembleia Municipal de Lisboa (AML).

"Nós apoiamos a proposta [do PAN], mas já adivinhando alguns constrangimentos que o executivo poderia ter relativamente à criação de uma infraestrutura de base, nós aproveitámos o momento político para emitir uma recomendação para a criação de um serviço municipal público que preste cuidados

veterinários às famílias carenciadas devidamente identificadas pelas juntas de freguesia”, acrescentou a provedora, Marisa Quaresma dos Reis.

“Escolhemos a expressão serviço para que o executivo não tenha desculpa para dizer que não é implementável por questões de orçamento. Nós podemos sempre protocolar este serviço com associações zoófilas, com faculdades que têm também hospitais veterinários e que podem auxiliar no desenvolvimento deste conceito”, reforçou.

Ainda assim, Marisa Quaresma dos Reis referiu que a provedoria dos Animais de Lisboa preferiria a criação de uma infraestrutura base, indicando que a recomendação enviada à CML se salvaguarda “da hipótese de o executivo contra-argumentar com a necessidade de criar uma rubrica orçamental própria e que neste momento não é conveniente em termos orçamentais”.

De acordo com o documento, a implementação do Serviço Veterinário Municipal Público, com aplicação de taxas reduzidas ou gratuito, destina-se a “família carenciadas com animais de companhia e com situação de insuficiência económica devidamente aferida pela respetiva Junta de Freguesia, a associações de proteção animal e a socorrer animais em situação de urgência médica”.

No mesmo documento é explicado que entre os vários deveres dos proprietários de animais está a “garantia de acesso a cuidados médico-veterinários sempre que justificado, incluindo as medidas profiláticas, de identificação e de vacinação previstas na lei”, algo que nem todas as famílias lisboetas conseguirão assegurar.

Assim, a provedoria dos Animais de Lisboa entende que “a implementação desta medida contribuirá para uma redução do número de abandonos e para uma diminuição drástica de animais doentes no município”, que podem “constituir um risco para a saúde pública”.

TZS // MLS

Lusa/Fim

4. Quase 1.500 pessoas assinaram petição contra igreja em espaço ajardinado de Lisboa

Lisboa, 28 fev (Lusa)- Quase 1.500 pessoas já assinaram uma petição pública contra a construção de uma igreja, um centro paroquial e uma capela mortuária num espaço ajardinado entre duas escolas, em Telheiras, Lisboa.

“O projeto em causa, com elementos arquitetónicos de amplas dimensões, corresponde a um edifício com dois pisos e inclui um centro paroquial, uma igreja e uma capela mortuária, apresentando-se totalmente desadequado face à estreita proximidade com as escolas que ocupam o espaço contíguo”, lê-se

no texto da petição.

“Estamos a falar de um Jardim de Infância, uma escola Básica de 1º Ciclo e duas creches que irão coabitar ‘paredes meias’ com esta realidade”, acrescenta o documento.

O espaço para onde está prevista a construção da infraestrutura tinha sido arranjado em 2015, pelo que “a intervenção de que foi alvo contribuiu para a melhoria da qualidade de vida de todos quantos frequentam estas escolas, assim como para a qualidade de toda a zona envolvente”, defende a missiva, criticando que os espaços verdes sejam agora substituídos por este edifício.

A petição, endereçada ao presidente da Câmara Municipal de Lisboa, presidente da Assembleia Municipal de Lisboa e ao Cardeal Patriarca de Lisboa, lamenta que as "decisões relativas à utilização futura do espaço em causa tenham sido tomadas sem o devido envolvimento de todos os interessados" e manifesta disponibilidade de "diálogo franco e aberto", de modo a "encontrar soluções que acautelem devidamente os interesses e legítimos anseios da comunidade".

Até cerca das 16:40, a petição tinha sido subscrita por 1.464 pessoas.

TZS // MCL

Lusa/Fim

5. Ocorrência de tornados é variável ao longo dos anos – IPMA (C/ ÁUDIO)

Lisboa, 06 mar (Lusa) - A ocorrência de tornados em Portugal tem sido frequente nos últimos dias, no entanto não é possível falar-se de um aumento deste tipo de ocorrências, mas sim da sua variabilidade ao longo dos anos, segundo o IPMA.

O meteorologista do Instituto Português do Mar e da Atmosfera (IPMA) Paulo Pinto disse à Lusa que, apesar de no espaço de uma semana se terem registado cinco tornados em Portugal, ainda não há nenhum estudo oficial que permita concluir um aumento deste tipo de ocorrências.

De acordo com o meteorologista, desde a passada quarta-feira até hoje registaram-se cinco tornados, sendo três deles sobre a terra e dois sobre o mar.

Os três tornados que ocorreram sobre a terra registaram-se em Faro e Viana do Castelo, sendo que os outros dois, que aconteceram no mar, foram ao largo de Espinho e de Viana do Castelo.

Isto traduz-se num aumento em relação ao ano passado, uma vez que 2017 foi um ano de seca, mas não possibilita tirar conclusões acerca de um possível aumento da ocorrência de tornados, disse Paulo Pinto, argumentando que o que existe é um aumento da variabilidade.

“Esta semana houve muitos tornados, mas agora podemos estar dois anos sem ter nenhum. Provavelmente não será muito provável, passo o pleonasma, porque agora desde quinta-feira até domingo vamos ter

novamente uma situação com precipitação e este tipo de fenómeno [tornado] não está descartado que possa ocorrer novamente”, explicou.

“Não sabemos exatamente onde, provavelmente não nos mesmos sítios, mas pode ocorrer. Só que depois podemos estar dois ou três anos sem nenhum”, acrescentou.

Paulo Pinto referiu também que se tem vindo a assistir à ocorrência de tornados "todos no mesmo período".

O meteorologista sustentou, com base num estudo realizado nos Estados Unidos, que "há uma maior variabilidade" na ocorrência de tornados.

Existe uma tendência "para que tenhamos mais tornados acima da média em alguns anos e noutros anos um número de tornados a baixo da média", afirmou, com base no mesmo estudo.

TZS/MLS // MLS

Lusa/Fim

6. Empresários do Alojamento Local querem continuar atividade apesar da carga fiscal

Lisboa, 13 mar (Lusa) – Os proprietários do Alojamento Local (AL) nas regiões Norte, Centro e Alentejo estão satisfeitos com o negócio e pretendem continuar a atividade, apesar de apontarem a sazonalidade e a carga fiscal como principais obstáculos, conclui um estudo hoje apresentado.

O estudo “Qualificação e Valorização do Alojamento Local”, encomendado pela Associação da Hotelaria, Restauração e Similares de Portugal (AHRESP) ao ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa, inquiriu 2.183 empresários e analisou um total de 2.189 alojamentos locais, dos quais 1.132 no Norte, 672 no Centro e os restantes 385 no Alentejo.

A investigação, apresentada hoje na sede da AHRESP, em Lisboa, permitiu concluir que os empresários do AL estão satisfeitos com o negócio e querem continuar a desempenhar esta atividade, sendo que no Norte 99,5% dos proprietários manifestou vontade em continuar, no Alentejo 95,9%, e, por fim, 86,3% dos empresários do Centro mostrou interesse em permanecer neste negócio.

Os proprietários do AL na região Norte, “mais novos e com níveis de escolaridade altos em relação às outras regiões, estão muito otimistas com a sua atividade: quase dois terços declaram que é sua atividade principal, 53% define-se como empresários do Turismo e 99,5% pretende continuar a sua atividade”, refere o estudo.

Em relação ao número de anos necessários para recuperar o investimento efetuado, os empresários do Centro estimam cerca de 10 anos, enquanto os proprietários das regiões Norte e Alentejo admitem cerca de seis anos.

No entanto, a sazonalidade e a carga fiscal são ameaças transversais a todas as regiões, de acordo com o estudo, que inquiriu 2.183 empresários e analisou 2.189 unidades de AL em funcionamento, que representam 16% do total de unidades presentes no Registo Nacional de Estabelecimentos de Alojamento Local (RNAL).

O problema da sazonalidade é, contudo, mais visível no Centro e menos no Alentejo, apontou a professora do ISCTE responsável pelo estudo e que hoje apresentou as conclusões, Hélia Pereira.

Além destes aspetos, foi ainda feita uma caracterização das unidades de alojamento local, do perfil dos empresários e ainda dos hóspedes.

No entender da secretária-geral da AHRESP, Ana Jacinto, “o AL tem um papel significativo na recuperação dos imóveis” e a partir daí vai nascer novo comércio e nova restauração, garantindo a regeneração das cidades, sustentou.

O objetivo passa por “dotar de informação quem tem poder de tomar decisões sobre um setor que é novo”, acrescentou.

Também Hélia Pereira defendeu que o “Alojamento Local tem um papel importante na criação direta e indireta de emprego e qualificação dos locais”.

A região de Lisboa já tinha sido estudada anteriormente, pelo que em breve as entidades responsáveis pela investigação querem estendê-la ao Algarve e às Regiões Autónomas.

TZS // MLS

Lusa/Fim

7. Moradores da Mouraria exigem rendas mais baixas e contratos de longa duração

Lisboa, 14 mar (Lusa)- Os moradores da Mouraria, em Lisboa, reclamaram hoje rendas mais baixas e contratos de arrendamento de longa duração, acrescentando que “os bairros históricos estão a morrer” e a ficar “desertos de locais”.

No âmbito de uma audição parlamentar no grupo de trabalho Habitação, Reabilitação Urbana e Políticas de Cidade, Carla Pinheiro, representante da Comissão de Moradores Coração Alfacinha (Mouraria), pediu “que a lei do arrendamento urbano mude para contratos de longa duração”, de modo a que os locais possam “viver em paz” e proporcionar momentos melhores às gerações futuras.

Segundo a moradora, o Novo Regime de Arrendamento Urbano (NRAU), que entrou em vigor em 2012 com o Governo PSD/CDS-PP, veio “provocar despejos” e aumentar o valor a pagar pelo arrendamento de habitação.

“Não é justo que os bairros históricos estejam a ficar desertos de locais”, advogou, acrescentando que se devia “ajustar as rendas aos vencimentos” já que muitos moradores auferem baixos rendimentos e veem-se obrigados a sair das suas casas e a deslocar-se para a periferia.

“Queríamos dar continuidade ao bairro da Mouraria e que não aumentem o número de pessoas a sofrer por esse motivo”, defendeu Carla Pinheiro.

“O bairro da Mouraria é só alojamento local”, criticou.

Na sessão estiveram presentes apenas a deputada do PCP Paula Santos, o deputado do BE Pedro Soares e do PS Helena Roseta, motivo que também revoltou as três representantes da comissão dos moradores da Mouraria.

“Temos pena de o PSD e de o CDS-PP não terem estado presentes”, lamentou Carla Pinheiro à Lusa, no final da audição, sublinhando que “deviam estar todos presentes”.

Ainda assim, os deputados que participaram na audição mostraram-se solidários com os problemas dos moradores da Mouraria, sendo que o PCP quer revogar o NRAU, indo à lei de 1990, o BE entregou um projeto de resolução com medidas de alteração ao regime de arrendamento urbano e o PS pretende fazer alterações ao NRAU.

TZS // MCL

Lusa/Fim

9. Fernando Medina diz ser fundamental preparar Lisboa para o crescimento turístico

Lisboa, 16 mar (Lusa) – O presidente da Câmara de Lisboa, Fernando Medina, disse hoje que é necessário “preparar a cidade de forma clara” para o crescimento turístico que se tem registado na capital, de modo a prolongar no tempo o atual ciclo positivo.

No âmbito da sessão de abertura do Summit Shopping, Tourism & Economy Lisbon 2018, que decorre hoje em Lisboa, Fernando Medina disse que a capital lisboeta está “em crescente visibilidade internacional, reconhecimento, prestígio e capacidade de atração de investimento”, estando a ser “redescoberta por várias partes do mundo”.

“Temos de preparar a cidade de forma clara para este desafio. Temos a consciência na Câmara de Lisboa que temos de aproveitar este momento único positivo de investimento, de mobilização, sensibilização para a cidade de Lisboa, para cravarmos de forma sólida as estacas que nos vão permitir perpetuar este ciclo que vivemos”, afirmou.

Neste sentido, o líder do executivo do município lisboeta considera fundamental “cuidar dos acessos à cidade de Lisboa” e aumentar a sua “capacidade aeroportuária”.

O ministro da Economia, Manuel Caldeira Cabral, também presente no evento, disse que “o turismo em Portugal vive um momento de sucesso” e sublinhou que “em 2017 as receitas turísticas cresceram 19,5%, um crescimento recorde e equilibrado, no sentido em que foi mais forte na época baixa e se espalhou por todo o território”.

“O crescimento de turistas foi muito bom, mas o de receitas foi muito melhor. Estamos a crescer em qualidade, fora da época alta, reduzindo assim a sazonalidade”, advogou.

O evento, a decorrer durante o dia de hoje em Lisboa, pretende analisar a situação atual do turismo de qualidade e de compras em Portugal, “o país europeu que mais cresceu em ‘tax free shopping’ [compras isentas do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)] em 2017, ao registar um aumento de 36%, com os turistas extracomunitários a gastarem num dia de compras o mesmo que os europeus numa semana”, segundo a organização.

“Os chineses, com um valor médio de compras de 642 euros/dia, são os turistas que mais gastam em Portugal, seguidos pelos norte-americanos (506 euros) e angolanos (252 euros)”, lê-se na informação disponibilizada pelos responsáveis do Summit Shopping, Tourism & Economy Lisbon 2018.

A sessão de abertura contou ainda com os discursos do presidente do Comité Organizador, João Vasconcelos, da presidente e presidente executiva do World Travel & Tourism Council, Gloria Manzo, e do presidente do El Corte Inglés, Dimas Gimeno.

TZS // CSJ

Lusa/Fim

10. Seca: Ministro da Agricultura diz que solos já receberam água suficiente (C/ ÁUDIO e VÍDEO)

Lisboa, 29 mar (Lusa) - O ministro da Agricultura, Capoulas Santos, afirmou hoje que os solos já receberam água suficiente, o que afasta o cenário de seca no país, e considerou que “existem boas condições para um bom ano agrícola”.

À margem de uma visita às instalações da Casa dos Animais, em Monsanto, Lisboa, no âmbito da campanha de sensibilização contra o abandono dos animais de companhia, Capoulas Santos disse que “os solos receberam água suficiente” pela chuva recente e que “as albufeiras estão com níveis de capacidade suficientemente tranquilizadores para garantir uma época agrícola normal”.

No entanto, ressaltou, existem duas exceções.

“Existem dois problemas ainda no baixo Alentejo. [As albufeiras de] Monte da Rocha e Campilhas estão com 20 e pouco por cento da sua capacidade. Portanto, chove normalmente, menos nessa região”, destacou.

Ainda assim, o governante mostrou-se convicto de que “existem boas condições” para que Portugal tenha “um bom ano agrícola”, algo que “já tinha sucedido no ano passado, apesar da seca”.

“Com exceção de alguns setores, como o do arroz e da pecuária, na generalidade das outras produções tivemos bons resultados. Em alguns até espetaculares, como o caso do azeite em que a produção aumentou cerca de 80%”, sublinhou o ministro Capoulas Santos.

O ministro do Ambiente disse, na semana passada, que as barragens do sul estavam a encher a ritmo “bastante lento”, apesar de no norte a situação estar quase regularizada.

No sul, embora esteja a haver “encaixes de água a cada dia”, ainda há situações preocupantes, como a da barragem de Monte da Rocha, no concelho de Ourique, que abastece “um conjunto vasto de habitantes”, e que ainda está com apenas 9,6 por cento da capacidade.

“O solo estava muito seco e absorveu muita água”, referiu o ministro.

“A água vai ser cada vez mais escassa. Agricultores, industriais e cidadãos urbanos têm mesmo de consumir menos água”, defendeu.

João Pedro Matos Fernandes salientou ainda que a campanha contra o desperdício é “independente do nível de água nas albufeiras”.

TZS/PMC (APN) // PMC

Lusa/Fim

11. Número de hotéis em Lisboa quase duplica em 10 anos (C/ ÁUDIO)

*** Serviço áudio disponível em www.lusa.pt ***

Lisboa, 07 abr (Lusa) - O número de hotéis de três, quatro e cinco estrelas na cidade de Lisboa quase duplicou no espaço de 10 anos, segundo dados disponibilizados à agência Lusa pela Associação Turismo de Lisboa (ATL).

De acordo com os dados, a capital lisboeta contava com 105 unidades hoteleiras desta tipologia em 2008, sendo que em 2017 passou a ter 204 hotéis, um crescimento que na ótica do diretor-geral da ATL, Vítor Costa, trouxe ao país “alguma riqueza” e impediu que Portugal continuasse “a empobrecer”.

O maior aumento de unidades hoteleiras aconteceu entre 2014 e 2015, com 23 novos hotéis a abrirem na cidade, o que representa um acompanhamento do crescimento da procura, disse Vítor Costa, em declarações à Lusa.

“Há aqui uma evolução que nos torna um destino turístico hoje com um peso muito diferente daquele que tínhamos inicialmente, com impactos positivos a nível económico, a nível do peso para a economia regional, das exportações, do emprego”, notou o diretor-geral da ATL.

De acordo com a Associação da Hotelaria de Portugal (AHP), está prevista a abertura de 61 hotéis em Portugal este ano, 25 dos quais em Lisboa.

A região de Lisboa vai receber 29 novas unidades hoteleiras, sendo que apenas quatro não estarão dentro da cidade.

Questionado sobre se poderia haver uma sobrelotação de hotéis na cidade, Vítor Costa defendeu que não concorda, apesar de destacar que “há necessidade de este crescimento ser gerido para que seja sustentável”.

“Eu penso que se tirarmos o turismo os transportes públicos não ficam melhores, o problema da habitação não fica resolvido, os bairros históricos irão degradar-se como estavam no processo anterior e ficamos todos mais pobres”.

“Ninguém consegue responder se há turismo a mais, se há turismo a menos. Se eu for para a fila do Mosteiro dos Jerónimos na hora de ponta digo que há turismo a mais porque tenho muita gente à minha frente para entrar”, venceu, acrescentando que “o mais importante não é discutir se há a mais ou a menos, mas como é que podemos gerir e continuarmos a desenvolver o turismo positivamente”.

Ainda assim, Vítor Costa advogou que é importante melhorar a “acessibilidade e a mobilidade” na cidade, nomeadamente em relação às infraestruturas aeroportuárias e à melhoria do serviço do Metro de Lisboa e da Carris.

Relativamente ao preço médio por quarto nos hotéis de três, quatro e cinco estrelas, os dados do Turismo de Portugal dão conta que em 2017 a estadia num quarto de hotel em Lisboa custava em média 103 euros, o valor mais alto em 10 anos.

Também a procura tem aumentado, com a taxa de ocupação por quarto a rondar os 81%, significando a maior taxa de ocupação registada entre 2008 e 2017.

TZS/MLS // MLS

Lusa/Fim

12. Aposta em zonas balneares tem “benefícios socioambientais” entre 25 e 55ME – estudo

Lisboa, 10 abr (Lusa) – Os esforços efetuados para melhorar algumas zonas balneares em Portugal têm “benefícios socioambientais” estimados entre 25 e 55 milhões de euros, conclui o estudo “O Lado Verde da Bandeira Azul” (LVBA), que analisou seis zonas.

Segundo Nuno Oliveira, um dos autores da investigação, existem “vários benefícios” por detrás da Bandeira Azul que não são quantificados “pela economia como a conhecemos”.

O estudo, apresentado hoje na Fábrica de Água de Alcântara, em Lisboa, pela Associação Bandeira Azul e pela Águas de Portugal, teve por objetivo “avaliar benefícios diretos e indiretos decorrentes de investimentos em melhorias socioambientais”.

A partir da investigação, que abrangeu zonas balneares de Figueira da Foz, Loulé, Macedo de Cavaleiros, Matosinhos, Mira e Torres Vedras, com histórico de Bandeira Azul de pelo menos cinco anos, foi possível concluir que estes serviços e investimentos ambientais “valem mais do que zero” e vão além dos números disponíveis “na folha de contabilidade”.

A praia de Mira (distrito de Coimbra), por exemplo, tem benefícios socioambientais superiores a 2,7 milhões de euros por ano “quer pela requalificação de infraestruturas, acessos, equipamentos, mas especialmente pelo mais longo programa ininterrupto e de alta qualidade de educação ambiental existente na Europa e validado há 30 anos pelo galardão Bandeira Azul”, refere o estudo.

Já a zona balnear de Santa Cruz, em Torres Vedras, acrescenta “um valor superior a 2,1 milhões de euros na economia” da cidade, enquanto “os serviços de ecossistemas relacionados com a conservação de espécies e 'habitats' com alto valor natural associados ao eixo de praia entre o Ancão e a Quinta do Lago, em Loulé”, podem ser responsáveis por um impacto económico variável entre os 2,7 e os 18 milhões de euros nos últimos 10 anos.

Relativamente às praias do eixo Buracos – Relógio, na Figueira da Foz, detentoras de obras capazes “de defender as populações e os seus bens de tempestades, cheias e outros fenómenos climáticos costeiros extremos”, são responsáveis por um benefício económico de 5,7 a 12,4 milhões de euros nos últimos 10 anos.

As praias da zona protegida da Albufeira do Azibo contribuíram para um impacto económico entre nove a 10 milhões de euros por ano, “a que se adicionam cerca de dois milhões e meio de euros dos benefícios socioambientais resultantes dos investimentos da autarquia e seus parceiros”.

Por fim, a aposta realizada na zona balnear de Matosinhos traduz-se num “benefício económico na ordem dos três a 10,5 milhões de euros nos últimos 10 anos.

Desta forma, o estudo vinca que “estes serviços não valem zero, não podem valer zero, muito menos continuar escondidos da folha de contabilidade, onde tantas decisões políticas e orientadas para o bem-estar das sociedades são baseadas”.

“Uma duna, uma arriba, uma mata ribeirinha, uma ribeira que desagua no litoral não são apenas suportes para desenvolvimento urbano ou parte integrante de sistemas de tratamento de resíduos. Todos estes elementos fazem parte de ecossistemas que nos entregam muito mais do que a vista, e a contabilidade corrente, alcançam”, acrescenta.

O LVBA contou com o apoio de uma comissão de acompanhamento, composta por entidades diretamente relacionadas com os temas abordado, nomeadamente a Agência Portuguesa do Ambiente, Águas de Portugal, Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, Turismo de Portugal, Miguel Marques, especialista em assuntos de economia do mar – Área da Economia do Mar, e Secretaria Regional Ambiente e do Mar dos Açores.

TZS/MLS // MLS

13. Projeto “Porto Santo Sustentável” arranca dia 25 de maio – Governo da Madeira

Lisboa, 11 abr (Lusa) – O projeto pioneiro “Porto Santo Sustentável”, que pretende transformar a ilha “num território sem combustíveis fósseis”, arranca no dia 25 de maio com a disponibilização de 20 carros elétricos, disse hoje o vice-presidente do Governo Regional da Madeira.

A iniciativa caracteriza-se por aliar “a tecnologia à eficiência energética e também à sustentabilidade ambiental”, tendo como objetivo transformar o Porto Santo “num território sem combustíveis fósseis e emissões quase nulas de dióxido de carbono”, destacou hoje Pedro Calado na apresentação pública do projeto, em Lisboa, uma parceria entre a Empresa da Eletricidade da Madeira (EEM) e a Renault.

A iniciativa, no entender do vice-presidente do executivo madeirense, contribui não só para uma “menor dependência externa e otimização dos recursos naturais”, mas também garante “simultaneamente uma melhor qualidade de vida aos residentes e futuras gerações, mais e melhores oportunidades para a economia local e maior capacidade para a criação de emprego junto da população residente”.

O presidente do conselho de administração da empresa de Eletricidade da Madeira, Rui Rebelo, explicou também que o projeto assenta na "energia sustentável" e na "mobilidade sustentável", acrescentando que o objetivo é que este seja um modelo "sustentável e escalável que possa inspirar outras ilhas ou outras cidades".

De acordo com uma nota de imprensa da Renault, numa primeira fase 20 famílias/entidades voluntárias do Porto Santo vão utilizar 20 viaturas da empresa, “que poderão ser carregadas de forma inteligente nos 40 postos de carregamento instalados na ilha”.

Posteriormente, numa segunda fase, adianta a mesma nota, os automóveis vão “mais longe na sua interação com a rede elétrica e serão capazes de injetar eletricidade na rede, nos picos de maior consumo de eletricidade na ilha”, bem como servir de “unidades de armazenamento temporário de energia”.

Além disso, “as baterias em segunda vida” vão armazenar a energia “produzida pelas centrais solares e eólicas do Porto Santo”.

Através destas medidas, “o que se pretende é encontrar um novo rumo que atenda a questões que revertam a favor de uma melhor gestão dos recursos naturais existentes, transformando o Porto Santo na primeira ilha inteligente do mundo”, sublinhou Pedro Calado, reiterando que “o incremento da utilização de recursos mais sustentáveis com especiais benefícios para o ambiente” se constitui “um dos principais trunfos e elementos diferenciadores” de uma região turística como é a Madeira.

“Numa altura em que os cientistas avaliam os efeitos das alterações climáticas no nosso planeta, este é um momento chave para percebermos os caminhos que temos de percorrer no futuro e sobretudo o momento de definirmos uma nova estratégia e uma nova política face a uma realidade distinta face aquela que nos habituámos a ver durante muitos anos”, acrescentou.

Segundo Pedro Calado, as viaturas vão ser disponibilizadas a residentes, serviços públicos, comerciantes, taxistas, entre outros setores de atividade que se podem candidatar à utilização das mesmas.

TZS // MLS

Lusa/Fim

14. Seguradoras com dificuldades em responsabilizar entidades por danos causados por estado das estradas (C/ ÁUDIO)

*** serviço áudio disponível em www.lusa.pt ***

Lisboa, 20 abr (Lusa) – Os sinistros provocados por más condições das estradas são muitas vezes difíceis de provar, bem como a responsabilização das entidades que gerem as vias, disse à Lusa Paulo Figueiredo, responsável pela área de negócio automóvel da seguradora Fidelidade.

O responsável esclareceu que os seguros contra danos próprios, que abrangem cerca de 18% dos clientes, geralmente cobrem “choque, colisão e capotamento”, no entanto a Fidelidade faz a cobertura em sinistros causados por más condições das vias.

Apesar de não haver cobertura para problemas que resultam do desgaste natural das estradas, Paulo Figueiredo sublinhou que “quando um cliente passa por cima de um buraco e parte o 'cárter”, esse dano não pode ser enquadrado num desgaste natural.

A dificuldade que se impõe, explicou, é identificar qual é que é a entidade com a qual a seguradora tem de reclamar.

Quando estas situações ocorrem, a Fidelidade paga ao cliente e depois tenta recobrar “quando entende que não é dele a responsabilidade”.

“O primeiro trabalho é mandar cartas à Câmara Municipal, se acharmos que a responsabilidade é da Câmara Municipal”, exemplificou.

“Digamos que a prova das seguradoras, apesar de tudo, é um bocadinho mais fácil do que a prova de um lesado. Porque nós podemos utilizar a prova de um lesado como testemunha e fazemo-lo. Há situações de sinistros mais graves em que nós vamos para tribunal e os nossos clientes são as nossas testemunhas de um sinistro, sendo certo que os clientes não podem ser testemunhas deles próprios”, acrescentou.

Paulo Figueiredo admitiu ainda que, “por sensibilidade”, considera que estes casos não estarão a diminuir uma vez que “tem havido nos últimos tempos um maior desgaste das vias, seja por aumento da intensidade do tráfego, seja por aumento da pluviosidade e das condições atmosféricas que não têm sido as mais favoráveis”.

Já a coordenadora de sinistros da seguradora MAPFRE, Paula Vidal, numa resposta escrita enviada à agência Lusa, dá conta que este tipo de casos “é extremamente raro” e que “normalmente as câmaras municipais só assumem a responsabilidade quando se trata de casos evidentes, como por exemplo buracos significativos e não devidamente sinalizados”.

“Em todas as outras situações, habitualmente é necessário recorrer a processos judiciais que confirmam, ou negam, o reembolso pelos prejuízos”, acrescenta.

Carlos Barbosa, presidente do Automóvel Clube de Portugal, revelou que o ACP propôs ao Governo que as entidades que fazem a gestão das estradas e as concessionárias das autoestradas “fossem responsabilizadas quando houvessem acidentes por má conservação das vias”.

“E o Governo recusou. Consideramos que aqui o que é importante é a responsabilização, porque até lá não acontece nada. No dia em que forem responsabilizadas, a situação passa a ser completamente diferente”, salientou Carlos Barbosa.

Perante as queixas, “o departamento jurídico do ACP tem aconselhado as pessoas a ressarcirem-se junto da Câmara onde o acidente aconteceu”, disse.

De acordo com Ana Ferreira, jurista da associação de defesa do consumidor, quando as pessoas se confrontarem com situações deste género devem “chamar a autoridade policial ao local para que possa ser feito um auto daquela situação”.

“O auto vai ser fundamental para que o consumidor depois possa apresentar reclamação junto da autarquia ou da entidade que tiver a competência para a manutenção daquela estrada, provando que esteve naquele local, que ocorreu aquele sinistro, a data e os motivos que estiveram na origem daquele sinistro”, explicou.

Segundo a jurista, muitas vezes acontece que o condutor continua a sua viagem e só depois apresenta uma reclamação, mas, sem o auto da polícia, “a primeira resposta que o consumidor poderá ter é de que não existem provas de que esteve naquele local, que o sinistro ocorreu e que os danos reclamados tiveram origem no que descreve”.

Mesmo assim, depois do início do processo para apurar as responsabilidades junto da autarquia ou entidade com competência para a manutenção, nem sempre é fácil ser indemnizado.

“Só nas situações em que se consegue comprovar que houve a falta de diligência, uma responsabilidade por parte da entidade, é que o consumidor tem direito a ser indemnizado pelos danos que sofreu”, esclareceu.

TZS (RCS) // MLS

Lusa/Fim

15. Coletividade histórica em Lisboa em dificuldades com aumento das rendas (C/ ÁUDIO)

*** Serviço áudio disponível em www.lusa.pt ***

Lisboa, 24 abr (Lusa) - A Academia Recreio Artístico, na Baixa lisboeta, está a sofrer com o aumento do valor das rendas na cidade, uma “asfixia” que coloca a segunda coletividade mais antiga de Portugal em risco de “ter de fechar portas”.

O presidente do espaço, Armando Oliveira, disse à Lusa que a coletividade, na freguesia de Santa Maria Maior, “sofreu e está a sofrer as consequências drásticas de um aumento inusitado de rendas”, com valores que rondavam os 400 euros e que aumentaram para o atual montante de 1.300 euros.

Segundo o representante, hoje é imperativo conter custos, uma vez que os auxílios “são praticamente inexistentes” e que as receitas da Academia Recreio Artístico “não se compadecem com uma renda deste tipo”. A coletividade, sublinhou, ocupa as instalações “há mais de 100 anos” e “tem uma história de tradição e cultura muito grandes”.

“Nós temos acima de tudo de inventar receitas e reduzir os custos. Nós não gastamos um cêntimo além daquilo que é absolutamente imprescindível para a casa conseguir manter aquilo que é o seu objeto social. E por outro lado, fazemos de todo o cêntimo a nossa receita”, explicou.

O dirigente notou que “a exploração do bar, as aulas de zumba, as aulas de capoeira e de tango” são algumas das atividades que geram alguma receita, mas que ainda assim não é suficiente.

“Já tentámos sondar a junta de freguesia e a câmara para arranjar uma alternativa, mas na câmara, apesar de ser a grande senhoria da cidade de Lisboa, ninguém está interessado em resolver o nosso problema. Todos lamentam, compreendem, dão palmadinhas nas costas, dão-nos palavras de incentivo, procuram votos na altura das eleições, mas contribuir para a resolução de um problema de uma coletividade deste tipo, com todo este passado histórico, ninguém está interessado”, criticou.

A coletividade conta neste momento com “uma pequeníssima ajuda da junta de freguesia de 210 euros por mês”, afirmou Armando Oliveira, acrescentando que, além dos aumentos anuais no valor das rendas, “o senhorio pode opor-se à renovação do contrato daqui a oito anos, eventualmente, que é o prazo legal”.

Apesar de haver menos pessoas a frequentar a associação e a viver na zona histórica de Lisboa, Armando Oliveira está convicto de que a Academia Recreio Artístico continua a cumprir “o seu dever, que é apoiar a cultura, o recreio, e proporcionar uma vida sã a todos os que frequentam o espaço”.

“Nós cá estamos, firmes e determinados, mas a firmeza e a determinação, se não houver condições económicas, não chegam”, concluiu.

TZS/ROC // ROC

Lusa/fim

16. Saída de moradores e lojistas transforma centro de Lisboa e motiva preocupação

Lisboa, 04 mai (Lusa) – A transformação do centro da cidade de Lisboa, com o aumento das rendas, a saída de moradores e o fecho de lojas, preocupa crescentemente associações e coletividades da zona, onde já é mais difícil encontrar participantes para as marchas populares.

Segundo o vice-presidente da Associação de Dinamização da Baixa Pombalina, Vasco Melo, a Baixa tem assistido ao encerramento de muitas lojas “quer por negociação entre as empresas e os senhorios, quer por

denúncia dos senhorios para a realização de obras profundas, quer por fim do período transitório do NRAU [Novo Regime de Arrendamento Urbano]”.

Em declarações à Lusa, Vasco Melo lamentou que muitos estabelecimentos comerciais estejam a ser substituídos por lojas de ‘souvenirs’ - e não percebe como é que “têm rentabilidade para pagar rendas elevadas” - ou por hotéis, hostels e alojamentos locais.

O NRAU, sublinhou, pretendia nivelar o valor das rendas novas e antigas, mas o que aconteceu foi que “as rendas novas dispararam para preços que hoje qualquer empresa comercial normal que vá por racionalidade económica não consegue pagar”.

O dirigente da Associação de Valorização do Chiado, Victor Silva, acredita que “havia muitos negócios instalados que não geravam negócio e se mantinham pelo não aumento das rendas”, o que “também não era bom para a cidade”. No entanto, considera “que houve algum exagero que importa corrigir”, até porque os comerciantes já se “contam pelos dedos”.

A cidade de Lisboa, apontou, perdeu cerca de 300 mil habitantes nos últimos 30 anos, “enquanto o investimento ia todo para as periferias”.

No entender do responsável, “o caos com o trânsito” e os valores excessivos de estacionamento fazem com que as pessoas “comecem a deixar de ir para o centro histórico” e escolham as grandes superfícies.

“Chega a ser colocada sinalética a indicar o [centro comercial] Colombo na Baixa e nós temos de pedir para retirar”, apontou.

As dificuldades chegam também às coletividades históricas no centro de Lisboa, como é o caso da Academia Recreio Artístico, que está a sofrer com o aumento do valor das rendas, uma “asfixia” que coloca a segunda coletividade mais antiga de Portugal em risco de “ter de fechar portas”.

O presidente, Armando Oliveira, disse à Lusa que a coletividade, na freguesia de Santa Maria Maior, “sofreu e está a sofrer as consequências drásticas de um aumento inusitado de rendas”, com valores que rondavam os 400 euros e que aumentaram para 1.300 euros.

Segundo o representante, hoje é imperativo conter custos, uma vez que os auxílios “são praticamente inexistentes” e que as receitas da Academia Recreio Artístico “não se compadecem com uma renda deste tipo”.

Já o Grupo Desportivo do Castelo e o Grupo Desportivo da Mouraria não têm sofrido com o aumento das rendas uma vez que ocupam espaços camarários, mas mantêm-se de pé com dificuldades associadas à falta de pessoas e de apoios.

O vice-presidente do Grupo Desportivo do Castelo, Carlos Oliveira, referiu que há muitas pessoas “a serem expulsas das casas onde nasceram porque o aumento das rendas foi brutal” e acrescentou, com ironia, que “a cidade já perdeu os seus bairros mais emblemáticos, a tal ponto que esta casa, organizadora desde os anos 30 da marcha do Castelo, está a pensar em propor para o próximo ano que em vez de arcos sejam turistas a arrastar os tróleis”.

“Uma marcha popular são cerca de 70 pessoas. O grupo desportivo está a organizar a marcha deste ano e o Castelo vai sair novamente. Apenas três pessoas moram no bairro. Todos os outros são filhos desta comunidade, mas têm de vir de fora”, acrescentou.

No bairro da Mouraria, a situação é idêntica. A coletividade não tem sofrido com as rendas, por estar instalada num edifício camarário, mas há outras despesas para pagar, nomeadamente água e luz, exigindo assim “esforço e trabalho”, referiu à Lusa a vice-presidente do espaço, Carla Correia, destacando que a associação se mantém de pé por gosto e que quem trabalha no bar não é remunerado.

Muitos habitantes têm sido despejados do bairro e já não há pessoas suficientes para duas marchas populares, como antigamente. Ainda assim, Carla Correia está confiante de que “com muito esforço” a associação continuará erguida.

No que diz respeito a apoios externos, os dirigentes destas associações dizem que a Associação das Coletividades do Concelho de Lisboa, à qual os associados têm de pagar 75 euros por mês, não presta qualquer apoio.

“Podiam congregar vontades, levar as coisas por diante, não me parece que estejam interessados”, referiu Carlos Oliveira.

A Lusa tentou contactar a associação, o que não foi ainda possível.

TZS/ROC // ROC

Lusa/Fim

Anexo V – Comprovativos de estágio



DECLARAÇÃO

Para os efeitos devidos, se declara que o Sr **CARLOS TOMÁS FERNANDES DOS SANTOS**, esteve a efetuar nesta Agência, no período de 05 de fevereiro a 30 de abril, um estágio curricular na Editoria País.

Lisboa, 20 de agosto de 2016

DIREÇÃO ÁREAS SUPORTE
Remunerações e Procedimentos de Pessoal


Jorge Loureiro

DECLARAÇÃO

Declara-se que Tomás Santos cumpriu 420 horas de estágio na LUSA – Agência de Notícias de Portugal, S.A, em Lisboa, entre 05 de fevereiro e 27 de abril de 2018, na editoria País.

Lisboa, 30 de abril de 2018

Rosa Maria Medeiros Correio
(Editora de País)

Sranci
(Orientadora de estágios)